GRANDES OPÇÕES DO PLANO
E
ORÇAMENTO

Ano Financeiro 2017

MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES

À Câmara
17 / 10 / 2016
O Presidente

Aprovado

Órgão Executivo: Reunião de 20/10/2016

Órgão Deliberativo: Reunião de 26 NOV 2016

Folha 1

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26/11/2016

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

4630-219 Marco de Canaveses – Tel. 255 538 870 – Fax 255 538 889 – E-mail: assembleia.municipal@am-marco-canaveses.pt – Site: www.am-marco-canaveses.pt

APROVAÇÃO EM MINUTA

Ponto n.º 3.3 Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano Financeiro de 2017.

Depois de discutido o assunto referido no ponto 3.3., **foi o mesmo aprovado por** maioria, **com** 18 **votos a favor,** 9 **votos contra, e** 10 **abstenções.**

Mais foi deliberado por unanimidade, **com** 36 **votos a favor;** Ø **votos contra e** Ø **abstenções, aprovar o respectivo assunto em minuta, nos termos do art.º 57, n.º 3, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.**

Marco de Canaveses, 26 de novembro de 2016

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A. L. . . .

Maria Estela Vieira de Freitas

JT/AM

CERTIDÃO

É fotocópia fiel do original arquivado no Gabinete desta Assembleia Municipal, com [illegible] folhas, por mim numeradas e rubricadas. O que certifico e autentico com o carimbo a óleo em uso neste Município.

O Gabinete da Assembleia de Marco de Canaveses

28 / nov / 2016

A Presidente da Assembleia Municipal

Declaração de voto

Considerando que o Orçamento apresentado pelo Executivo da Câmara Municipal para 2017, exclui grande parte das nossas freguesias, contribuindo assim para uma discriminação territorial do nosso concelho o meu voto não pode ser favorável ao mesmo ...

Marco de Canaveses 28 novembro 2016

José Fernando da Barros Barbosa

CERTIDÃO

É fotocópia fiel do original arquivado no Gabinete desta Assembleia Municipal, com uma folhas, por mim numeradas e rubricadas, o que certifico e autêntico com o carimbo a óleo em uso neste Município.

O Gabinete da Assembleia de Marco de Canaveses.

28 / novembro / 2016

O Assembleia Municipal.

DECLARAÇÃO DE VOTO - ORÇAMENTO 2017

ATENDENDO À INTERVENÇÃO JÁ EFECTUADA, BEM COMO, AO FACTO DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2017 NÃO INCORPORAR AS OBRAS AFECTAS À REQUALIFICAÇÃO DO LARGO PADRE MANUEL RIBEIRO GOMES, OBRAS NO LARGO DA IGREJA ROMÂNICA DE SANTO ISIDORO, OBRAS DE MELHORAMENTO DA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DA LIMAÇÃO, PAVIMENTO SINTÉTICO NO GRUPO DESPORTIVO DA LIMAÇÃO, NÃO TRATANDO ASSIM, DE FORMA IGUALITÁRIA TODAS AS FREGUESIAS, IGNORANDO POR COMPLETO GRANDE PARTE DAS MESMAS,

NEGANDO-LHES A OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO, O MEU VOTO NÃO PODE SER FAVORÁVEL AO DITO.

TIAGO BRUNO SILVA MAGALHÃES

26/11/2016

CERTIDÃO

É fotocópia fiel do original arquivado no Gabinete desta Assembleia Municipal, com [illegible] folhas, por mim numeradas e rubricadas, o que certifico e autêntico com o carimbo a óleo em uso neste Município.

O Gabinete da Assembleia de Marco de Canaveses.

26 de novembro de 2016

O Presidente da Assembleia Municipal.

O 1º Secretário

folha 1

Declaração voto

Abstenho-me à votação do orçamento porque as obras solicitadas por nós Junta de Freguesia Penhalonga e Paços de Gaiolo, não estão espelhadas nem referidas no orçamento para 2017.

Nem para que fim são 50 000€ da escola de S. Sebastião nº 1.

Raquel Pereira

26/11/2016

CERTIDÃO

É fotocópia fiel do original arquivado no Gabinete desta Assembleia Municipal, com uma folhas, por mim numeradas e rubricadas, o que certifico e autentico com o carimbo a óleo em uso neste Município.

O Gabinete da Assembleia de Marco de Canaveses.

26 Presidente da Assembleia Municipal.

O Secretário

Grupo Municipal
do Partido Socialista

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

Assembleia Municipal de
Marco de Canaveses

Declaração de Voto

Assunto: GOP's e Orçamento para 2017

O Grupo Municipal do PS analisando a documentação facultada pelo Executivo Municipal e face ao teor do debate suscitado em torno das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício económico de 2017, deliberou votar contra, pelos motivos a seguir mencionados:

a) Desorçamentação – cerca de 1/3 das despesas correntes foram deferidas, pelo que só no decurso de 2017, esta Assembleia tomará conhecimento do destino proposto pela Câmara Municipal a (de) cerca de 9 milhões de euros;

b) Ocultação de Despesas de Investimento – cerca de 3 milhões de euros incluídos na rubrica 7 – Investimentos – não se encontram devidamente explicitadas (cerca de 37% das Despesas de Investimento)

c) Ausência de Equidade na Distribuição de Investimento – sendo previsível que mais de 50% de Despesas de Investimento sejam levadas a cabo em apenas

vs

Reunião da Câmara Municipal do Marco de Canaveses nº 17, realizada em 20/outubro/ 2016

Ponto 05

Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017. Presente proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017. Doc. 05 em anexo

Deliberado por maioria com duas abstenções dos vereador do MCFT, com declaração de voto, um voto contra do Vereador do PS, com declaração de voto, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017. A submeter à Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

A Coordenadora Técnica Administração Geral: _____

Marco Confiante
com Ferreira Torres

DECLARAÇÃO DE VOTO

(ponto nº5 ordem de trabalhos)

Os Vereadores do Movimento Marco-Confiante Com Ferreira Torres, vem pelo presente expor o seguinte:

- As Grandes opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Marco de Canaveses para o ano de 2017, embora demonstrem uma tentativa maior que nos anos transatos em efetuar obras e melhorar as condições dos Marcoenses, obras para as quais na maioria nada temos contra, demonstram e apresentam um Orçamento que pode e deve ser mais amigo da Comunidade Marcoense e dos visitantes que nos brindam com a sua passagem com algumas opções que gostaríamos de ver contempladas sem que o motivo principal, seja a falta de meios financeiros da Câmara Municipal;

- Embora se verifique um esforço na rede de água e saneamento, impõe-se que o Município culmine infraestruturas que se vislumbram, tendo por base as Grandes Opções nos anos seguintes um total de 200.000€. Na situação económica e social atual, não nos parece que fosse uma despesa para o ano de 2017 mas sim um investimento e esforço em colmatar desequilíbrios e desigualdades do Nosso Concelho;

- A existência de um plano redutor no Município que fomente investimento das empresas atuais ou implementação/atração de outras, irá num futuro próximo criar um fosso em termos de competitividade e emprego no Nosso Concelho comparativamente aos Concelhos vizinhos;

- Concluir o Cineteatro, efetuar a manutenção de espaços de Lazer e reabilitar artérias estruturantes do Nosso Concelho não podem ser consideradas para amanhã, têm e devem ser hoje um pressuposto na Nossa Agenda;

Porque Queremos um Marco Com Vida, com condições para os mais Jovens viverem no Marco, os Séniores com bem-estar e lazer, achamos e devemos projetar mais, investir mais em Marco de Canaveses como um bloco granítico que é uniforme e não um investimento que poderá criar ainda mais diferenças e dificuldades a alguns Marcoenses dependendo da freguesia em que residem.

Marco Confiante
com Ferreira Torres

Por estas razões, mas sobretudo porque queremos um Marco Melhor, apresentamos as nossas sugestões e outras iniciativas que esperamos a Câmara Municipal possa olhar com atenção pelo que, declaramos que nos Abstemos no ponto 5 da presente ordem de trabalhos.

Mais solicitamos que esta declaração conste na íntegra da acta da reunião ordinária de 20 de Outubro de 2016.

Marco de Canaveses, 20 de Outubro de 2014

Os Vereadores do Movimento Marco-Confiante com Ferreira Torres,

(Bruno Magalhães)

(António Martins)

DECLARAÇÃO DE VOTO

ASSUNTO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017

Considerando que:

i) Não se vislumbra uma linha estratégica que promova o desenvolvimento económico e Social do Concelho, não existindo neste orçamento qualquer plano indutor desse desenvolvimento, por forma a atrair e fixar os jovens e quadros especializados.

ii) A presente proposta continua a não cumprir o Princípio da Especificação, encontrando-se várias rúbricas de Despesa assumidamente e reiteradamente sub-orçamentadas, bem como verbas com algum significado atribuídas às rúbricas "Outros" e "Diversas".

iii) A taxa de cobertura da rede de água e saneamento continua preocupantemente baixa, relevando o Concelho Marco de Canaveses para um dos últimos lugares do país e neste orçamento não de vislumbra uma aposta consistente e estratégica.

iv) Anão se encontram no presente orçamento preocupações de cariz social, há algumas mas muito tímidas preocupações com co combate às desigualdades sociais e combate à pobreza.

v) Antevendo-se que serão transitados saldos na ordem dos 10 milhões de euros de 2016 para 2017, que não estando contemplados no orçamento, faz com que o mesmo não considere cerca de 30% da despesa global.

vi) Não se encontram preocupações com a organização e controlo interno, nomeadamente na Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, por forma a prevenir situações equivalentes às ocorridas em 2016.

vii) Este Orçamento acentua as desigualdades de oportunidades entre os Marcoenses e em nada contribuí para um desenvolvimento sustentável, que tanto se deseja

viii) Por último e mais relevante neste orçamento verifica-se uma discriminação incompreensível e inaceitável em relação a sete freguesias que não são contempladas com qualquer tipo de investimento, nem nas Grandes Opções do Plano nem no Orçamento para 2017. Sabemos que não pode ser tratado de forma igual o que é diferente, mas defende este Partido que, todas as freguesias devem ser tratadas com equidade e justiça. A verificar-se discriminação, deveria ter sido positiva em prol de coesão territorial. Na Europa, em Portugal, no Programa Portugal 2020 há uma crescente preocupação com as regiões de baixa densidade populacional, até para proteger as outras regiões, contudo verifica-se nas opções vertidas neste Orçamento, que os investimentos vão em sentido contrário.

Pelo exposto, o voto do Partido Socialista é CONTRA.

Marco de Canaveses, 20 de outubro de 2016

O Vereador do Partido Socialista

JOSÉ AGOSTINHO DE
SOUSA PINTO

PROPOSTA

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2017

Considerando os documentos previsionais relativos às Grandes opções do Plano e Orçamento para 2017;

PROPONHO, que nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, a Câmara Municipal delibere aprovar os referidos documentos previsionais propostos e seguidamente os submeta à apreciação da Assembleia Municipal.

Paços do Concelho do Marco de Canaveses, 17 de outubro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

Dr. Manuel Moreira

Índice

ÍNDICE 2

I – INTRODUÇÃO 4

ENQUADRAMENTO GERAL 4

CONTEXTO MACROECONÓMICO 4

ADMINISTRAÇÃO LOCAL 6

ESTRUTURA DO ORÇAMENTO 9

APRESENTAÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO 14

II – PREVISÃO DAS RECEITAS 19

1. VISÃO GLOBAL DAS RECEITAS 19

2. RECEITAS FISCAIS 21

3. RECEITAS NÃO FISCAIS 24

3.1 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE 26
3.2 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 26
3.3 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES 27
3.4 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 28
3.5 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO 28
3.6 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 29
3.7 ATIVOS FINANCEIROS 29
3.8 OUTRAS RECEITAS 30

III – PREVISÃO DAS DESPESAS 31

1. VISÃO GLOBAL DAS DESPESAS 31

2. DESPESAS CORRENTES 32

2.1 DESPESAS COM PESSOAL 32
2.2 DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS 35
2.3 ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA 38
2.4 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 38

3. DESPESAS DE CAPITAL 39

3.1 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 39
3.2 ESTRUTURA DO INVESTIMENTO 39

4. SERVIÇO DA DÍVIDA 41

5. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS AUTÁRQUICAS 42

6. Plano Plurianual de Investimentos 44

7. Grandes Opções do Plano 44

IV- Anexos 47

1- Resumo do Orçamento para o Ano 2017 48
2- Orçamento da Receita 49
3- Orçamento da Despesa 50
4- Empréstimos (Previsão de Encargos 2017 e Execução 2016) 51
5- Plano Plurianual de Investimentos (Mapa) 52
6- Plano de Atividades Mais Relevantes (Mapa) 53
7- Grandes Opções do Plano (Mapa) 54
8- Mapa demonstrativo do Equilíbrio Orçamental 55
9- Mapa das Transferências para as Juntas de Freguesia - 2017 56
10- Mapa de Pessoal 2017 57
11- Propostas de Gestão das Despesas com Pessoal - 2017 58
12- Mapa das Responsabilidades Contingentes e Provisões 59
13- Mapa das Entidades Participadas pelo Município 60

I – Introdução

Enquadramento Geral

Contexto Macroeconómico

A proposta do Orçamento e das Grandes Opções do Plano (GOP's) do Município do Marco de Canaveses concretizam os pressupostos macroeconómicos divulgados no artigo do Banco de Portugal (BP) com as projeções para a economia portuguesa no período 2015-2018 e, ainda, no relatório do Conselho de Finanças Públicas (CFP) n.º 8/2016. O Orçamento do Estado para 2017 (OE2017), como é do conhecimento geral, ainda não é conhecido, à data da elaboração dos Documentos Previsionais da autarquia.

Quadro 1 – Projeções dos Principais Indicadores
(Taxa de Variação em % do PIB)

	2015	2016	2017
PIB	1,5%	1,5%[1]	1,7%[1]
Desemprego	12,4%	11,4%[2]	10,7%[2]
Inflação	0,5%	0,8%[2]	1,0%[2]
Balança Corrente e Capital	1,7%	2,9%	2,3%
Défice Orçamental	-3,0%	-2,8%[2]	-2,9%[2]
Dívida Pública*	129,0%[2]	128,7%[2]	128,7%[2]

FONTE: Banco de Portugal[1] e Conselho das Finanças Públicas[2]

O cenário macroeconómico traçado pelo Banco de Portugal (BP) aponta para a continuação do processo de recuperação moderada da atividade económica, globalmente em linha com a evolução atualmente projetada para o conjunto da área do euro. Para 2016 o BP antecipa um crescimento de 1,5% (o CFP prevê 1,0%), semelhante ao registado em 2015, num quadro de deterioração do enquadramento internacional, de incerteza no contexto nacional e de desaceleração do investimento empresarial. Para o ano 2017 a economia portuguesa deverá acelerar para 1,7% (o CFP estima 1,3%), baseando-se na procura interna, no contributo ligeiro das exportações e no dinamismo do investimento.

Segundo o Banco de Portugal, para 2017 é projetada uma evolução do consumo privado em linha com o perfil do rendimento disponível real das famílias, num contexto de recuperação moderada do emprego,

moderação salarial no setor privado e aceleração dos preços no consumidor. Assim, o consumo privado deverá apresentar um crescimento ligeiramente inferior a 2,0% em 2016 e 2017. A evolução dos preços projetada para o final do ano 2016 (0,8%) e ano 2017 (1,0%) reflete pressões inflacionistas progressivamente ascendentes, motivadas pelo crescimento moderado da economia portuguesa, pelo impacto positivo das medidas de política monetárias adotadas pelo Banco Central Europeu e pela incorporação da hipótese técnica de aumento do preço das matérias-primas e do petróleo. Ao longo do horizonte de projeção, a evolução da inflação tem subjacente um crescimento moderado dos salários reais por trabalhador, a par da redução gradual da taxa de desemprego (10,7%) e da recuperação do crescimento da produtividade.

As projeções para a economia portuguesa apontam para a manutenção da recuperação moderada da atividade económica, com um ligeiro abrandamento a partir do ano 2018. Após um crescimento de 5,1% em 2015, as atuais projeções do BP para as exportações de bens e serviços apontam para um aumento de 2,2% em 2016 e uma aceleração para taxas em torno de 5% em 2017 e 2018, respetivamente.

Em resultado, a capacidade de financiamento da economia portuguesa deverá ser superior à observada em 2015, sendo o aumento em 2016 influenciado em larga medida por um ganho significativo nos termos de troca. Assim, a evolução da balança corrente e de capital determina uma redução progressiva dos níveis de endividamento externo.

O maior crescimento nominal da economia, a prevalência de taxas de juro historicamente baixas e a existência de saldos primários positivos permitirão o início do processo de redução da dívida pública em percentagem do PIB (128,7%), conforme os cálculos plasmados no relatório do Conselho das Finanças Públicas. Finalmente, o crescimento projetado para a economia portuguesa é compatível com uma progressiva redução da taxa de desemprego (10,7%), mantendo-se em níveis elevados. A taxa de inflação (1,0%) manter-se-á em níveis reduzidos, mas com tendência de aumento gradual nos anos subsequentes.

Decorre da leitura dos documentos a conclusão de que as atuais projeções apontam para alguma recuperação da economia, na sequência da forte contração da atividade observada no triénio 2011-2013. Contudo, alguns constrangimentos continuam a colocar-se à economia portuguesa: o elevado endividamento privado e público, a evolução demográfica adversa, as distorções existentes nos mercados de trabalho e do produto, o nível de investimento insuficiente e a diminuição do crescimento tendencial nos principais mercados de destino das exportações portuguesas.

Administração Local

A preparação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano do Município do Marco de Canaveses, e dos demais Municípios portugueses, obedece a um conjunto de princípios e regras orçamentais que se encontram previstos, quer no novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, quer no POCAL quer na Lei de Enquadramento Orçamental.

Realça-se e importância do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais (RFAL) e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro), que consubstanciam um reforço progressivo da disciplina orçamental, nomeadamente no que respeita à extensão do perímetro das entidades neste setor das Administrações Públicas, à vinculação da despesa e da receita a um quadro orçamental plurianual e às regras de endividamento. Acresce referir que o novo RFAL impõe novas condicionantes ao processo de elaboração e aprovação dos documentos previsionais e estabelece, altera e reforça os princípios orçamentais previstos no POCAL. Por outro lado, a entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, aprova o Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal no qual é regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM), impõe que a contribuição do Município do Marco de Canaveses para o FAM seja de € 1.239.871 euros. Relembramos que a realização deste montante será efetuada em 7 anos, pelo que anualmente, até 2021, o orçamento deverá prever uma despesa com ativos financeiros no valor de € 177.127 euros.

Ao longo dos últimos quatro anos Portugal foi submetido a um Programa de Assistência Económica e Financeira, que impeliu a implementação de um conjunto de reformas estruturais na Administração Local plasmadas no designado "Documento Verde", que se refletiram no quotidiano da autarquia.

Iniciadas num contexto de fortes restrições orçamentais, que se refletiram nos municípios, implicaram mudanças significativas na organização do território (freguesias), na distribuição de atribuições e competências entre as entidades da administração local, nos instrumentos de gestão de recursos humanos, na composição das receitas, na assunção de compromissos, nas regras de endividamento e na relação com os cidadãos (desmaterialização dos processos). Perante os desafios colocados às autarquias já são visíveis os resultados do ajustamento financeiro e orçamental alcançados pelos

municípios, destacando-se os seguintes: o endividamento total reduziu muito significativamente, estima-se uma redução de 2.345 milhões de euros, isto é, menos 32%; verificou-se uma redução de 1.067 milhões euros nos pagamentos em atraso dos municípios, o que representa uma diminuição de 73%; o prazo médio de pagamentos dos municípios reduziu em cerca de 45%, de 119 para 65 dias. Nos anos de 2012 a 2014 (e 2015 mantém a mesma tendência) o sector municipal registou globalmente um significativo excedente orçamental, superior a 5% da receita anual.

A organização territorial autárquica resultou na redução de 1.168 freguesias. O mapa administrativo do País não era reformado há 150 anos. Note-se ainda que foi reformulado o mapa de entidades intermunicipais (áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais), passando de 25 para 23. Passam, assim, a ter maior dimensão (mínimo de 5 municípios e 85 mil habitantes), tendo sido valorizada a escala intermunicipal. A reorganização das estruturas das autarquias foi acompanhada de um movimento de redistribuição das competências e níveis de intervenção, que determinou um reforço de competências das freguesias que pertenciam antes aos municípios, assistido dos recursos financeiros necessários para o exercício dessas competências.

Decorrente das reformas realizadas e em curso, os municípios serão confrontados com os novos desafios transitados do ano em curso para o ano 2017. Desde logo, na sequência do início de um profundo Programa de Descentralização de Competências para as autarquias locais (Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de Fevereiro), que está na fase de implementação de projetos-piloto, prevê a descentralização das funções sociais para os municípios e tem como características essenciais a contratualização e adesão voluntária dos municípios. Na área Educação os contratos interadministrativos de delegação de competências pela Administração Central, já foram acordados e fechados com treze municípios: Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Maia, Matosinhos, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Sousel, Vila de Rei e Vila Nova de Famalicão. Estes municípios representam mais de 1 milhão de habitantes, mais de 110 mil alunos, ou seja, cerca de 10% da população do ensino obrigatório.

A descentralização também ocorre ao nível dos transportes. Aprovado um novo Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros (Lei n.º 52/2015 de 9 de Junho). Este Regime procede a uma descentralização universal (para todos os municípios e entidades intermunicipais), legal e definitiva

de competências de autoridade de transportes, estando assegurada a capacidade de financiamento destas entidades.

A implementação pelo Governo do Programa Aproximar, abrangendo 5 freguesias do Município do Marco de Canaveses, tem em vista reorganizar os Serviços Públicos de Atendimento da administração central, através de um processo de desconcentração, complementando-os com soluções de mobilidade. Assenta em três conceitos de prestação de serviços públicos administrativos: Loja do Cidadão, Espaço do Cidadão e Carrinha do Cidadão. De acordo com a informação disponível, o funcionamento dos cinco Espaços do Cidadão previstos para o concelho do Marco de Canaveses poderão ter início no 1.º semestre de 2017.

No âmbito de um estudo independente de monitorização da evolução das receitas e despesas dos municípios (no período de 2000 a 2014), levado a cabo por vários investigadores da Universidade do Minho, encomendado pela Direcção-Geral das Autarquias Locais, vem confirmar o esforço a que os municípios foram sujeitos para acomodar o conjunto de reformas estruturais na administração local, com resultados visíveis ao nível da redução do nível de endividamento de longo prazo e um saldo de execução orçamental positivo, compensado pela redução considerável da despesa, sobretudo as de investimento acompanhada de uma forte redução das receitas, nomeadamente a partir do ano 2009. Por outro lado o Estudo vem reforçar os argumentos do Governo para que continue e intensifique a política de transferência de competências específicas da administração central para os municípios privilegiando a cooperação voluntária entre os municípios, a partilha de serviços e em casos extremos a fusão (voluntária) de municípios.

Finalmente, no âmbito da publicação do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), dá-se início à reforma da contabilidade pública, com o objetivo de resolver a fragmentação e as inconsistências atualmente existente e permite dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que atualmente vêm sendo adotados a nível internacional. Durante o ano de 2016 todas as entidades públicas devem assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP. O Decreto-Lei em apreço produz efeitos no dia 1 de janeiro de 2017.

Estrutura do Orçamento

A estrutura do orçamento manter-se-á idêntica à dos últimos anos para possibilitar uma análise orçamental comparativa e evolutiva, pelo que obedecerá à seguinte decomposição em Estrutura Orgânica:

01 – Assembleia Municipal

02 – Câmara Municipal

03 – Operações Financeiras

Esta estrutura valoriza a dimensão política do Orçamento e, simultaneamente, flexibiliza a gestão orçamental na sua componente técnica, responsabilizando mais cada Unidade Orgânica pela execução do seu orçamento e, consequentemente, pelos resultados a alcançar.
O controlo do Orçamento poderá ser efetuado através das Grandes Opções do Plano (GOP) que, à semelhança de 2016, incluirá, para além do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), o Plano das Atividades mais Relevantes (PAM).

A Câmara Municipal do Marco de Canaveses, no âmbito do processo implementado de melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, continua o caminho que assumiu de dar passos graduais na melhoria e modernização dos serviços prestados, assim como no funcionamento e organização internos.

Neste contexto, recordamos que o Executivo lançou o projeto denominado "Um Marco na Gestão Autárquica", cofinanciado pelo POPH, com o objetivo de dotar os serviços e colaboradores municipais de mais ferramentas que permitam responder aos desafios da nova Administração Local, ajustando os seus recursos humanos e financeiros de modo a garantir a satisfação dos cidadãos do Concelho do Marco de Canaveses.

As áreas de intervenção são as seguintes: Excelência em Gestão – Modelo Integrado de Gestão; Melhoria da eficiência e redução de custos; Otimização do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação; Apoio à mobilidade interna; Auditoria Interna e Controlo de Gestão.

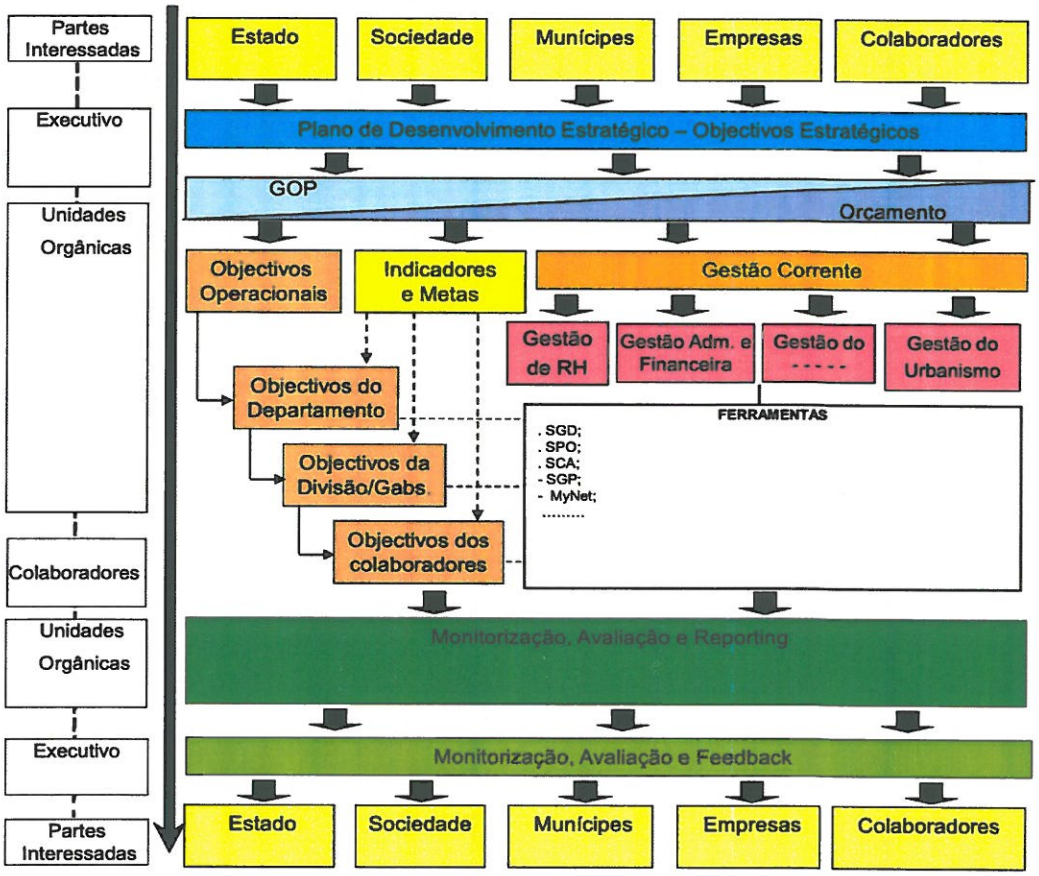
Assim, na fase de preparação do Orçamento o Município do Marco de Canaveses, assumiu o desafio de definir o Modelo Integrado de Gestão (MIG), conforme se sugere na figura 1.

Desta forma, conhecidas as pretensões dos Munícipes e Partes Interessadas e tendo por base as orientações do Executivo, o MIG prevê a construção do Mapa Estratégico (ME) e Balanced Scorecard (BSC) quer para o estabelecimento da estratégia do Município quer para o seu desdobramento para as Unidades Orgânicas (UOs) na direta dependência do Executivo (Departamentos).

Para o desdobramento da estratégia, elaboram-se Planos de Desenvolvimento Estratégico que contém as ações/atividades que contribuem para a concretização dos objetivos estratégicos estabelecidos no ME e BSC. Nos PDEs constam a identificação dos recursos, humanos e financeiros, necessários à concretização das ações/ atividades. Com base nesta informação, foram construídas as Grandes Opções do Plano, alinhando assim o Orçamento com os projetos a levar a cabo.

Para além das ferramentas para definição e planeamento da estratégia do Município do Marco de Canaveses, o MIG, inclui ferramentas de monitorização e controlo da execução.

Figura 1 – Modelo Integrado de Gestão



Neste modelo, os objetivos estratégicos para o biénio 2016/2017, contemplam as principais prioridades decorrentes do programa eleitoral de 2013 de modo a facilitar a articulação entre estes instrumentos de planeamento autárquico e permitem ainda acompanhar o sistema de gestão autárquico de acordo com as políticas de qualidade definidas no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade do Município do Marco de Canaveses, em conformidade com os requisitos das Normas NP EN ISO 9001.
Para esse período, os objetivos individuais no âmbito do Sistema de Avaliação do Desempenho (SIADAP), foram alinhados com a estratégia do Município.

As prioridades para o biénio 2016/2017 integram o Orçamento através de 6 orientações estratégicas transversais ao Município que enquadram no programa autárquico do Executivo, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Mais Relevantes (PAM) de 2017, a saber:

1. Promover o sucesso escolar assente numa Educação de qualidade;
2. Defender a qualidade ambiental, preservando o património natural e reforçando a cobertura dos serviços;
3. Promover o Desenvolvimento Económico;
4. Fomentar o desporto e o lazer;
5. Promover o potencial turístico e cultural apostando no marketing territorial e numa oferta diversificada;
6. Melhorar a prestação de serviços aos Munícipes apostando na Modernização Administrativa.

Para o biénio 2016/2017, a orientação estratégica promover o sucesso escolar assente numa Educação de qualidade, inclui a monitorização da Carta Educativa do Município do Marco de Canaveses e o desenvolvimento das ações para a sua implementação.

No âmbito da defesa e qualidade ambiental, preservando o património natural e reforçando a cobertura dos serviços, manterá a sua importância estratégica, continuando o investimento da Autarquia para aumentar as taxas de cobertura das redes de saneamento básico.

A promoção do Desenvolvimento Económico será realizada pela dinamização do Conselho Municipal para o Desenvolvimento Económico e a implementação de um programa de apoio à economia e emprego.

Ao nível do objetivo fomentar o desporto e o lazer projeta-se a elaboração da Carta Municipal do Desporto do Marco de Canaveses.

A promoção do potencial turístico e cultural apostando no marketing territorial e numa oferta diversificada, será realizada através da execução de iniciativas de divulgação do património local, nomeadamente, realização de workshops temáticos, elaboração e divulgação do Plano Municipal de Marketing Territorial, dinamização dos roteiros turísticos, promoção da oferta museológica concelhia, afirmação da Rota do Românico do Marco de Canaveses, promoção e proteção do edificado, certificação e promoção de produtos tradicionais. Pretende-se, ainda, elaborar a Carta Municipal do Turismo e da Cultura.

Para melhorar a prestação de serviços aos munícipes apostando na Modernização Administrativa, projeta-se a execução dos seguintes projetos: implementar o Sistema de Contabilidade de Custos; entrada em vigor da Norma de Controlo Interno; melhorar a eficiência no uso das Tecnologias de Informação e Conhecimento; alargar a implementação do Sistema do Sistema de Gestão da Qualidade a outros serviços do Município.

O sucesso da implementação dos objetivos estratégicos descritos supra dependerá, em grande medida, da otimização do acesso aos fundos comunitários para a execução dos projetos municipais e do incremento da rede de parcerias e protocolos de políticas públicas.

A Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, na qual o Município do Marco de Canaveses está integrado, desempenhará um papel importante para alavancar a estratégia para o Município, definida em linha com os domínios de intervenção estratégica, vertidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal para sub-região do Tâmega e Sousa.
O período de programação dos fundos comunitários que agora se inicia e se estende até 2020 representa uma oportunidade que não pode ser desperdiçada. As prioridades fundamentais da estratégia Europa 2020, que norteiam a sua aplicação, vão, em grande medida, de encontro às necessidades da região do Tâmega e Sousa. O Plano Estratégico tem, portanto, a preocupação de criar condições para que os fundos que vão estar disponíveis possam ser mobilizados em prol do desenvolvimento do Tâmega e Sousa.

Atente-se ainda à implementação do Orçamento Participativo Jovem, em que a Câmara Municipal do Marco de Canaveses reconhece que a sociedade civil, nomeadamente os jovens, devem ter um envolvimento acrescido na sociedade democrática promovendo uma cidadania ativa e práticas de construção coletiva.

O exercício de cidadania exige envolvimento, participação e aprendizagem. Sendo que os Orçamentos Participativos Jovens se têm apresentado como um importante meio de atuação, potenciando a participação dos jovens na vida das comunidades locais, a sua implementação no Município do Marco de Canaveses vai de encontro a essas exigências, permitindo ainda adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas dos jovens.

Com o Orçamento Participativo, os jovens marcoenses terão a oportunidade de desenvolverem processos participativos e de decisão em matérias que lhe dizem diretamente respeito, fundamentais para o seu futuro e para o futuro do concelho.

A Câmara Municipal do Marco de Canaveses dá, desta forma, um passo em frente no apelo à cidadania e à participação da juventude na construção de um concelho com maior participação dos jovens.

Importa ainda referir que os princípios base nos quais foi elaborado o Orçamento Municipal assentam no novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro que define um conjunto de princípios e regras orçamentais previstos nos seus artigos 40.º a 43.º, que complementa o ponto 3 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e na Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro).

No exercício económico de 2017, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo n.º 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é fixado o valor de 350.000,00 € como limite à despesa fiscal. Assim, e até ao presente limite fixado pode a Câmara Municipal, sob proposta deviamente fundamentada, conceder isenções ou reduções dentro dos limites estabelecidos nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Assim sendo, este Relatório para além da apresentação da política orçamental e da sua fundamentação inclui a identificação e descrição das responsabilidades contingentes e das Provisões até outubro de 2016 em anexo.

Define ainda que os orçamentos anuais devem enquadrar-se num Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) que tem em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento do Estado, contudo não eram conhecidas pelo Município à data da preparação dos documentos previsionais. Este quadro consta de documento que especifica o quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local designado de Quadro Plurianual Municipal de Programação Orçamental. Uma vez que a sua elaboração depende de regulamentação por decreto-lei, para este ano de 2017 verifica-se a inaplicabilidade da norma constante no artigo 41.º e 44.º da LFL.

A Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro prevê ainda ao nível das regras orçamentais que sejam apresentados em anexo ao Orçamento Municipal os orçamentos dos órgãos e serviços com autonomia financeira, bem como das entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo do Município, pelo que no caso das entidades participadas esta situação não se verifica. Encontra-se em anexo o Mapa das entidades participadas pelo Município identificadas com o respetivo número de identificação fiscal, percentagem de participação e o valor correspondente.

Apresentação Geral do Orçamento

A estimativa das despesas e das receitas para o próximo ano económico, efetuada com base nos pressupostos anteriores, é apresentada no Quadro I, o qual resume, em termos de distribuição de valores, a despesa e a receita, segundo os dois grandes agrupamentos da classificação económica.

Q.1 - Receita e Despesa prevista para o ano 2017

(Un.: euro)

	Correntes	Capital	Total
Receitas	23.486.293	3.689.977	**27.176.270**
Despesas	14.917.958	12.258.312	**27.176.270**
Saldo	**8.568.335**	**-8.568.335**	

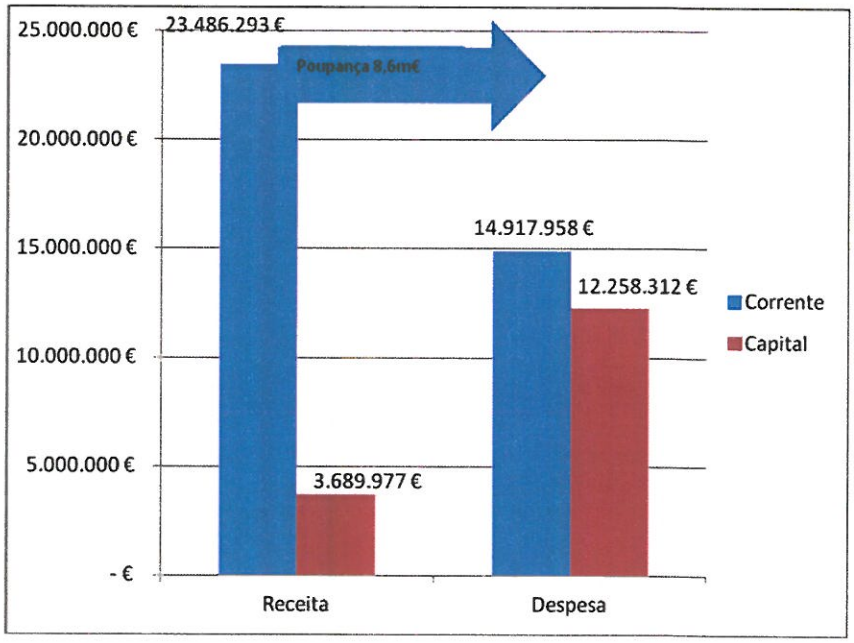
A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano económico estabiliza na arrecadação de receitas próprias municipais devido ao contexto macroeconómico em Portugal, situando-se, nos 27,2 milhões de euros. A receita corrente atingirá um montante de 23,5 milhões de euros o que compara com

a despesa corrente de 14,9 milhões de euros, enquanto a receita de capital atinge cerca de 3,7 milhões de euros para uma despesa de capital de 12,3 milhões de euros.

Constata-se a existência de um superavit corrente no valor de cerca de 8,6 milhões, que não resulta do excesso das receitas correntes sobre as despesas da mesma natureza, mas que é justificado maioritariamente com o deferimento de despesa corrente e que será dotada com a entrada do saldo da Gerência anterior para 2017 estimado em cerca de 9 milhões de euros.

Esta metodologia permite, por um lado, o cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que estipula que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Por outro lado, possibilita também a existência de dotação necessária para a realização dos investimentos, cujos os procedimentos concursais tiveram início em 2016 e são suscetíveis de beneficiarem da comparticipação dos fundos comunitários, na sequência da publicação e submissão de operações aos Avisos de abertura de candidaturas, no âmbito do Portugal 2020. Assim, se compreende que este superavit corrente financie em idêntico valor as despesas de capital.

F.1 – Gráfico de Receitas e Despesas Previstas



O gráfico F1 de Receitas e Despesas previstas permite ainda verificar que o equilíbrio orçamental também é previsionalmente conseguido. Assim sendo, a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos (sendo estas no valor de € 3.257.977).

F. 2 - Estrutura da Receita e da Despesa

Na figura anterior F2, ao comparar-se as receitas e as despesas de natureza afim, ilustra-se não só o maior volume das despesas correntes no cômputo da despesa total, representando 55% da mesma, segundo a qual as despesas correntes deverão ser totalmente financiadas por receitas correntes. Anota-se que, mais uma vez, a despesa corrente, em termos previsionais, tem maior peso no orçamento global que a despesa de capital que ascende a 10% da despesa total.

Q.2 – Receitas e Despesas Previstas

Receitas e Despesas Previstas

(Un.: euro)

Receitas	Valor	%	Despesas	Valor	%
Receitas Correntes	**23.486.293**	**86,4%**	**Despesa Corrente**	**14.917.958**	**54,9%**
Impostos directos	7.093.341	26,1%	Despesa com o pessoal	7.545.104	27,8%
Impostos indirectos	76.010	0,3%	Aquisição de bens e serviços	5.169.540	19,0%
Taxas, multas e outras penalidades	300.116	1,1%	Juros e outros encargos	332.819	1,2%
Rendimentos de propriedade	1.748.313	6,4%	Transferências correntes	1.621.495	6,0%
Transferências correntes	13.324.376	49,0%	Subsídios	1.000	0,0%
Venda de bens e serviços correntes	853.148	3,1%	Outras despesas correntes	248.000	0,9%
Outras receitas correntes	90.989	0,3%			
Receitas de Capital	**3.689.977**	**13,6%**	**Despesa de Capital**	**12.258.312**	**45,1%**
Venda de bens de investimento	10	0,0%	Aquisição de bens de capital	8.107.069	29,8%
Transferências de capital	3.676.803	13,5%	Transferências de capital	942.000	3,5%
Activos Financeiros	-	-	Activos Financeiros	177.124	0,7%
Passivos Financeiros	-	-	Passivos financeiros	3.031.119	11,2%
Outras receitas de capital	13.164	0,0%	Outras despesas de capital	1.000	-
Reposições não abatidas nos pagamentos					
Total	**27.176.270**	100,0%	**Total**	**27.176.270**	100,0%

A análise da evolução das diferentes componentes da receita e da despesa acima discriminadas serão objeto de aprofundamento em capítulos subsequentes.

Em termos de receita destaca-se a continuação da forte dependência do orçamento das transferências correntes do Estado, que totalizam 13,3 milhões de euros e contribuem em 49% para a receita total. Assinala-se ainda o aumento da receita proveniente das transferências de capital, alicerçada na componente de financiamento comunitário, justificada pelo início da execução do Portugal 2020, o que implica o aumento do peso (13,5%) das receitas desta natureza na receita total. Relativamente às receitas fiscais apenas contribuem com 27,5% para o orçamento municipal.

No que se refere à despesa destaca-se o peso dos encargos com pessoal (27,8%), da aquisição de bens e serviços (19,0%), da aquisição de bens de capital (29,8%), das Transferências correntes (6%) e dos passivos financeiros (11,2%) que representam, em conjunto, 93,8 % do total da despesa.

Importa referir que a despesa de capital representa para este ano económico cerca de 45,1%, resultante da realização de empreitadas com recurso a autofinanciamento autárquico, alavancado pelos fundos comunitários. Estes investimentos resultam de candidaturas realizadas ao abrigo dos programas operacionais do Portugal 2020, com uma comparticipação até 85%, para a execução dos projetos estratégicos para o Concelho identificados no âmbito da elaboração do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, recorrendo ao instrumento regulamentar dos Investimentos Territoriais Integrados através da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

A concretização de outras obras inscritas nas GOP's depende da aprovação das respetivas candidaturas através dos sistemas de incentivo e apoio dos programas operacionais do Portugal 2020. O ressarcimento de verbas comparticipadas para o ano de 2017 e seguintes irá depender da conciliação entre os objetivos específicos e tipologias dos projetos com as condições de elegibilidade específicas e respetivo mérito dos mesmos. A adoção desta estratégia possibilita a recuperação da capacidade orçamental obtida através de poupança financeira alcançada para fazer face ao plano estratégico de investimentos do Marco de Canaveses previstos no âmbito do novo quadro comunitário de apoio.

II – PREVISÃO DAS RECEITAS

1. Visão global das receitas

Para 2017 estima-se que a receita municipal ascenda a 27,2 milhões de euros, representando um aumento **de (+8,0%),** em termos absolutos, cerca de **dois milhões, dezoito mil, cento e sessenta e oito euros.** Este acréscimo, face ao ano anterior, resulta essencialmente do aumento de receita a arrecadar proveniente dos impostos diretos e das transferências de capital tendo em conta o início da execução do Programa Operacional Regional do Norte do Portugal 2020 (207,9%). Saliente-se que o agregado económico Venda de bens de investimento não detém a inscrição de receitas extraordinárias, designadamente, no que concerne à venda de imóveis porque só podem ser inscritas até ao limite da média aritmética simples das receitas arrecadadas nos últimos 36 meses que precedem o mês da elaboração do Orçamento Municipal.

Verifica-se uma ligeira inflexão da tendência de redução das receitas próprias, quer por via da crescente consignação das verbas referentes às transferências atribuídas pelo Estado, quer pela via do crescimento moderado da atividade económica. Simultaneamente, o Município do Marco de Canaveses encontra-se impedido de obter quaisquer financiamentos junto de terceiros. Este cenário facilita o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental exigido por Lei, potenciando a concretização do investimento municipal, motor inequívoco do desenvolvimento económico.

Q. 3 - Evolução da Receita Prevista

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	Anos 2016		2017		Variação 2016/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	**23.963.316**	**95,3%**	**23.486.293**	**86,4%**	**-477.023**	**-2,0%**
Impostos directos	6.722.048	26,7%	7.093.341	26,1%	371.293	5,5%
Impostos indirectos	69.809	0,3%	76.010	0,3%	6.201	8,9%
Taxas, multas e outras penalidades	282.835	1,1%	300.116	1,1%	17.281	6,1%
Rendimentos de propriedade	1.796.669	7,1%	1.748.313	6,4%	-48.356	-2,7%
Transferências correntes	14.055.341	55,9%	13.324.376	49,0%	-730.965	-5,2%
Venda de bens e serviços correntes	972.615	3,9%	853.148	3,1%	-119.467	-12,3%
Outras receitas correntes	63.999	0,3%	90.989	0,3%	26.990	42,2%
Receitas de Capital	**1.194.786**	**4,7%**	**3.689.977**	**13,6%**	**2.495.191**	**208,8%**
Venda de bens de investimento	10	0,0%	10	0,0%	0	0,0%
Transferências de capital	1.194.234	4,7%	3.676.803	13,5%	2.482.569	207,9%
Activos Financeiros	-	-	-	-	-	-
Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	542	0,0%	13.164	0,0%	12.622	2328,8%
Reposições não abatidas nos pagamentos	-	-	-	-	-	-
Total	**25.158.102**	**100,0%**	**27.176.270**	**100,0%**	**2.018.168**	**8,0%**

Como se pode observar, a estrutura da receita sofreu alguma alteração relativamente ao ano anterior. O peso das receitas correntes diminui ligeiramente, em cerca de 8,9 p.p. Em contrapartida regista-se um aumento do peso das receitas de capital 8,8%.

A receita corrente esperada apresenta uma variação de -2% relativamente ao ano de 2016, traduzido em 477 mil euros, pelo efeito acumulado da diminuição dos Rendimentos de Propriedade, Transferências correntes e da Venda de Bens e Serviços correntes.

O mesmo não sucede nas receitas de capital para as quais se prevê uma variação 209%, sustentada unicamente no agregado Transferências de Capital. Deste facto, resulta um aumento da importância relativa das Transferências de Capital (13,5% na receita total) que passa a ser a única componente materialmente relevante da Receita de Capital.

Pode concluir-se, contudo, que a variação positiva da receita total em (+8,%), tem origem no impacto verificado com o aumento do montante previsto de receita a arrecadar na rubrica dos Impostos Diretos (Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e Derrama) e no aumento das participações comunitárias de projetos cofinanciados pelo Portugal 2020, isto é, mais cerca de 2,5 milhões euros (208%).

As transferências de capital provenientes do Estado e que se referem à participação das autarquias locais nos Impostos do Estado, designadamente ao nível do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e a Participação Fixa no IRS mantiveram as importâncias constantes do Orçamento de Estado em vigor de 2016.

2. Receitas fiscais

Os valores estimados para a rubrica das receitas fiscais foram calculados no estrito cumprimento da Lei, a qual impõe que os referidos montantes se obtenham pela média aritmética simples dos valores executados nos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento.

Na estrutura das receitas municipais é relevante o peso das receitas fiscais que, incluindo os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, ascendem a cerca de 7,4 milhões de euros e constituem a segunda maior fonte de receita do Orçamento, representando 27,5% da receita total e 31,8% da receita corrente.

Q.4 - Evolução previsional das receitas fiscais

(Un.: euro)

Receitas Fiscais	Orçamento 2016		2017		Variação 2016/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos directos	**6.722.048**	**95,0%**	**7.093.341**	**95,0%**	**371.293**	**5,5%**
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	4.458.519	63,0%	4.713.692	63,1%	255.173	5,7%
Impostos Único de Circulação (IUC)	1.139.255	16,1%	1.126.000	15,1%	-13.255	-1,2%
Imposto Municipal sobre Trans. Onerosa Imóv. (IMT)	728.058	10,3%	825.627	11,1%	97.569	13,4%
Derrama	368.488	5,2%	416.342	5,6%	47.854	13,0%
Impostos Abolidos	**27.728**	**0,4%**	**11.680**	**0,2%**	**-16.048**	**-57,9%**
Contribuição Autárquica	2.344	0,0%	2.180	0,0%	-164	-7,0%
Imposto Municipal de SISA	25.384	0,4%	9.500	0,1%	-15.884	-62,6%
Outros Impostos Abolidos	-	0,0%	-	0,0%	0	-
Impostos indirectos	**69.809**	**1,0%**	**76.010**	**1,0%**	**6.201**	**8,9%**
Taxas, Multas e Out. Penalidades	**282.835**	**4,0%**	**300.116**	**4,0%**	**17.281**	**6,1%**
Total	**7.074.692**	**100,0%**	**7.469.467**	**100,0%**	**394.775**	**5,6%**

À semelhança do ano anterior prevê-se que as receitas fiscais aumentem (+5,6%) ou seja, cerca de 0,4 milhões de euros, essencialmente devido ainda à atualização das avaliações aos prédios urbanos no âmbito do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Verifica-se sinais de melhoria da atividade económica evidenciada pela Derrama, após sucessivas desacelerações fruto da conjuntura atual e que tem vindo a refletir-se nas receitas tributárias. O aumento ao nível das Receitas Fiscais só foi alcançado através do aumento do IMI, do IMT e da arrecadação da Derrama.

Saliente-se que por força do Plano de Reequilíbrio Financeiro mantêm-se as taxas máximas no que respeita aos impostos diretos.

A atualização dos respetivos valores da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Código Regulamentar considerados no ano económico de 2016 foi com a taxa de inflação de (+0,32%). Para o ano económico de 2017 e de acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) referente ao mês de setembro a tabela de Taxas e outras Receitas do Município é atualizada à taxa de

crescimento médio anual da taxa de inflação que se cifra em (0,6%). Apesar desta atualização prevê-se um ligeiro aumento da receita em cerca de 17 mil euros, ou seja, (6,1%).

Para este resultado contribui o aumento dos impostos diretos associado ao crescimento do IMI, do IMT e da Derrama, e a recuperação dos Impostos Indiretos e das Taxas, Multas e Outras Penalidades que, comparativamente ao ano de 2016 aumentaram, no seu conjunto, cerca de 23 mil euros. Espera-se um crescimento de cerca de 255 mil euros em relação ao IMI, e de 97 mil euros referente ao IMT. Em relação à Derrama, apesar de verificar-se alguma incerteza quanto ao montante potencial da receita pelo facto de estar dependente dos apuramentos realizados pela Administração Central que o faz em função das suas necessidades específicas e sem possibilidade de qualquer controlo por parte dos municípios, estima-se pelas médias apuradas um aumento da receita (13%), cifrando-se nos 48 mil euros.

O processo da elaboração da previsão dos impostos diretos municipais, que estão estabelecidos na Lei das Finanças Locais, seguiu as regras impostas no ponto 3.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

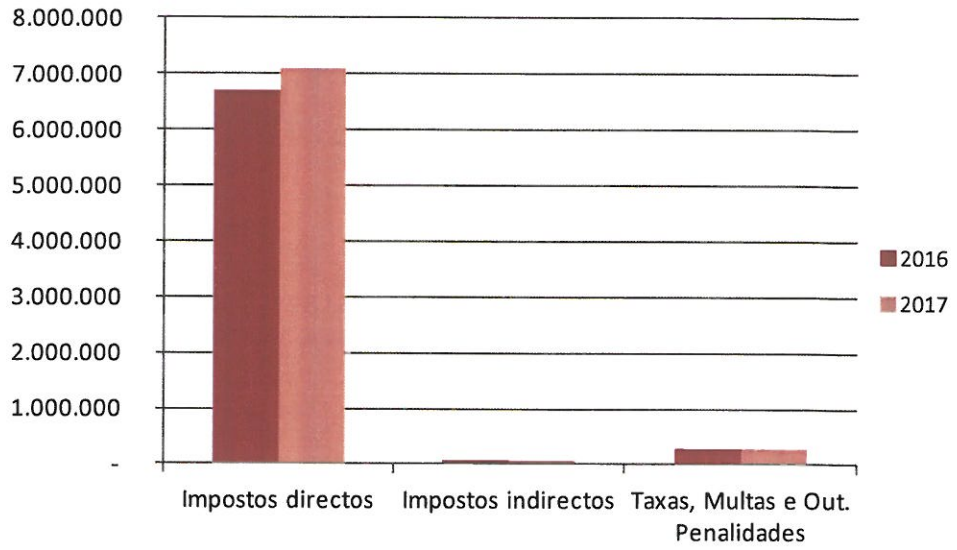
Nos impostos indiretos prevê-se um ligeiro aumento de 8,9%, relativamente ao ano anterior, o que representa cerca de 6 mil euros. Para tal contribuem essencialmente a receita arrecadada referente à Publicidade tendo em conta os critérios de isenção definidos no âmbito do Licenciamento Zero. Mantem-se a níveis muitos baixos a arrecadação dos impostos referentes a loteamentos e licenciamento de obras, nomeadamente as infraestruturas urbanísticas. Esta diminuição reflete a estagnação da atividade económica e mais concretamente da atividade empresarial no setor da Construção Civil.

É de salientar que a receita com a taxa municipal de direitos de passagem aumenta ligeiramente, sendo as empresas operadores de comunicações eletrónicas responsáveis pelo apuramento da receita arrecadada no concelho, no entanto o valor previsto a arrecadar em 2017 é residual (cerca de dez mil e duzentos euros).

No que concerne às taxas, multas e outras penalidades, o valor previsto para 2016 representa um aumento de (6,1%), essencialmente pelo efeito conjugado do aumento da cobrança das taxas de Loteamentos e Obras aos particulares, designadamente ao nível dos Loteamentos na Taxa de urbanização, das Taxas de Cedência e Prorrogações e ainda pela ocupação da via pública. Prevê-se,

ainda, uma estabilização em (+0,6%) para o ano de 2017 das taxas e tarifas referenciada à taxa de crescimento médio da taxa de inflação verificada nos últimos 12 meses nos termos da alínea j) do n.º1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março que reforça as regras inerentes ao Contrato de Reequilíbrio Financeiro.

F.3 - Estrutura das receitas fiscais



A figura anterior permite observar melhor a evolução previsional das diferentes componentes das Receitas Fiscais, verificando-se que, com base nas receitas obtidas nos últimos 24 meses, se espera um aumento na arrecadação dos impostos municipais através das taxas máximas nos Impostos Indiretos, sendo visível atualmente o reduzido peso do agregado Taxas e Outras Receitas Municipais.

3. Receitas não fiscais

As receitas não fiscais, excluídos os ativos e passivos financeiros, estimam-se em 19,7 milhões de euros, representando um aumento de **(9%)** relativamente a 2016 e deve-se fundamentalmente à de arrecadação de verbas em 2017 referentes à comparticipações comunitárias das candidaturas no âmbito do início da execução do Portugal 2020, incluídas no agregado das transferências provenientes do Estado isto é, mais 2,5 milhões de euros. Por outro lado, a não orçamentação de receitas respeitantes à Venda de

Imóveis do agregado Venda de Bens de Investimento também contribui para a diminuição de receita extraordinária tendo em conta o artigo 253.º da LOE 2015. Em termos líquidos prevê-se um **aumento** total de receita não fiscal municipal no valor de **1,6 milhões de euros**.

De destacar que as transferências (correntes e de capital) constituem recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, tendo a sua origem em verbas transferidas diretamente do Orçamento de Estado para o Município (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação fixa no IRS) e em verbas originárias de comparticipações, dotações e subsídios provenientes do Orçamento de Estado e do Orçamento da União Europeia (Fundos Comunitários), como era referido nos n.º 1, 2 e 3 do Artigo 10.º, da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 42/98, de 6 de agosto alterada pela Lei n.º 94/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e revogada pelo novo diploma Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro).

Q. 5 - Evolução das receitas não fiscais, excluídos os ativos e passivos financeiros

(Un.: euro)

Receitas Não Fiscais	Orçamento 2016		Orçamento 2017		Variação 2016/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	**16.888.624**	**93,4%**	**16.016.826**	**81,3%**	**-871.798**	**-5,2%**
Rendimentos de propriedade	1.796.669	9,9%	1.748.313	8,9%	-48.356	-2,7%
Transferências correntes	14.055.341	77,7%	13.324.376	67,6%	-730.965	-5,2%
Venda de bens e serviços correntes	972.615	5,4%	853.148	4,3%	-119.467	-12,3%
Outras receitas correntes	63.999	0,4%	90.989	0,5%	26.990	42,2%
Receitas de Capital	**1.194.786**	**6,6%**	**3.689.977**	**18,7%**	**2.495.191**	**208,8%**
Venda de bens de investimento	10	0,0%	10	0,0%	0	0,0%
Transferências de capital	1.194.234	6,6%	3.676.803	18,7%	2.482.569	207,9%
Activos Financeiros	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	542	0,0%	13.164	0,1%	12.622	2328,8%
Reposições não abatidas nos pagamentos	-	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
Total	**18.083.410**	**100,0%**	**19.706.803**	**100,0%**	**1.623.393**	**9,0%**

A agregação das receitas não fiscais por capítulos económicos, de acordo com a natureza das mesmas, permite concluir que 81,3% respeitam a receitas correntes e 18,7% a receitas de capital.

3.1 Rendimentos de propriedade

Dos 1.748 mil euros previstos em rendimentos de propriedade, 1.622 mil euros respeitam ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com a EDP, verificando-se um ligeiro decréscimo para o ano de 2017 face ao período homólogo do ano anterior (-2,7%), o qual se deve ao encontro de contas entre a arrecadação de receita trimestral das rendas de concessão e o pagamento da iluminação pública. O montante desta rubrica resulta principalmente das rendas arrecadadas à empresa E.D.P.

Os restantes 126 mil euros dizem respeito essencialmente aos juros das aplicações financeiras que a autarquia efetua mensalmente no sentido de rentabilizar os fundos de tesouraria em função do plano de pagamentos e a dividendos provenientes de entidades participadas.

3.2 Transferências correntes

O valor previsto nas transferências correntes assenta essencialmente nos valores definidos do Orçamento de Estado para 2016, nomeadamente Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação fixa no IRS. Estas verbas representam 91% do total deste agregado que totaliza 13.324 mil euros. Verifica-se uma diminuição de (-5,2%), isto é, menos 730 mil euros fruto da diminuição de verbas provenientes de transferências correntes do Estado. Saliente-se que as transferências do Estado têm maior peso nas Receitas Correntes e menor peso nas Receitas de Capital no âmbito da consolidação orçamental materializada no Orçamento Geral do Estado.

Destacam-se ainda, neste ano, as receitas provenientes de protocolos com o Ministério da Educação no âmbito do pré-escolar, da generalização do fornecimento de refeições escolares e das atividades de enriquecimento curricular, no montante de 1,1 milhões de euros, 8% do total das transferências correntes, sendo o remanescente das transferências correntes, no total de 118 mil euros, proveniente, essencialmente, da execução de protocolos com o Instituto de Emprego e Formação profissional – IEFP e de programas com financiamento comunitário no âmbito do POPH – Qualificação dos profissionais da Administração Pública e de protocolo com o Instituto da Segurança Social.

Saliente-se que, neste contexto, o Município celebrou contratos interadministrativos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia relativos às transferências provenientes dos acordos de

colaboração em parceria com a DGEstE. As transferências correntes constituem, em 2017, o agregado com maior peso, isto é, 49% das receitas totais, ou seja, representa 13.324 mil euros.

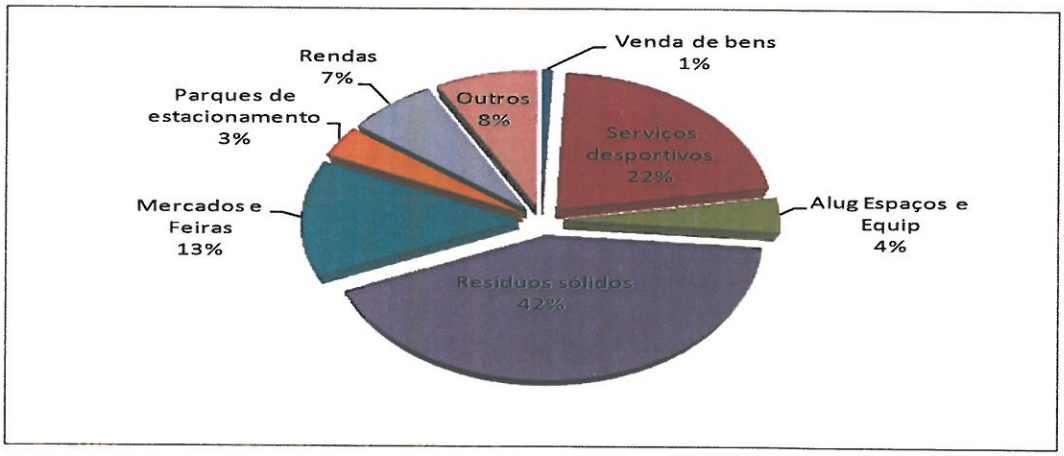
3.3 Venda de bens e serviços correntes

A venda de bens e serviços correntes representa 3,1% das receitas totais, com especial relevância para as receitas provenientes dos Resíduos Sólidos, Serviços Desportivos, designadamente os serviços prestados nas Piscinas Municipais, Mercados e Feiras, Rendas das habitações sociais e Alugueres de Espaços e Equipamentos com uma previsão total de 853 mil euros. Este ano a autarquia prevê uma redução de (-31%), que será resultante da incobrabilidade de parte da receita dos preços relativos às prestações de serviço na atividade de resíduos sólidos urbanos. Verifica-se ainda o desequilíbrio existente na sustentabilidade desta prestação e consequente necessidade de reestruturação deste regulamento municipal nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais. Esta reestruturação implica ainda a redefinição dos preços fixados que não devem ser inferiores aos custos direta ou indiretamente suportados com as prestações destes serviços.

Em contrapartida regista-se um aumento de verbas relacionadas com Serviços Desportivos (7,1%) e as licenças dos Mercados e Feiras (11,5%).

Para melhor visualização da estrutura da receita prevista para o ano de 2017 observe-se a Figura 4, que mostra as diferentes fontes de financiamento, segundo o seu peso na receita total.

F.4 - Estrutura da venda de bens e serviços correntes



3.4 Outras Receitas Correntes

O agregado outras receitas correntes estabilizou a receita que ascende a cerca de 90 mil euros e que se justifica essencialmente pela entrada de verbas relativas a indemnizações das Companhias de Seguros, e outras receitas de caráter residual.

Saliente-se que se encontram regularizados os pagamentos referentes a consumo de água entre o Município e a empresa Águas do Marco, mas mantêm-se em aberto a assunção dos encargos de faturação referente a saneamento, desde 2005, sendo que não foi considerada a verba a arrecadar atendendo à cláusula 71.ª (Retribuição) do Contrato de Concessão e que ascende ao valor de 1.363 mil euros por aguardar um encontro de contas e eventual acordo no âmbito do processo judicial.

Este valor mostra que a atividade económica do Município, materializada na prestação de serviços para além da exercida no desempenho da sua autoridade administrativa, sofre um impacto negativo na capacidade de gerar receita municipal significativa, contribuindo, deste modo, para a dependência da autarquia dos recursos provenientes dos Impostos, das transferências e até dos passivos financeiros se tal cenário fosse viável, dados os condicionalismos decorrentes do Contrato de Reequilíbrio Financeiro.

3.5 Venda de bens de investimento

Neste agrupamento das receitas de capital contrariamente ao ano anterior não se pode prever qualquer encaixe financeiro. O orçamento de Estado para 2016 definiu que a previsão de receitas das autarquias locais resultantes da venda de imóveis só pode ser consideradas até ao limite da média aritmética simples das receitas arrecadadas nos últimos 36 meses que precedem o mês da elaboração do Orçamento Municipal. Neste sentido, o recurso às receitas extraordinárias previstas não podem ser contempladas, o que implica a inexistência de receita neste ano relativa à alienação de bens municipais através de hasta pública, designadamente diversos terrenos e edifícios municipais. No entanto e consciente de que esta conjuntura económica não é a ideal, a aposta na alienação de bens possibilita sempre para além da arrecadação de receita extraordinária, a redução de gastos na conservação e manutenção destes bens.

3.6 Transferências de capital

Os valores considerados em transferências de capital assentam nas verbas provenientes do Estado e originárias dos fundos comunitários, representam 13,5% da receita total. Verifica-se a manutenção da verba do FEF da componente capital da LOE 2016, cifrando-se o valor em 1.097 mil euros. No que concerne à receita proveniente dos valores comparticipados referentes ao FEDER prevê-se que haja arrecadação de verbas materialmente relevantes tendo em conta o início da execução de projetos comparticipados ao abrigo do novo ciclo de Fundos Comunitários Portugal 2020. Relembra-se que estas verbas são as que constituem o único meio de alavancagem financeira para permitir a realização de investimentos de elevados montantes no âmbito de protocolos firmados ou candidaturas aprovadas. As Grandes Opções do Plano para o ano 2017 identificam os projetos com comparticipação nacional e comunitária no Portugal 2020. Pela sua importância estratégica e financiamento envolvidos destacamos as operações previstas no Plano de Ação de Regeneração Urbana da cidade do Marco de Canaveses (PARU), no Plano de Ação para a Mobilidade Urbana e Sustentável (PAMUS) e no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Assim, o novo quadro comunitário "Portugal 2020" constitui o novo instrumento da estratégica do Município assente na modernização e requalificação das infraestruturas básicas (e.g. Escolas) e numa nova lógica de estímulo à economia e às empresas, através de uma aposta clara nas pessoas e na criação de emprego. Um dos desafios do Município, face à sua limitada capacidade orçamental para realizar novos investimentos, será conseguir obter comparticipações de investimentos em algumas infraestruturas essenciais ao seu desenvolvimento sustentado.

3.7 Ativos Financeiros

A ausência de valores no agregado económico ativos financeiros indica que o Município não pretende alienar quaisquer ações detidas em entidades societárias na presente data.

3.8 Outras Receitas

Importa referir que uma das componentes do agregado da receita municipal, os passivos financeiros, não apresenta nenhum valor de abertura de rubrica conforme o estipulado na alínea c) do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei. n.º 38/2008, de 07 de Março, referente às obrigações inerentes ao Contrato de Reequilíbrio Financeiro.

Refira-se que o Executivo tem em curso uma operação de substituição de dívida, traduzida na contração de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada dos atuais empréstimos existentes, ao abrigo do artigo 63.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprova a Lei do Orçamento de Estado para 2016.

No que concerne a rubrica Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos, esta não foi dotada, neste ano económico, uma vez que não existe nenhuma entrada de receita prevista de valores respeitantes a pagamentos de exercícios anteriores a favor do Município.

III – PREVISÃO DAS DESPESAS

1. Visão global das despesas

A despesa municipal para 2017, repartida por despesa corrente e despesa de capital, e constituída por diversos agrupamentos económicos, prevê-se que ascenda a 27.176 mil euros, a que corresponde um ligeiro aumento de **(+8,0%)** face ao ano transato.

Q.6 - Evolução da despesa prevista

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	Anos 2016		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	**17 726 879**	**70,5%**	**14 917 958**	**54,9%**	**-2 808 921**	**-15,8%**
Pessoal	7 643 602	30,4%	7 545 104	27,8%	-98 498	-1,3%
Aquisição de bens e serviços	6 377 435	25,3%	5 169 540	19,0%	-1 207 895	-18,9%
Juros e outros encargos	461 374	1,8%	332 819	1,2%	-128 555	-27,9%
Transferências correntes	2 996 368	11,9%	1 621 495	6,0%	-1 374 873	-45,9%
Subsídios	100	0,0%	1 000	0,0%	900	900,0%
Outras despesas correntes	248 000	1,0%	248 000	0,9%	0	0,0%
Despesas de Capital	**7 431 223**	**29,5%**	**12 258 312**	**45,1%**	**4 827 089**	**65,0%**
Aquisição de bens de capital	3 159 200	12,6%	8 107 069	29,8%	4 947 869	156,6%
Transferências de capital	1 000 945	4,0%	942 000	3,5%	-58 945	-5,9%
Activos financeiros	177 124	0,7%	177 124	0,7%	0	0,0%
Passivos financeiros	3 093 754	12,3%	3 031 119	11,2%	-62 635	-2,0%
Outras despesas de capital	200	0,0%	1 000	0,0%	800	400,0%
Total	**25 158 102**	**100,0%**	**27 176 270**	**100,0%**	**2 018 168**	**8,0%**

Conforme se extrai da leitura do quadro anterior, que estabelece a comparação com os valores orçamentados do exercício de 2016, prevê-se que as Despesas Correntes, em 2017, em termos de variação fiquem sensivelmente estagnadas, pese embora se verifique uma redução em (-15,8%) compensada simultaneamente com o aumento significativo das Despesas de Capital (+65,0%).

2. Despesas correntes

As despesas correntes mantêm uma estrutura idêntica à prevista para 2016, salientando-se as despesas com pessoal e as despesas com a aquisição de bens e serviços, que representam, em conjunto, 46,8% do total das mesmas.

As despesas correntes incluem as despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes, os subsídios, os juros e outros encargos e outras despesas correntes.

Recorda-se que a existência de um superavit corrente entre a receita corrente e a despesa corrente não resulta apenas do excesso das receitas correntes sobre as despesas da mesma natureza, mas é justificado com o deferimento de despesa corrente e que será dotada com a entrada do saldo da Gerência anterior para 2017 estimado em cerca de 9 milhões de euros.

Esta metodologia permite, por um lado, o cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, em que prevê que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. Por outro lado, possibilita também a existência de dotação necessária para a realização dos investimentos, que iniciaram os procedimentos concursais em 2016 e de outros que serão objeto de candidaturas no âmbito do Portugal 2020. Assim, se compreende que este superavit corrente financie em idêntico valor as despesas de capital.

2.1 Despesas com pessoal

As Despesas com o Pessoal assumem-se, como é inevitável, como uma das maiores parcelas do orçamento municipal, no montante de 7.545 mil euros, e representa 27,8% do total da despesa, verificando-se uma ligeira diminuição previsional da ordem dos 98 mil euros (-1,3%), justificado essencialmente, pela redução imposta pela LOE 2015 e decorrente da conclusão dos processos concursais de necessidades de recrutamento existentes desde o segundo semestre de 2015, designadamente ao nível do funcionamento dos Espaços do Cidadão no Concelho do Marco de Canaveses (decorrente do protocolo celebrado entre o Município do Marco de Canaveses e a Agência para a Modernização Administrativa - AMA) e da organização de serviços internos de segurança e saúde

e saúde no trabalho (decorrente da legislação vigente e da consulta efetuada às entidades competentes neste domínio).

Q.7 – Despesas com pessoal por natureza económica

(Un.: euro)

Designação	Anos 2016		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações Certas e Permanentes	**5 602 500**	**73,3%**	**5 595 000**	**74,2%**	**-7 500**	**-0,1%**
Abonos Variáveis ou eventuais	**236 102**	**3,1%**	**220 104**	**2,9%**	**-15 998**	**-6,8%**
Segurança Social	**1 805 000**	**23,6%**	**1 730 000**	**22,9%**	**-75 000**	**-4,2%**
Encargos com a saúde	400 000	5,2%	305 000	4,0%	-95 000	-23,8%
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	60 000	0,8%	60 000	0,8%	0	0,0%
Outras Prestações Familiares	10 000	0,1%	10 000	0,1%	0	0,0%
Contribuições para a Segurança Social	**1 160 000**	**15,2%**	**1 170 000**	**15,5%**	**10 000**	**0,9%**
Assist. na doença a funcionários públicos	10 000	0,1%	10 000	0,1%	0	0,0%
Caixa Geral Aposentações	950 000	12,4%	940 000	12,5%	-10 000	-1,1%
Segurança social - Regime geral	200 000	2,6%	220 000	2,9%	20 000	10,0%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	20 000	0,3%	20 000	0,3%	0	0,0%
Outras Pensões	30 000	0,4%	30 000	0,4%	0	0,0%
Seguros	125 000	1,6%	135 000	1,8%	10 000	8,0%
TOTAL	**7 643 602**	**100,0%**	**7 545 104**	**100,0%**	**-98 498**	**-1,3%**

Uma análise dos valores por subagrupamento permite, pelos motivos explanados, confirmar a manutenção das despesas com pessoal que ocorre nas remunerações certas e permanentes e consequentemente nos encargos com a Segurança Social e que representam, em termos absolutos, uma diminuição de 98 mil euros.

A finalização dos processos de recrutamento identificados justifica a ligeira diminuição das remunerações certas e permanentes e consequentemente dos encargos no subagrupamento Segurança social, no valor absoluto de 75 mil euros, e valor percentual de (-4,2%).

Estas situações, resultantes das políticas de descentralização de competências da administração central para a administração local, e das alterações do quadro legislativo aplicável ao setor público, acarretam encargos adicionais e condicionantes ao nível do controlo e monitorização das despesas com o pessoal. Acresce ainda a rigidez imposta na abertura de novos procedimentos concursais que não pode

corresponder a um aumento da despesa com pessoal verificada em 31 de dezembro de 2015, conforme estipulado na Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2016.

Efetivamente, à semelhança do que sucedeu nos dois últimos anos, o Município conseguiu, no período de tempo decorrido, garantir o cumprimento da redução de trabalhadores em 2% a que se encontrava obrigado, por força do artigo 63º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, tendo-se verificado a saída de 9 trabalhadores (6 por motivo de aposentação, 2 por motivo de falecimento e 1 por despedimento).

Esta diminuição de despesa encontra-se, no entanto, anulada pelo recrutamento dos 10 trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho, para além dos 28 técnicos superiores de Desporto para as Atividades de Enriquecimento Curricular contratados anualmente.

No que respeita ao subagrupamento Abonos variáveis ou eventuais, regista-se uma variação negativa de (-6,8%), correspondente a um aumento de 16 mil euros, correspondente ao reconhecimento do direito ao abono para falhas a alguns trabalhadores do Município.

Independentemente das medidas que venham a ser adotadas em matéria de reduções remuneratórias, como medidas excecionais de estabilidade orçamental, o Município mantem, prudentemente, a dotação das remunerações ilíquidas, na totalidade, no subagrupamento remunerações certas e permanentes, face à incerteza do tratamento futuro desta questão, ou seja, não contempla as reduções remuneratórias vigentes durante o ano de 2016.

A redução do número de trabalhadores que tem vindo a ser imposta pelos sucessivos orçamentos de Estado, com especial exigência para os Municípios em situação de desequilíbrio financeiro estrutural, tem resultado numa difícil gestão dos recursos humanos em determinados setores de atividade, sendo as possibilidades de recrutamento cada vez mais escassas, contudo a execução do Orçamento de 2016, despoletar o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho.

Neste contexto, refere-se que a previsão dos recrutamentos ainda estão pendentes de autorização pelos órgãos competentes, encontrando-se a decorrer as diligências necessárias ao recrutamento. Em função do ano civil em que tal recrutamento venha a efetivar-se, pode vir a verifica-se a necessidade de reafetação da despesa indicada, em termos de rúbrica orçamental.

Tendo em atenção eventuais rescisões por mútuo acordo no Município, a rúbrica de indemnizações por cessação de funções contempla o valor de 57.500 euros destinados a avaliar eventuais situações que possam vir a ocorrer neste domínio.

Aos encargos com remunerações certas e permanentes e aos abonos variáveis e eventuais continuam a ser aplicadas as restrições às valorizações ou acréscimos remuneratórios decorrentes de promoções ou progressões.

A despesa com a Segurança Social, que no seu conjunto engloba as contribuições para as diversas entidades de segurança social para além dos encargos com a saúde, seguros e subsídios e prestações familiares, representa 22,9% das despesas com pessoal.

Em termos absolutos destacam-se as contribuições para a Segurança Social dos funcionários públicos: CGA e Segurança Social-Regime Geral, e os encargos com a saúde, nos montantes de 940; 220 e 305 mil euros, respetivamente.

A previsão das despesas com o pessoal foi efetuada, **tendo em atenção o disposto na alínea e) do n.º 3.3 – Regras Previsionais** do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro.

2.2 Despesas com aquisição de bens e serviços

A implementação da nova Norma de Controlo Interno do Município do Marco de Canaveses permite a salvaguarda da legalidade e regularidade dos procedimentos, bem como o incremento da eficácia e eficiência das operações definidos no âmbito da gestão municipal, associados à centralização e operacionalização da contratação pública e da gestão de armazém; todos permitem um maior controlo e monitorização da despesa e consequentemente um maior grau de execução. Os mecanismos adotados ao nível da centralização das requisições e controlo da despesa efetuada pelo setor de Aprovisionamento e Compras articulado com a gestão de stocks, a adoção da plataforma das compras eletrónicas para procedimentos concursais superiores ao ajuste direto simplificado, a otimização e rentabilização dos recursos através das sinergias desenvolvidas pelas direções municipais e o próprio Executivo, continuam a ser os instrumentos fundamentais à prossecução do controlo e otimização da Despesa.

O agregado económico de Aquisição de bens e serviços sofre uma diminuição de dotação orçamental que se cifra em (-18,9%) e simultaneamente verifica-se a existência de um superavit corrente no valor de

cerca de 8,6 milhões de euros, que resulta em parte do deferimento de despesa corrente e que será dotada com a entrada do saldo da Gerência anterior para 2017 estimado em cerca de 9 milhões de euros.

Esta metodologia permite, por um lado, o cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, em que prevê que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. Por outro lado, possibilita também a existência de dotação necessária para a realização dos investimentos, em que alguns já iniciaram os procedimentos concursais em 2016 nomeadamente na área de Educação ao nível da ampliação e requalificação de Escolas do Ensino Básico 1, Saneamento e Abastecimento de Água, na Habitação Social – Eficiência energética, na Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza o Centro de Bem Estar Animal do Marco de Canaveses e Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares. Acresce ainda investimentos como o Plano de Ação de Regeneração Urbana, o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Município do Marco de Canaveses, a Requalificação da Zona Empresarial do Marco de Canaveses e no Turismo a Pousada do Marco de Canaveses que serão objeto de candidaturas no âmbito do Portugal 2020. Assim, se compreende que este superavit corrente financie em idêntico valor as despesas de capital.

O Município procura sempre limitar a aquisição de bens e serviços à necessidade de se assegurar o normal desenvolvimento da atividade municipal não obstante estar sujeito a aumentos de preços praticados ao nível de determinadas aquisições de bens e serviços e cujas variáveis exógenas não controla, como é o caso dos encargos das instalações e equipamentos, designadamente ao nível do custo da Eletricidade e dos Combustíveis. A atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida irá previsivelmente refletir-se no custo da mão-de-obra e por conseguinte na atualização dos preços dos bens e serviços.

Verifica-se que algumas rubricas deste agrupamento de despesas decrescem face ao ano anterior, destacando-se os **Combustíveis e lubrificantes** (-11,5%) especificamente no **Combustível -Outros** para permitir o aquecimento dos Equipamentos Municipais, tendo em conta a baixa dos preços praticados no últimos meses para o seu fornecimento no mercado nacional e pela racionalização da sua utilização. A despesa com **aquisição de bens- Outros Bens** aumenta, prevendo-se um acréscimo em (+12,3%) ao nível dos bens e materiais para obras por administração direta e definição de prioridades na conservação

de equipamentos municipais, aproveitando a mão-de-obra municipal existente. No que concerne à rubrica **Material de Educação, Cultura e Recreio** os montantes também diminuem tendo em conta os investimentos já realizados nesta área. Verifica-se ainda um aumento no valor de cerca de 40 mil euros em despesas relacionadas com **prestações de serviços** referentes a **Assistência Técnica** justificados em parte pela necessidade de se assegurar a assistência técnica aos bens municipais no âmbito dos contratos de manutenção. Verifica-se ainda uma diminuição no valor de cerca de 23 mil euros em despesas relacionadas com as **prestações de serviços** necessárias no âmbito da atividade municipal e que se prendem com a obrigatoriedade de não aumentar o pagamento dos contratos de prestações de serviços nos termos do artigo 35.º da LOE 2016.

No que se refere à classificação económica **Limpeza e Higiene** verificam-se atualizações anuais do preço praticado, pelo que a última foi no ano de 2015 e cifrou-se em 1,225% na prestação de serviço referente à recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos.

As medidas de diminuição de dotação previsível foram estrategicamente definidas de forma a não prejudicar o nível do desempenho do Município nas competências essenciais inerentes ao normal desenvolvimento da atividade autárquica.

Salienta-se que existem contratos sempre presentes e com elevado peso em termos orçamentais, dos quais se destacam os encargos com as instalações, as prestações de serviços na área dos Resíduos Sólidos e Urbanos, as prestações de serviços ao nível do desenvolvimento da atividade municipal para as áreas Social, da Cultura, Educação e Desporto e Outros só possível numa perspetiva plurianual. Estes compromissos contam com uma contribuição do Saldo da Gerência Anterior mais elevado (9 milhões de euros) face aos anos anteriores atendendo ao esforço por parte do Órgão Executivo na constituição de poupança para avançar com novas candidaturas que permitirão comparticipação comunitária no montante de cerca de 2,5 milhões de euros.

À semelhança dos anos anteriores a poupança financeira conseguida é fundamental para permitir a execução de empreitadas e investimentos com autofinanciamento autárquico e possibilitar concomitantemente a realização dos projetos estratégicos do Concelho determinados no âmbito da definição prévia dos Investimentos Territoriais Integrados através da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, submetendo-os através de candidaturas ao novo quadro comunitário "Portugal 2020".

2.3 Encargos correntes da dívida

Os mercados financeiros mantêm as previsões de retoma numa perspetiva de médio prazo o que tem possibilitado a estabilização da despesa corrente com os juros e outros encargos para níveis históricos, pelo que se prevê a manutenção no próximo ano de 2017 desse impacto positivo na despesa corrente da Autarquia. Ainda assim, a atual previsão dos juros e encargos para 2017 irá atingir o valor de 313 mil euros, resultante da indexação das taxas de juro à taxa de juro de referência Euribor. Estes encargos financeiros poderão diminuir com a proposta de contração de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada dos atuais empréstimos existentes, nos termos do art.º 63.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprova a Lei do Orçamento do Estado de 2016.

2.4 Transferências correntes

As Transferências Correntes registam uma diminuição de (-45,9%), representando em termos absolutos um valor de cerca de 1,7 milhões de euros no âmbito da celebração dos contratos interadministrativos na área da Educação, Resíduos Sólidos e acordos de execução na área das Vias da delegação de competências, mas que terão reforço de dotação com a entrada do saldo da Gerência anterior para 2017.

Assim sendo, prevê-se uma diminuição das transferências para as Freguesias justificado com alguns pagamentos desfasados, cifrando-se num total de verba transferida de cerca de 1,1 milhões euros. Neste agrupamento figuram os valores previstos no âmbito do funcionamento do Ensino Pré-escolar, Primeiro ciclo do Ensino Básico; da manutenção dos Estabelecimentos Escolares e Espaços envolventes, da Limpeza de Vias e Espaços Públicos, bem como da manutenção dos contratos interadministrativos para apoio em todas as Freguesias.

No que se refere às Instituições sem fins lucrativos a dotação prevista cifra-se em cerca de 436 mil euros (+5,8%), o que revela a contínua aposta da Autarquia em apoiar as Coletividades do Concelho.

Nas transferências para as Associações de Municípios estão previstas comparticipações de despesas correntes para as quotas anuais da Associação Municípios do Baixo Tâmega e eventual gestão de projetos. Para a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, encontra-se inscrita a comparticipação do Município o nível das quotas e de várias candidaturas, nomeadamente o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM-Tâmega e Sousa - Portugal 2020.

3. Despesas de capital

3.1 Transferências de Capital

Face à atual conjuntura do país, prevê-se uma recuperação moderada da economia, pelo que o Município vê-se confrontado com uma realidade económica e financeira ainda difícil, agravada pelos condicionalismos do Contrato de Reequilíbrio Financeiro e pela contração do empréstimo adicional de 2,6 milhões de euros utilizados em 2014. No entanto, o Órgão Executivo em final de mandato mantém a contraciclo o nível das Transferências de Capital, sendo visível o esforço de manutenção do montante de comparticipação que se cifra em 350 mil euros destinados aos investimentos de todas as Juntas de Freguesia do Concelho para o ano 2017.

Consolida-se a vontade deste Órgão Executivo em continuar a apoiar os investimentos de todas as Juntas de Freguesia e das entidades sem fins lucrativos, pese embora esta vontade esteja sempre limitada e condicionada, por um lado, à evolução do serviço da Dívida indexada taxa de juro de referência Euribor; e, por outro lado, às variações dos montantes de transferências provenientes do Estado definidos normalmente em Orçamento Geral do Estado. Saliente-se o aumento das transferências de capital previstas para as instituições sem fins lucrativos com cerca de 258 mil euros (+281,5%).

3.2 Estrutura do Investimento

Em 2017, o Investimento direto definido e executado pelos serviços da autarquia, estima-se que ascenda aos 8,1 milhões euros, ou seja mais (+156,6%) que o orçamentado em 2016 justificado pela execução de empreitadas com recurso a autofinanciamento autárquico e de comparticipações comunitárias definidas para o Município do Marco de Canaveses no âmbito do novo quadro comunitário Portugal 2020.

Saliente-se que o Município só consegue potenciar novos investimentos estratégicos com recurso a autofinanciamento, fruto da poupança financeira alcançada nestes últimos anos. Esta poupança é conseguida pelo "efeito combinado" do aumento da Receita, nomeadamente dos Impostos diretos e Fundos Comunitários e pela diminuição da Despesa, designadamente a redução dos encargos anuais.

Importa referir que a existência da assunção de compromissos resultantes de acordos de processos judiciais com terceiros (designadamente entre a Câmara Municipal, a empresa M2S, Construções Lda. e

a Triagem – Sociedade Imobiliária, Limitada); de protocolos de cedências e de acordos no âmbito do PDM entre a Câmara Municipal e terceiros deverão ser acomodados em matéria de despesa com carácter plurianual.

Assim, para concretizar os novos investimentos será fundamental a aposta nas candidaturas comunitárias de forma a permitir a alavancagem necessária para a execução dos projetos estratégicos do Concelho determinados no âmbito da definição dos Investimentos Territoriais Integrados através da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

O grau de execução do volume de investimentos a realizar resulta da capacidade de alavancagem financeira proporcionada pela aprovação dos novos fundos comunitários para 2014-2020. Assim, considera-se prioritária a realização de investimentos estruturais para o concelho do Marco de Canaveses na área de Educação ao nível da ampliação e requalificação de Escolas do Ensino Básico 1, Saneamento e Abastecimento de Água, na Habitação Social – Eficiência energética, na Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza o Centro de Bem Estar Animal do Marco de Canaveses e nos Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares. Acresce ainda investimentos como o Plano de Ação de Regeneração Urbana, o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Município do Marco de Canaveses, a Requalificação da Zona Empresarial do Marco de Canaveses e no Turismo a Pousada do Marco de Canaveses.

A execução destas empreitadas em carteira, cujos projetos são objeto de candidaturas a financiamentos comunitários no âmbito do novo quadro comunitário de apoio "Portugal 2020", assenta na atual capacidade financeira, condicionada às variações do serviço da dívida do Plano de Reequilíbrio Financeiro e do controlo da Despesa municipal.

Assim sendo, a limitação das despesas de investimento resulta dos condicionalismos impostos pelo Contrato de Reequilíbrio Financeiro que as fixam em montante limitado ao valor global da receita corrente, acrescido da componente capital do Fundo de Equilíbrio Financeiro, deduzido das despesas obrigatórias. Estes condicionalismos mantêm-se para o ano económico de 2017 através das medidas de controlo mensal orçamental da despesa com a aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) na sua redação atualizada que condiciona a assunção de novos compromissos à existência de Fundos disponíveis municipais. Acresce ainda a

necessidade de garantir o cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

O Plano apresenta, também, a finalização da estratégica ao nível dos investimentos neste o quadriénio do Órgão Executivo. Destaca-se a aposta em áreas como o Saneamento, Abastecimento de Água, Ensino, Cultura, Desporto, Recreio e Lazer, Transportes Rodoviários, Ordenamento do Território e Indústria e Energia.

4. Serviço da Dívida

A atual situação dos mercados financeiros mantêm baixas as taxas de juro praticadas e em níveis históricos, sendo o **peso** dos **juros e outros encargos** de **1,2%** da **despesa total** em **2017.**

Importa de lembrar que não pode ser ignorada a **enorme dependência** do **serviço da dívida** de **fatores exógenos ao controlo do Município,** designadamente eventuais subidas das taxas de juro de referência.

O peso do serviço da dívida **representa 12,3% da despesa total**. Este agregado económico é, também pela sua natureza, uma despesa orçamental que importa analisar, e em relação à qual se estima um montante elevado ao nível da amortização dos empréstimos do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, em termos absolutos, cerca de 3.031 mil euros.

Considerando o encaixe financeiro do empréstimo adicional de 2,6 milhões de euros em 2014, o efeito gerado para o serviço da dívida representa um encargo adicional ao longo de 16 anos. Assim sendo, o peso do agregado **Passivos Financeiros** representará **24,7%** da **despesa de capital do Município**.

Os encargos globais do serviço da dívida previstos totalizam **3.344 mil euros**, e decorrem, na sua globalidade, para o limite de capacidade de endividamento do Município, que está impedido, nos próximos 16 anos, de contrair empréstimos e de assumir encargos que não estejam previstos no Plano de Reequilíbrio Financeiro. O Mapa de Empréstimos do ponto IV – Anexos (Empréstimos – Previsão de Encargos 2017), permite visualizar a informação dos encargos discriminados por instituição de crédito.

5. Classificação Funcional das Despesas Autárquicas

A totalidade da despesa, definida e não definida, são distribuídas por funções e subfunções de acordo com os objetivos finais a realizar pela Autarquia, conforme se apresenta no quadro 8. A metodologia adotada para a distribuição da despesa pelas diferentes funções segue de perto as atividades desenvolvidas pelas respetivas direções de serviço, procedendo-se à imputação direta dos respetivos encargos.

Estando a maior parte das atribuições e competências das autarquias centradas nas Funções Sociais do Estado, é esta, a função que maior parcela absorverá do orçamento municipal (representando 60,7% do orçamento global). Destacam-se as subfunções: Transportes Rodoviários; Administração Geral; Ensino Não Superior; Serviços Auxiliares de Ensino; Saneamento, Desporto, Recreio e Lazer e Transferências entre Administrações cujos montantes investidos orçam 2.218 mil euros, 2.179 mil euros, 1.795 mil euros, 1.469 mil euros, 1.199 mil euros, 1.042 mil euros, respetivamente. No entanto, as Funções Gerais terão, também, em 2017, um peso bastante significativo no total orçamentado (15,4%).

Em suma, relativamente à Função Social, verifica-se que sobressaem as subfunções: A função Habitação e Serviços Coletivos com o peso de 26,5% no Orçamento global, que absorverá 3.829 mil euros, nomeadamente no Saneamento (8,3% do orçamento global), no Ordenamento do Território (6,9% do orçamento global); nos Resíduos Sólidos (5,7% do orçamento global) e Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza (4,0% do orçamento global).

A função Habitação e Serviços Coletivos representa (26,5% do orçamento Global), Educação (22,6% do orçamento global); Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos (11,0% da Despesa) e Segurança e Ações Sociais (0,5% do orçamento global). A subfunção Transportes Rodoviários ao apresentar-se como aglutinadora de 15,4% do orçamento global aparece como a finalidade privilegiada nas atividades delineadas pela Autarquia no montante de 2.219 mil euros.

No que diz respeito às Funções Gerais, é a subfunção Administração Geral a mais expressiva em termos de aplicação, representando 15,1% do Orçamento.

Q.8 - Grandes Opções do Plano/Áreas de Intervenção

(Un.: euro)

ORÇAMENTO 2017 Função / Subfunções	Grandes Opções do Plano		Total	%
	Definido	Não Definido		
1 Funções Gerais	**2 227 000**	**0**	**2 227 000**	**15,4%**
1.1.0 Serviços Gerais de Adminis. Pública	**2 179 000**	**0**	**2 179 000**	**15,1%**
1.1.1 Administração geral	2 179 000		2 179 000	15,1%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	**48 000**	**0**	**48 000**	**0,3%**
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	-		-	
1.2.1 Proteção civil e luta contra incêndios	48 000			
2 Funções sociais	**8 762 595**	**0**	**8 762 595**	**60,7%**
2.1.0 Educação	**3 263 700**	**0**	**3 263 700**	**22,6%**
2.1.1 Ensino não superior	1 795 200		1 795 200	12,4%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	1 468 500		1 468 500	10,2%
2.2.0 Saúde				
2.2.1 Serviços individuais de saúde				
2.3.0 Segurança e Ações Sociais	**75 000**	**0**	**75 000**	**0,5%**
2.3.1 Segurança social				
2.3.2 Acção social	75 000		75 000	0,5%
2.4.0 Habitação e Serviços Coletivos	**3 828 795**	**0**	**3 828 795**	**26,5%**
2.4.1 Habitação	55 000			
2.4.2 Ordenamento do território	999 500		999 500	6,9%
2.4.3 Saneamento	1 198 900		1 198 900	8,3%
2.4.4 Abastecimento de água	180 000	0	180 000	1,2%
2.4.5 Resíduos sólidos	822 400		822 400	5,7%
2.4.6 Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	572 995		572 995	4,0%
2.5.0 Serv. Culturais, Recreat. e Religiosos	**1 595 100**	**0**	**1 595 100**	**11,0%**
2.5.1 Cultura	327 550		327 550	2,3%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	1 042 250		1 042 250	7,2%
2.5.3 Outras atividades cívicas e religiosas	225 300		225 300	1,6%
3 Funções Económicas	**2 619 369**	**0**	**2 619 369**	**18,1%**
3.1.0 Agricultura, Pecuária, Silv., Caça e Pesca	**-**	**0**	**-**	
3.2.0 Indústria e energia	**94 300**		**94 300**	**0,7%**
3.3.0 Transportes e Comunicações	**2 218 250**	**0**	**2 218 250**	**15,4%**
3.3.1 Transportes rodoviários	2 218 250		2 218 250	15,4%
3.4.0 Comércio e Turismo	**306 819**	**0**	**306 819**	**2,1%**
3.4.1 Mercados e Feiras e Turismo	-		-	
3.4.2 Turismo	306 819		306 819	2,1%
3.5.0 Outras funções económicas				
4 Outras Funções	**827 624**	**0**	**827 624**	**5,7%**
4.1.0 Operações da dívida autárquica	-		-	
4.2.0 Transf.entre administrações	827 624		827 624	5,7%
4.3.0 Diversas não especificadas	-		-	
Total	**14 436 588**	**0**	**14 436 588**	**100,0%**

6. Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos (P.P.I), da autarquia, inclui, num horizonte móvel de quatro anos, todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estratégicos e operacionais estabelecidos para o plano de médio e longo prazo, explicitando a respetiva previsão da despesa. O P.P.I. contém, por isso, devidamente discriminados os projetos e ações que apliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos, coincidindo, assim, o seu total definido com o total da rubrica 07 – aquisições de bens de capital.

O Plano Plurianual de Investimentos, obedece aos documentos normalizados e integrados no POCAL, nomeadamente o quadro apresentado no ponto 7.1 do respetivo Decreto-Lei por: grupos económicos; áreas de atuação (objetivo, programa, projetos e ações) e ainda discriminar a forma de realização das ações (empreitadas, fornecimentos ou outros), datas de inicio e fim, montantes previstos para o ano e anos seguintes, bem como as respetivas fontes de financiamento.

O mapa (Plano Plurianual de Investimentos), em anexo, descrimina por Objetivos do Plano, os montantes anuais previstos para o investimento a executar apenas pelos serviços da Autarquia distinguindo-se, em 2017, os valores com financiamento definido e os valores com financiamento não definido.

A análise pormenorizada do Plano Plurianual de Investimentos permitirá identificar a ação, a sua finalidade, a entidade responsável pela sua execução, a dotação atribuída e a sua extensão temporal.

7. Grandes Opções do Plano

O mapa (Grandes Opções do Plano), em anexo, mostra as Grandes Opções do Plano discriminadas por objetivos, programas, projetos e ações, explicitando a respetiva previsão de despesas a realizar tanto por investimentos como por outras rubricas económicas do Orçamento.

Estes documentos estruturantes consubstanciam uma estratégia de desenvolvimento para o concelho do Marco de Canaveses. Esta estratégia visa dar um rumo ao seu desenvolvimento e modernização, apostando, na Educação, na Administração Geral, no Ambiente, no Saneamento, no Abastecimento de Água, na Cultura, na Tecnologia e Inovação, no Conhecimento e num amplo conjunto de Políticas Sociais.

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017, embora marque o início de um novo Quadro Comunitário de Apoio, define a continuidade de projetos, com destaque para projetos estratégicos do Concelho com a elaboração do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, recorrendo ao instrumento regulamentar dos Investimentos Territoriais Integrados através da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Foram definidas candidaturas pelo Município no âmbito do Portugal 2020, em áreas tão diversas como na área de **Educação** ao nível da ampliação e requalificação de Escolas do Ensino Básico 1, destacando-se a **Ampliação/Requalificação da EB1 Feira Nova – Ariz**; Ampliação/Requalificação da EB1 **S. Sebastião – Penha Longa,** Ampliação/Requalificação da EB1 **Cruzeiro – Alpendorada**; Ampliação/Requalificação da EB1 **Esperança Várzea Aliviada**; Ampliação/Requalificação da EB1 **Lordelo – Vila Boa de Quires**; **Requalificação da Escola Básica de Eiró – Soalhães** e a **Requalificação e Modernização das Instalações EB 2,3 do Marco** – Acordo de Colaboração com o Ministério da Educação; Destaca-se ainda o **Plano de Ação de Regeneração Urbana**, que contempla a Reabilitação Integral de vários Edifícios em Áreas Prioritárias de Intervenção designadamente a construção do **Centro Cultural do Marco**; No **Saneamento** prevê-se a construção de Estações Elevatórias (AR) na área do Município, **Rede do Freixo,** Construção da **ETAR do Torrão**; **Estações Elevatórias de Águas Residuais (Magrelos e outras)**; ao nível do Abastecimento de Água, verifica-se a **Construção de Conduta Elevatória (AA) ETA – Maria Gil**; na Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza o **Centro de Bem Estar Animal do Marco de Canaveses** e o **Parque de Estacionamento** do **Cemitério Municipal do Marco de Canaveses**, **Reabilitação da fachada do Complexo Desportivo em Alpendorada** e **Viadutos, Arruamentos** e Obras Complementares. Acresce ainda investimentos como o **Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável** do Município do Marco de Canaveses, onde se destacam as **Redes de percursos pedonais do Centro Urbano do Marco de Canaveses, de Alpendorada, dos agregados urbanos e das zonas envolventes às escolas**; Na Indústria e Energia, salienta-se a **Iluminação Pública LED na Cidade do Marco de Canaveses** e na rede da Vila de Alpendora e no Turismo a **Pousada do Marco de Canaveses**.

O **novo quadro de apoio para 2014-2020** designado **"Portugal 2020"** será um instrumento fundamental para a realização deste conjunto significativo de candidaturas pretendidas pelo Município tais como a continuação da ampliação da rede de Saneamento básico, do Abastecimento de Água ao Concelho, da

implementação de sistemas de informação, a beneficiação da rede viária do concelho, a Eficiência Energética da Iluminação Pública, Requalificação do Parque Escolar no âmbito da Carta Educativa, entre outros.

O Município deve continuar a assumir o papel de agente dinamizador para combater a estagnação económica e crise social que se vive em Portugal, promovendo a atividade, sobretudo no sector industrial e na construção civil. É percetível o impacto no Orçamento para 2017, que se traduz na **tendência de recuperação da arrecadação de receita própria da Autarquia**, na limitação da Despesa através das medidas mensais de controlo orçamental da despesa com a aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) e no cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

No entanto, a Autarquia Local deve apostar numa estratégia de maximização dos recursos escassos para assegurar a atividade municipal e potenciar, dentro dos condicionalismos existentes, a otimização do bem-estar social dos cidadãos. Para isso, os fundos de "Portugal 2020" devem ser aproveitadas numa nova lógica preconizada de estímulo à economia e fomentar a competitividade e a internacionalização; valorizar o capital humano através da Educação e da Formação, combater o Desemprego e potenciar o Património Cultural como ativo económico de sustentabilidade territorial em parceria com as Freguesias, Associações / Coletividades.

Nas Grandes opções do Plano, são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da Autarquia e incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes da gestão autárquica, absorvendo não só despesas de capital como despesas correntes.

O valor global definido das Grandes Opções do Plano, apresentado para 2017, é de 14.437 mil euros dos quais 6.330 mil euros se referem ao Plano Plurianual de Investimentos e 8.107 mil euros se referem ao conjunto de ações identificadas como Ações Relevantes.

Por fim, importa esclarecer que são apresentadas as linhas estratégicas do Órgão Executivo num plano bastante ambicioso a quatro anos, que totaliza investimentos na ordem dos 98 milhões de euros, a serem contemplados, no âmbito da aplicação da política comunitária de coesão económica e social deste novo quadro comunitário de apoio para Portugal.

IV- Anexos

1- Resumo do Orçamento para o Ano 2017

2- Orçamento da Receita

3- Orçamento da Despesa

4- Empréstimos (Previsão de Encargos 2017 e Execução 2016)

5- Plano Plurianual de Investimentos (Mapa)

6- Plano de Atividades Mais Relevantes (Mapa)

7- Grandes Opções do Plano (Mapa)

8- Mapa demonstrativo do Equilíbrio Orçamental

9- Mapa das Transferências para as Juntas de Freguesia 2017

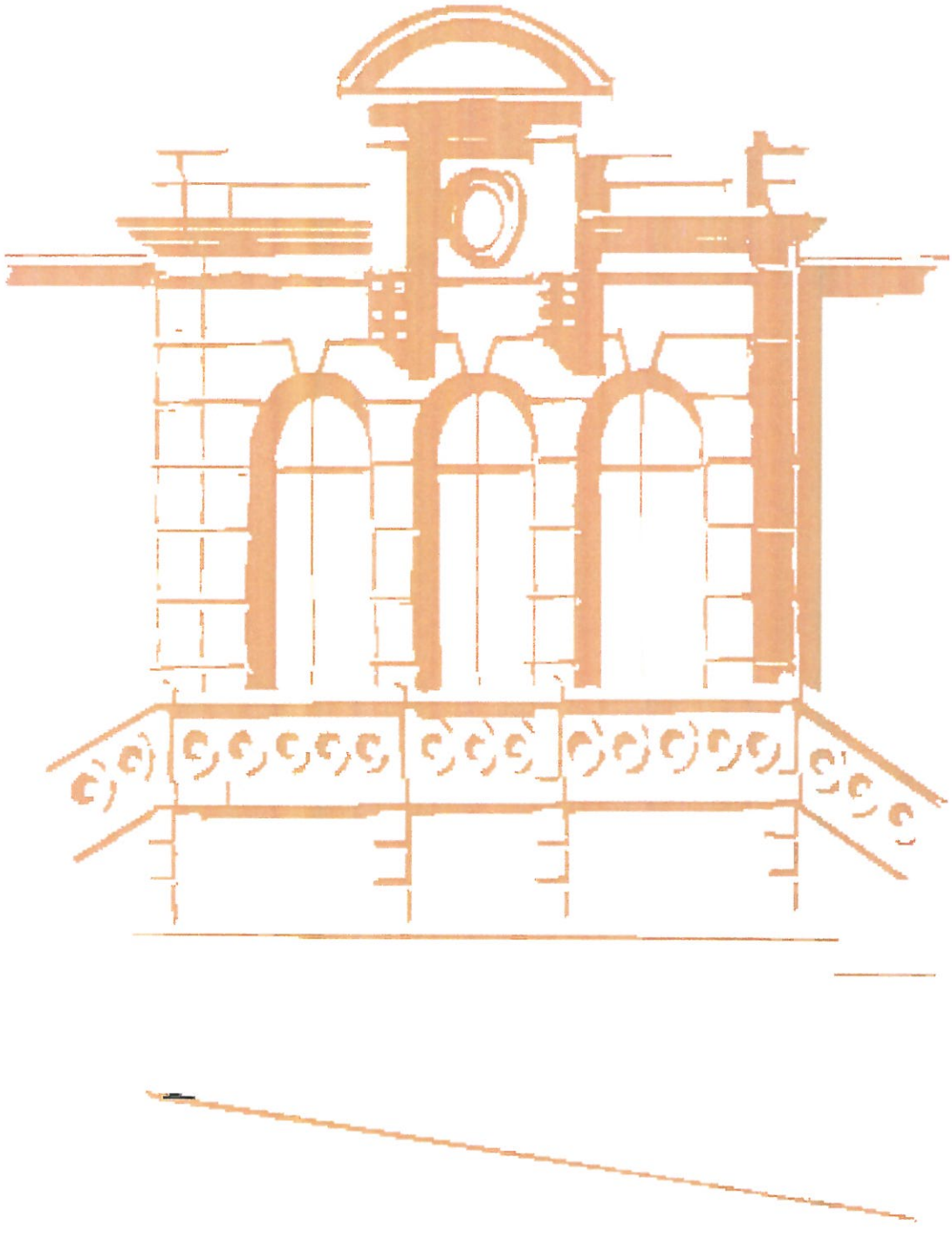
10- Mapa de Pessoal 2017

11- Propostas de Gestão das Despesas com Pessoal – 2017

12- Mapa das Responsabilidades Contingentes e Provisões

13- Mapa das Entidades Participadas pelo Município

1- Resumo do Orçamento para o Ano 2017



RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2017

Receitas	Montante (€)		Despesas	Montante (€)	
Correntes	23 486 293		Correntes	14 917 958	
Capital	3 689 977		Capital	12 258 312	
Total:		27 176 270	Total:		27 176 270
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
	Total Geral:	27 176 270		Total Geral:	27 176 270

ORGÃO EXECUTIVO

Em 20 de Outubro de 2016

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de 26 NOV 2016 de .....

.....

2- Orçamento da Receita

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita

Código Class. Económica	Designação	Montante €
01	**Impostos directos**	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	4 713 692
010203	Imposto único de circulação	1 126 000
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	825 627
010205	Derrama	416 342
010207	Impostos abolidos	
01020701	Contribuição autárquica	2 180
01020702	Imposto municipal de sisa	9 500
	Total do Capítulo Económico 01:	7 093 341
02	**Impostos indirectos**	
0202	Outros	
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.locais	
02020602	Loteamentos e obras	
0202060201	Loteamentos	10
0202060202	Alvará de Loteamento	10
0202060203	Taxa de Urbanização	10
0202060204	Taxa de Cedência	3 940
0202060205	Licença de Obras	38 148
0202060206	Averbamento	113
0202060207	Vistorias	367
0202060209	Prorrogação	427
0202060210	Aditamento	2 953
0202060299	Outros	498
02020603	Ocupação da via pública	8 111
02020604	Canídeos	10
02020605	Publicidade	1 810
02020699	Outros	
0202069901	Taxa municipal de direitos de passagem	10 208
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	235
0202069999	Outros	9 160
	Total do Capítulo Económico 02:	76 010
04	**Taxas, multas e outras penalidades**	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	
04012301	Mercados e feiras	6 869
04012302	Loteamentos e obras	

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita

Código Class. Económica	Designação	Montante €
0401230201	Loteamentos	10
0401230202	Alvará de Loteamento	4 188
0401230203	Taxa de Urbanização	1 421
0401230204	Taxa de Cedência	18 542
0401230205	Licença de Obras	103 215
0401230206	Averbamento	746
0401230207	Vistorias	641
0401230208	Prescrições	844
0401230209	Prorrogação	13 369
0401230210	Aditamento	1 723
0401230299	Outros	1 946
04012303	Ocupação da via pública	721
04012304	Canídeos	10
04012305	Caça, uso e porte de arma	107
04012399	Outras	
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	189
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	106
0401239999	Outros	130 228
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	337
040299	Multas e penalidades diversas	14 904
	Total do Capítulo Económico 04:	300 116
05	**Rendimentos da propriedade**	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	42 281
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	
050799	Outras	83 802
0509	Participações nos lucros de administ. públicas	
050999	Outras	10
0510	Rendas	
051099	Outros	1 622 220
	Total do Capítulo Económico 05:	1 748 313
06	**Transferências correntes**	
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	9 877 466
06030102	Fundo Social Municipal	1 527 319

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita

Código Class. Económica	Designação	Montante €
06030103	Participação variável no IRS	785 794
06030199	Outras	84 972
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	50
060307	Serviços e fundos autónomos	1 015 404
060309	Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famíl.polít.act.EFP	33 371
	Total do Capítulo Económico 06:	13 324 376
07	**Venda de bens e serviços correntes**	
0701	Venda de bens	
070101	Material de escritório	10
070103	Publicações e impressos	6 187
070105	Bens inutilizados	10
070108	Mercadorias	
07010801	Água	10
07010803	Outros	10
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	33 314
070203	Vistorias e ensaios	3 979
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020801	Serviços sociais	10
07020802	Serviços recreativos	10
07020803	Serviços culturais	10
07020804	Serviços desportivos	184 656
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020901	Saneamento	10
07020902	Resíduos sólidos	359 590
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	34 399
07020904	Trabalhos por conta de particulares	10
07020905	Cemitérios	14 666
07020906	Mercados e feiras	114 148
07020907	Parques de estacionamento	29 837
07020908	Parques de campismo	10
07020909	Canídeos e Gatídeos	10
07020999	Outros	13 023
070299	Outros	
07029902	Encargos de cobrança de receitas	50
07029999	Outros	128
0703	Rendas	

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita

Código Class. Económica	Designação	Montante €
070301	Habitações	18 088
070302	Edifícios	40 235
070399	Outras	738
	Total do Capítulo Económico 07:	853 148
08	**Outras receitas correntes**	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	414
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	2 176
08019999	Diversas	88 389
0802	Subsídios	
080209	Subsídios - Segurança Social	10
	Total do Capítulo Económico 08:	90 989
	Total das Receitas Correntes:	23 486 293
09	**Venda de bens de investimento**	
0904	Outros bens de investimento	
090410	Famílias	
09041003	Outros	10
	Total do Capítulo Económico 09:	10
10	**Transferências de capital**	
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	1 097 496
10030199	Outras	10
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030701	FEDER	2 541 500
10030709	Outros	37 797
	Total do Capítulo Económico 10:	3 676 803
13	**Outras receitas de capital**	
1301	Outras	

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita

Código Class. Económica	Designação	Montante €
130199	Outras	13 164
	Total do Capítulo Económico 13:	13 164
	Total das Receitas de Capital:	3 689 977
	Total do Orçamento da Receita:	27 176 270

3- Orçamento da Despesa

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código Class. Orgânica/Económica		Designação	Montante €
01		**Administração Autárquica**	
0101		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
0101	01	Despesas com o pessoal	
0101	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0101	010204	Ajudas de custo	5 000
0101	010213	Outros suplementos e prémios	
0101	01021302	Outros	29 002
		Total do Capítulo Económico 01:	34 002
0101	02	Aquisição de bens e serviços	
0101	0201	Aquisição de bens	
0101	020108	Material de escritório	1 000
0101	020121	Outros bens	750
0101	0202	Aquisição de serviços	
0101	020209	Comunicações	500
0101	020210	Transportes	500
0101	020213	Deslocações e estadas	2 000
0101	020215	Formação	3 000
0101	020225	Outros serviços	14 180
		Total do Capítulo Económico 02:	21 930
		Total das Despesas Correntes:	55 932
		Total da Divisão Orgânica 0101:	55 932
0102		CÂMARA MUNICIPAL	
0102	01	Despesas com o pessoal	
0102	0101	Remunerações certas e permanentes	
0102	010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	175 000
0102	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
0102	01010401	Pessoal em funções	3 450 000
0102	01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	50 000
0102	010106	Pessoal contratado a termo	
0102	01010601	Pessoal em funções	120 000
0102	01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	70 000
0102	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	215 000
0102	010108	Pessoal aguardando aposentação	10 000
0102	010109	Pessoal em qualquer outra situação	190 000
0102	010111	Representação	60 000
0102	010113	Subsidio de refeição	400 000
0102	010114	Subsídio de férias e de Natal	670 000

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código Class. Orgânica/Económica		Designação	Montante €
0102	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	185 000
0102	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0102	010202	Horas extraordinárias	12 500
0102	010203	Alimentação e alojamento	100
0102	010204	Ajudas de custo	19 500
0102	010205	Abono para falhas	25 000
0102	010206	Formação	500
0102	010210	Subsídio de trabalho nocturno	500
0102	010211	Subsídio de turno	20 000
0102	010212	Indemnizações por cessação de funções	57 500
0102	010213	Outros suplementos e prémios	
0102	01021302	Outros	35 502
0102	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	15 000
0102	0103	Segurança social	
0102	010301	Encargos com a saúde	305 000
0102	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	60 000
0102	010304	Outras prestações familiares	10 000
0102	010305	Contribuições para a segurança social	
0102	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	10 000
0102	01030502	Seg.social pess. regime contr.trab.fun.púb.(RCTFP)	
0102	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	940 000
0102	0103050202	Segurança social-Regime Geral	220 000
0102	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	20 000
0102	010308	Outras pensões	30 000
0102	010309	Seguros	
0102	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	125 000
0102	01030902	Seguros de saúde	10 000
		Total do Capítulo Económico 01:	7 511 102
0102	02	Aquisição de bens e serviços	
0102	0201	Aquisição de bens	
0102	020102	Combustíveis e lubrificantes	
0102	02010201	Gasolina	12 000
0102	02010202	Gasóleo	220 000
0102	02010299	Outros	270 000
0102	020103	Munições, explosivos e artifícios	14 000
0102	020104	Limpeza e higiene	24 000
0102	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	7 500

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código Class. Orgânica/Económica	Designação	Montante €
0102 020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	1 000
0102 020107	Vestuário e artigos pessoais	15 000
0102 020108	Material de escritório	39 875
0102 020109	Produtos químicos e farmacêuticos	7 500
0102 020110	Produtos vendidos nas farmácias	500
0102 020112	Material de transporte-Peças	70 000
0102 020114	Outro material-Peças	15 000
0102 020115	Prémios, condecorações e ofertas	31 500
0102 020116	Mercadorias para venda	
0102 02011601	Água	100
0102 02011602	Electricidade	100
0102 02011603	Outras	100
0102 020117	Ferramentas e utensílios	2 000
0102 020118	Livros e documentação técnica	13 000
0102 020119	Artigos honoríficos e de decoração	1 500
0102 020120	Material de educação, cultura e recreio	25 000
0102 020121	Outros bens	348 000
0102 0202	Aquisição de serviços	
0102 020201	Encargos das instalações	734 000
0102 020202	Limpeza e higiene	708 400
0102 020203	Conservação de bens	90 000
0102 020205	Locação de material de informática	1 000
0102 020206	Locação de material de transporte	25 000
0102 020208	Locação de outros bens	40 000
0102 020209	Comunicações	141 000
0102 020210	Transportes	384 000
0102 020211	Representação dos serviços	5 000
0102 020212	Seguros	88 000
0102 020213	Deslocações e estadas	4 000
0102 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	365 100
0102 020215	Formação	63 000
0102 020216	Seminários, exposições e similares	500
0102 020217	Publicidade	80 000
0102 020218	Vigilância e segurança	500
0102 020219	Assistência técnica	117 500
0102 020220	Outros trabalhos especializados	441 500
0102 020222	Serviços de saúde	1 000

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código Class. Orgânica/Económica		Designação	Montante €
0102	020224	Encargos de cobrança de receitas	197 500
0102	020225	Outros serviços	542 935
		Total do Capítulo Económico 02:	5 147 610
0102	04	Transferências correntes	
0102	0405	Administração local	
0102	040501	Continente	
0102	04050102	Freguesias	1 049 995
0102	04050104	Associações de munícipios	115 500
0102	0407	Instituições sem fins lucrativos	
0102	040701	Instituições sem fins lucrativos	436 000
0102	0408	Famílias	
0102	040802	Outras	20 000
		Total do Capítulo Económico 04:	1 621 495
0102	05	Subsídios	
0102	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
0102	050101	Públicas	
0102	05010102	Outras	500
0102	0508	Famílias	
0102	050803	Outras	500
		Total do Capítulo Económico 05:	1 000
0102	06	Outras despesas correntes	
0102	0602	Diversas	
0102	060203	Outras	
0102	06020301	Outras restituições	92 500
0102	06020302	IVA pago	70 000
0102	06020304	Serviços bancários	25 500
0102	06020305	Outras	60 000
		Total do Capítulo Económico 06:	248 000
		Total das Despesas Correntes:	14 529 207
0102	07	Aquisição de bens de capital	
0102	0701	Investimentos	
0102	070101	Terrenos	
0102	07010104	Aquisição de terrenos-outros	50 000
0102	070102	Habitações	
0102	07010203	Reparação e beneficiação	
0102	0701020301	Reparação de edifícios escolares	125 000

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código Class. Orgânica/Económica		Designação	Montante €
0102	0701020303	Habitação Social-Eficiência energética	50 000
0102	070103	Edifícios	
0102	07010301	Instalações de serviços	
0102	0701030106	Casa dos Arcos	200
0102	0701030110	Centro Cultural do Marco de Canaveses	700 000
0102	0701030199	Construção e beneficiação diversas	480 100
0102	07010305	Escolas	
0102	0701030529	Construção da EBI Rio de Galinhas	100
0102	0701030530	Requalificação da EB1 e Jardim Inf. Gandra-V Douro	100
0102	0701030531	Ampliação/Requalificação da EB1 Feira Nova-Ariz	75 000
0102	0701030533	Ampliação/Requalificação EB1 S. Sebastião-P Longa	50 000
0102	0701030535	Ampliação/Requalificação EB1 Cruzeiro -Torrão	325 000
0102	0701030537	Ampliação/Requalificação EB1 Esperança - V O Aliv	80 000
0102	0701030539	Ampliação/Requalificação EB1 Lordelo - V B Quires	75 000
0102	0701030540	Ampliação/Requalificação EB1 Vale Côvo - Alpend.	10 000
0102	0701030541	Ampliação/Requalificação EB1 Seara - Paços Gaiolo	100
0102	0701030542	Ampliação/Requalificação EB1 e J I-Barroca Rio Gal	100
0102	0701030543	Requalificação da EB1 Ladário - Tabuado	100
0102	0701030544	Requalificação da EB1 e J I Livração - Toutosa	100
0102	0701030546	Ampliação/Requalificação EB1 Carreira - Avessadas	25 000
0102	0701030548	Ampliação/Requalificação EB1 e J I Gouveia - V O A	100
0102	0701030553	Requalificação da Escola Básico de Eiró-Soalhães	424 000
0102	0701030554	Requalificação da Escola EB 2 3 MC-Prot Min Educ	500 000
0102	07010307	Outros	
0102	0701030703	Pousada da Juventude do Marco de Canaveses	231 819
0102	070104	Construções diversas	
0102	07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	
0102	0701040204	Const.Est. Elevat. A.R na Área Municipal (T,S,P,A)	90 000
0102	0701040208	Rede do Freixo	159 000
0102	0701040209	Estações Elevatórias Águas Res.(Magrelos e Outras)	208 900
0102	0701040210	Redes Abast Água e Sane VBB, Fav, For, Rio G e Tab	20 000
0102	07010403	Estações de tratamento de águas residuais	
0102	0701040303	ETAR de Fontambom-Várzea do Douro	25 000
0102	0701040305	Construção da ETAR do Torrão	424 000
0102	0701040307	Construção da ETAR de Maureles	25 000
0102	0701040308	Construção da ETAR de Magães-Freixo	65 000
0102	0701040314	Outros	182 000

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código Class. Orgânica/Económica		Designação	Montante €
0102	07010404	Iluminação pública	
0102	0701040404	Rede de iluminação pública na área do Concelho	34 000
0102	0701040405	Iluminação Pública LED no Concelho M.C.	200
0102	07010405	Parques e jardins	
0102	0701040505	Espaços de Lazer	100 000
0102	0701040506	Parque de Lazer da Cidade	500
0102	07010406	Instalações desportivas e recreativas	
0102	0701040602	Complexo desportivo de Alpendurada	330 000
0102	0701040606	Outras instalações desportivas e recreativas	70 500
0102	0701040611	Reabilitação Energética Instalações Desportivas	50 100
0102	07010407	Captação e distribuição de água	
0102	0701040702	Cons. Cond. Elev. (AA) ETA Maria Gil	149 000
0102	0701040709	Adutora em Guilhade/Travassos/Torrão	25 000
0102	0701040710	Reforço da Captação de Soalhães	100
0102	0701040711	Extensão da rede a Telhe e Lardosa/Soalhães	100
0102	0701040712	Rede de Abastecimento Água-St.Isidoro e Livração	100
0102	0701040713	Redes de Abastecimento de Água e Saneamento-Torrão	100
0102	0701040714	Estação Elevatória e Adutora-Carvalheira	100
0102	0701040716	Outros	500
0102	07010409	Sinalização e trânsito	80 000
0102	07010412	Cemitérios	125 000
0102	07010413	Outros	
0102	0701041316	Requal da Zona Empresarial do Marco de Canaveses	50 000
0102	0701041398	Outras construções	10 000
0102	0701041399	Requalificações Urbanísticas diversas	50 000
0102	070106	Material de transporte	
0102	07010602	Outro	100 000
0102	070107	Equipamento de informática	58 200
0102	070108	Software informático	55 000
0102	070109	Equipamento administrativo	20 000
0102	070110	Equipamento básico	
0102	07011002	Outro	239 200
0102	070111	Ferramentas e utensílios	10 000
0102	0703	Bens de domínio público	
0102	070303	Outras construções e infraestruturas	
0102	07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	936 100
0102	07030308	Viação rural	

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código Class. Orgânica/Económica		Designação	Montante €
0102	0703030802	Construção passeios na área do Concelho	1 143 150
0102	0703030820	Alarg. e Repav. da Estrada de Esperança a Gouveia	50 000
0102	0703030821	Benef Est Marg dir Coroa Barr Carrapatelo ER108	9 000
0102	07030313	Outros	
0102	0703031303	PARU - Município do Marco de Canaveses	400
0102	0703031399	Outros	10 000
		Total do Capítulo Económico 07:	8 107 069
0102	08	Transferências de capital	
0102	0805	Administração local	
0102	080501	Continente	
0102	08050102	Freguesias	619 000
0102	08050104	Associações de munícipios	65 000
0102	08050108	Outros	500
0102	0807	Instituições sem fins lucrativos	
0102	080701	Instituições sem fins lucrativos	257 500
		Total do Capítulo Económico 08:	942 000
0102	09	Activos financeiros	
0102	0908	Unidades de participação	
0102	090806	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	177 124
		Total do Capítulo Económico 09:	177 124
0102	11	Outras despesas de capital	
0102	1102	Diversas	
0102	110201	Restituições	500
0102	110299	Outras	500
		Total do Capítulo Económico 11:	1 000
		Total das Despesas de Capital:	9 227 193
		Total da Divisão Orgânica 0102:	23 756 400
0103		OPERAÇÕES FINANCEIRAS	
0103	03	Juros e outros encargos	
0103	0301	Juros da dívida pública	
0103	030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
0103	03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	
0103	0301030201	Caixa Geral de Depósitos	171 614
0103	0301030202	Novo Banco	70 765
0103	0301030205	Millennium BCP	70 440
0103	0305	Outros juros	

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código Class. Orgânica/Económica		Designação	Montante €
0103	030502	Outros	20 000
		Total do Capítulo Económico 03:	332 819
		Total das Despesas Correntes:	332 819
0103	10	Passivos financeiros	
0103	1006	Empréstimos a médio e longo prazos	
0103	100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
0103	10060301	Caixa Geral de Depósitos	1 532 578
0103	10060302	Novo Banco	750 974
0103	10060305	Millennium BCP	747 567
		Total do Capítulo Económico 10:	3 031 119
		Total das Despesas de Capital:	3 031 119
		Total da Divisão Orgânica 0103:	3 363 938
		Total do Capítulo Orgânico 01:	27 176 270
		Total do Orçamento da Despesa:	27 176 270

ORGÃO EXECUTIVO
Em 20 de Outubro de 2016
.....

ORGÃO DELIBERATIVO
Em ..... de 26. NOV. 2016 de .....
.....

4- Empréstimos (Previsão de Encargos 2017 e Execução 2016)

Município do Marco de Canaveses

MAPA DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A MÉDIO LONGO PRAZO

Data de Aprovação pela As. Municipal	Data de contratação do empréstimo	Visto do Tribunal de Contas		Finalidade do empréstimo	Entidade credora	Capital		Taxa de juro (Euribor + Spread)		Prazo do contrato (Anos)	Anos decorridos	Previsão Amortizações acumuladas em 2016	Encargos Previsionais para 2017				Encargos do ano vencidos e não pagos		Previsão Capital em Divida em 01-01-2017	Previsão Amortização acumulada em 2017	Previsão Capital em divida em 31-12-2017
		N.º registo	Data			Contratado	Utilizado	Euribor	Spread				Amortização	Juros	Total	Juros de mora	Amortização	Juros			
21/07/2003	07/05/2004	1053	24/05/2004	Contrato Reequilibrio Fin. (N)	CGD	20 000 000,00	20 000 000,00	3 meses	1,250%	20	12	9 463 216,33	1 393 899,00	94 281,00	1 488 180,00	0,00	0,00	0,00	10 536 783,67	10 857 115,33	9 142 884,67
21/07/2003	19/05/2004	1054	24/05/2004	Contrato Reequilibrio Fin. (N)	NB	12 500 000,00	12 500 000,00	3 meses	1,250%	20	12	6 494 803,75	750 974,00	70 765,00	821 739,00	0,00	0,00	0,00	6 005 196,25	7 245 777,75	5 254 222,25
21/07/2003	21/04/2004	1052	24/05/2004	Contrato Reequilibrio Fin. (N)	BCP	12 500 000,00	12 500 000,00	3 meses	1,250%	20	12	6 522 625,09	747 567,00	70 440,00	818 007,00	0,00	0,00	0,00	5 977 374,91	7 270 192,09	5 229 807,91
17/04/2009	22/05/2012	1223	26/11/2013	Contrato Reequilibrio Fin. (N)	CGD	2 604 324,94	2 604 324,94	6 meses	3,750%	16	2	370 717,90	138 679,00	77 333,00	216 012,00	0,00	0,00	0,00	2 233 607,04	509 396,90	2 094 928,04
					Total	**47 604 324,94**	**47 604 324,94**					**22 851 363,07**	**3 031 119,00**	**312 819,00**	**3 343 938,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**24 752 961,87**	**25 882 482,07**	**21 721 842,87**

Orgão Executivo

Em 20 de Outubro de 2016

Orgão Deliberativo

Em ___ de 26. NOV 2016 de 2016

Município do Marco de Canaveses

MAPA DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A MÉDIO LONGO PRAZO

Data de Aprovação pela As. Municipal	Data de contratação do empréstimo	Visto do Tribunal de Contas		Finalidade do empréstimo	Entidade credora	Capital		Taxa de juro (Euribor + Spread)		Prazo do contrato (Anos)	Anos decorridos	Amortizações acumuladas em 2015	Encargos em 2016(Até 30-09-2016)				Encargos do ano vencidos e não pagos		Divida Apresentada em 01-01-2016	Amortização acumulada em 30-09-2016	Capital em divida em 30-09-2016
		N.º registo	Data			Contratado	Utilizado	Euribor	Spread				Amortização	Juros	Total	Juros de mora	Amortização	Juros			
21/07/2003	07/05/2004	1053	24/05/2004	Contrato Reequilibrio Fin. (N)	CGD	20 000 000,00	20 000 000,00	3 meses	1,250%	20	12	8 087 818,06	1 029 017,27	92 420,56	1 121 437,83	0,00	0,00	0,00	11 912 181,94	9 116 835,33	10 883 164,67
21/07/2003	19/05/2004	1054	24/05/2004	Contrato Reequilibrio Fin. (N)	NB	12 500 000,00	12 500 000,00	3 meses	1,250%	20	12	5 753 799,71	431 502,44	48 532,24	480 034,68	0,00	0,00	0,00	6 746 200,29	6 185 302,15	6 314 697,85
21/07/2003	21/04/2004	1052	24/05/2004	Contrato Reequilibrio Fin. (N)	BCP	12 500 000,00	12 500 000,00	3 meses	1,250%	20	12	5 784 765,56	552 818,39	60 655,90	613 474,29	0,00	0,00	0,00	6 715 234,44	6 337 583,95	6 162 416,05
17/04/2009	22/05/2012	1223	26/11/2013	Contrato Reequilibrio Fin. (N)	CGD	2 604 324,94	2 604 324,94	6 meses	3,750%	16	2	238 130,28	98 903,62	64 462,83	163 366,45	0,00	0,00	0,00	2 366 194,66	337 033,90	2 267 291,04
					Total	**47 604 324,94**	**47 604 324,94**					**19 864 513,61**	**2 112 241,72**	**266 071,53**	**2 378 313,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**27 739 811,33**	**21 976 755,33**	**25 627 569,61**

Orgão Executivo

Em 20 de Outubro de 2016

Orgão Deliberativo

Em ___ de 26. NOV 2016 de 2016

5- Plano Plurianual de Investimentos (Mapa)

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	AA	FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
01				**FUNÇÕES GERAIS**																		
01	**111**			**ADMINISTRAÇÃO GERAL**																		
01	111	2007/8		Aquisição de terrenos-outros	0102 07010104	O					01/2007	12/2017		361 045	50 000	50 000						411 045
01	111	2009/6		Equipamento de Informática	0102 070107	O				02	01/2009	12/2017	0	153 377	35 000	35 000						188 377
01	111	2009/7		Software Informático	0102 070108	O				02	01/2009	12/2017	0	252 774	55 000	55 000						307 774
01	111	2009/8		Equipamento Básico-Outro	0102 07011002	O				02	01/2009	12/2018	0	901 366	200 000	200 000						1 101 366
01	111	2009/9		Ferramentas e Utensílios	0102 070111	O				02	01/2009	12/2017	0	54 577	10 000	10 000						64 577
01	111	2009/10		Equipamento Administrativo	0102 070109	O				02	01/2009	12/2017	0	61 504	20 000	20 000						81 504
01	111	2009/11		Equipamento de Transporte	0102 07010602	O				01	01/2009	12/2017	0	467 579	100 000	100 000						567 579
01	111	2009/30		Reparação e Beneficiação Diversas de Instalações	0102 0701030199	0				01	01/2009	12/2017	3		270 000	270 000						270 000
											Totais do Programa 111:			2 252 222	740 000	740 000	0	0	0	0	0	2 992 222
							Totais do Objetivo 01:							2 252 222	740 000	740 000	0	0	0	0	0	2 992 222
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**211**			**ENSINO NÃO SUPERIOR**																		
02	211	2008/19		Construção EBI - Rio de Galinhas	0102 0701030529	E				01	01/2008	12/2018	0		100	100						100
02	211	2008/20		Ampliação/Requalificação EB1 Feira Nova - Ariz	0102 0701030531	E				01	01/2008	12/2018	0		75 000	75 000						75 000
02	211	2008/22		Ampliação/Requalificação EB1 S. Sebastião - Penhalonga	0102 0701030533	E				01	01/2008	12/2018	0		50 000	50 000						50 000
02	211	2008/23		Requalificação EB1 e JI Gandra - V Douro	0102 0701030530	E				01	01/2008	12/2018	0		100	100		49 900				50 000
02	211	2008/24		Ampliação/Requalificação EB1 Cruzeiro - Alpendorada	0102 0701030535	E				01	01/2008	12/2018	0		325 000	325 000						325 000
02	211	2008/26		Ampliação/Requalificação EB1 Esperança - V O Aliv	0102 0701030537	E				01	01/2008	12/2018	0		80 000	80 000						80 000
02	211	2008/27		Ampliação/Requalificação EB1 e JI Gouveia V O Aliviada	0102 0701030548	E				01	01/2008	12/2018	0		100	100		49 900				50 000
02	211	2008/28		Ampliação/Requalificação EB1 Lordelo - Vila B Quires	0102 0701030539	E				01	01/2008	12/2018	0		75 000	75 000						75 000
02	211	2008/29		Ampliação/Requalificação EB1 Vale do Côvo - Alpendurada e Matos	0102 0701030540	E				01	01/2008	12/2018	0	50 843	10 000	10 000						60 843
02	211	2008/30		Ampliação/Requalificação EB1 - Paços de Gaiolo	0102 0701030541	E				01	01/2008	12/2018	0		100	100		350 000				350 100
02	211	2008/31		Ampliação/Requalificação EB1 e J I Barroca - Rio de Galinhas	0102 0701030542	E				01	01/2008	12/2018	0		100	100		149 900				150 000
02	211	2008/32		Requalificação da EB1 Ladário - Tabuado	0102 0701030543	E				01	01/2008	12/2018	0		100	100		74 900				75 000
02	211	2008/33		Requalificação EB1 e J I Livração - Toutosa	0102 0701030544	E				01	01/2008	12/2018	0		100	100		49 900				50 000
02	211	2008/35		Ampliação/Requalificação EB1 Carreira - Avessadas	0102 0701030546	E				01	01/2008	12/2018	0		25 000	25 000						25 000
02	211	2009/12		Requalificação do Parque Escolar																		

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2017 Financiam. definido (c)	Despesas 2017 Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	Anos seguintes 2019 (f)	Anos seguintes 2020 (g)	Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**211**			**ENSINO NÃO SUPERIOR**																		
02	211	2009/12	1	Reparação de Edifícios Escolares-Empreitada	0102 0701020301	E				01	01/2009	12/2017	0	202 595	125 000	125 000						327 595
02	211	2016/18		Requalificação da Escola Básica de Eiró-Soalhães	0102 0701030553	E				01	01/2016	12/2017			424 000	424 000						424 000
02	211	2017/2		Requalificação e Modernização das Instalações EB 2 3 do Marco - Acordo Colaboração Ministério da Educação																		
02	211	2017/2	1	Construção	0102 0701030554	E		15	85	01	01/2017	12/2017			500 000	500 000						500 000
											Totais do Programa 211:			253 438	1 689 700	1 689 700	0	724 500	0	0	0	2 667 638
02	**241**			**HABITAÇÃO**																		
02	241	2015/1		Habitação Social-Eficiência energética																		
02	241	2015/1	1	Reaqualificação/Construção	0102 0701020303	O				01	01/2015	12/2017			50 000	50 000						50 000
											Totais do Programa 241:			0	50 000	50 000	0	0	0	0	0	50 000
02	**242**			**ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**																		
02	242	2008/44		Requalificações Urbanísticas diversas	0102 0701041399	E				01	01/2008	12/2017	0	343 101	50 000	50 000						393 101
02	242	2017/4		PARU - Município do Marco de Canaveses																		
02	242	2017/4	1	Reabilitação da Zona envolvente do Edifício Paços do Concelho	0102 0703031303	E		15	85	01	01/2017	12/2018	0		100	100		186 900				187 000
02	242	2017/4	2	Reabilitação do Jardim Adriano José de Carvalho e Melo	0102 0703031303	E		15	85	01	01/2017	12/2018	0		100	100		417 000				417 100
02	242	2017/4	3	Reabilitação da Av.Prof. Dr. Carlos Mota Pinto	0102 0703031303	E		15	85	01	01/2017	12/2018	0		100	100		525 000				525 100
02	242	2017/4	4	Reabilitação de Vários Arruamentos na API 3	0102 0703031303	E		15	85	01	01/2017	12/2018	0		100	100		1 029 200				1 029 300
02	242	2017/4	5	Reabilitação Integral de vários Edifícios nas APIs																		
02	242	2017/4	5/1	Centro Cultural do Marco	0102 0701030110	E		15	85	01	01/2017	12/2018	0		700 000	700 000		650 000				1 350 000
02	242	2017/4	5/2	Museu Municipal Carmen Miranda	0102 0701030199	E		15	85	01	01/2017	12/2018	0		100	100		650 000				650 100
											Totais do Programa 242:			343 101	750 500	750 500	0	3 458 100	0	0	0	4 551 701
02	**243**			**SANEAMENTO**																		
02	243	2012/8		Construção de Estações Elevatórias(AR) na Área do Municipio	0102 0701040204	E		15	85	01	01/2012	12/2017			90 000	90 000						90 000
02	243	2013/9		ETAR de Fontambom-Várzea do Douro	0102 0701040303	E		15	85	01	01/2013	12/2017		295 691	25 000	25 000						320 691
02	243	2013/13		Outros	0102 0701040314	E				01	01/2013	12/2017	2	482 218	182 000	182 000						664 218
02	243	2014/6		Construção da ETAR de Maureles	0102 0701040307	E		20	80	01	01/2014	12/2017		243 194	25 000	25 000						268 194
02	243	2014/7		Construção da ETAR de Magães/Freixo	0102 0701040308	E		20	80	01	01/2014	12/2017			65 000	65 000						65 000
02	243	2014/10		Rede do Freixo	0102 0701040208	E		20	80	01	01/2014	12/2017			159 000	159 000						159 000

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2017 Financiam. definido (c)	Despesas 2017 Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	Anos seguintes 2019 (f)	Anos seguintes 2020 (g)	Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**243**			**SANEAMENTO**																		
02	243	2015/4		Construção da ETAR do Torrão	0102 0701040305	E				01	01/2015	12/2017			424 000	424 000						424 000
02	243	2015/5		Estações Elevatórias de Águas Residuais (Magrelos e Outras)	0102 0701040209	E				01	01/2015	12/2017			208 900	208 900						208 900
02	243	2016/7		Redes de Abast. Água e Sanea em V B Bispo, Fav, Fornos, Rio Galinhas e Tabuado	0102 0701040210	E				01	01/2016	12/2017	1	76 752	20 000	20 000						96 752
											Totais do Programa 243:			1 097 855	1 198 900	1 198 900	0	0	0	0	0	2 296 755
02	**244**			**ABASTECIMENTO DE ÁGUA**																		
02	244	2013/4		Construção de Conduta Elevatória (AA) ETA - Maria Gil	0102 0701040702	E		20	80	01	01/2013	12/2018		90 655	149 000	149 000						239 655
02	244	2014/2		Adutora de Guilhade/Travassos/Torrão	0102 0701040709	E		20	80	01	01/2014	12/2017		157 433	25 000	25 000						182 433
02	244	2014/3		Reforço da Captação de Soalhães	0102 0701040710	E		20	80	01	01/2014	12/2018			100	100		158 900				159 000
02	244	2014/4		Extenção da Rede a Telhe e Lardosa/Soalhães	0102 0701040711	E		20	80	01	01/2014	12/2018			100	100		39 650				39 750
02	244	2014/5		Outros	0102 0701040716	E				01	01/2014	12/2017			500	500						500
02	244	2015/6		Rede de Abastecimento de Água-Santo Isidoro e Livração	0102 0701040712	E				01	01/2015	12/2018			100	100		158 900				159 000
02	244	2015/8		Estação Elevatória e Adutora-Carvalheira	0102 0701040714	E				01	01/2015	12/2018			100	100		249 900				250 000
02	244	2016/17		Rede de Abastecimento de Água e Saneamento do Torrão	0102 0701040713	E				01	01/2016	12/2018			100	100		799 900				800 000
											Totais do Programa 244:			248 088	175 000	175 000	0	1 407 250	0	0	0	1 830 338
02	**246**			**PROTECÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA N/**																		
02	246	2016/15		Cemitério Municipal do Marco de Canaveses																		
02	246	2016/15	1	Ampliação	0102 07010412	E				01	01/2016	12/2017			25 000	25 000						25 000
02	246	2016/15	2	Parque de Estacionamento	0102 07010412	E				01	01/2016	12/2017			100 000	100 000						100 000
02	246	2016/16		Centro de Bem Estar Animal do Marco de Canaveses	0102 0701030199	E				01	01/2016	12/2017			125 000	125 000						125 000
											Totais do Programa 246:			0	250 000	250 000	0	0	0	0	0	250 000
02	**251**			**CULTURA**																		
02	251	2008/15		Casa dos Arcos																		
02	251	2008/15	1	Museu Etnográfico	0102 0701030106	E				01	01/2008	12/2017	0		100	100						100
02	251	2008/15	2	Museu do Vinho Verde	0102 0701030106	E				01	01/2008	12/2017	0		100	100						100
02	251	2016/9		Reparação e Beneficiação Diversas de Instalações Municipais Culturais																		
02	251	2016/9	1	Empreitada	0102 0701030199	E				01	01/2016	12/2017	0		25 000	25 000						25 000

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	AA	FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**251**			**CULTURA**																		
02	251	2016/9	3	Equipamento Básico	0102 07011002	O				02	01/2016	12/2017			5 000	5 000						5 000
											Totais do Programa 251:			0	30 200	30 200	0	0	0	0	0	30 200
02	**252**			**DESPORTO, RECREIO E LAZER**																		
02	252	2003/28		Complexo desportivo de Alpendorada																		
02	252	2003/28	2	Outros Equipamentos e Infra-estruturas	0102 0701040602	E			70	01	01/2007	12/2018		255 781	330 000	330 000		230 000				815 781
02	252	2003/32		Outras instalações desportivas e recreativas	0102 0701040606	E				01	01/2003	12/2017		1 217 101	70 500	70 500						1 287 601
02	252	2010/3		Aquisição de Material e Equipamento Desportivo																		
02	252	2010/3	1	Equipamento Desportivo	0102 07011002	O				02	01/2010	12/2017		7 013	4 200	4 200						11 213
02	252	2013/1		Parque Fluvial de Alpendurada e Matos																		
02	252	2013/1	2	Aquisição de equipamento básico	0102 07011002	O				01	01/2013	12/2017	0	28 157	5 000	5 000						33 157
02	252	2013/2		Parque de Lazer da Cidade																		
02	252	2013/2	1	Construção/Manutenção do Parque - Obra	0102 0701040506	E		40	60	01	01/2013	12/2017	0	29 919	500	500						30 419
02	252	2013/2	2	Aquisição de equipamento básico	0102 07011002	O		40	60	01	01/2013	12/2017	0	61 770	10 000	10 000						71 770
02	252	2016/1		Reabilitação Energética das inst. desportivas - Pavilhão Bernardino Coutinho																		
02	252	2016/1	2	Empreitada	0102 0701040611	E		15	85	01	01/2016	12/2018	0		50 000	50 000		908 685				958 685
02	252	2016/2		Reabilitação Energética das inst. desportivas - Piscinas Municipais em Alpendorada																		
02	252	2016/2	2	Empreitada	0102 0701040611	E		15	85	01	01/2016	12/2018	0		100	100		249 900				250 000
02	252	2016/12		Construção, Recuperação e Apetrechamento das Infra-Estruturas do Desporto Escolar																		
02	252	2016/12	3	Aquisição de equipamento básico	0102 07011002	O				01	01/2017	12/2017			10 000	10 000						10 000
02	252	2016/12	4	Empreitada	0102 0701030199	O				02	01/2016	12/2017			60 000	60 000						60 000
02	252	2017/5		Parques de campismo/carabanismo/lazer																		
02	252	2017/5	1	Empreitada	0102 0701040505	E				01	01/2017	12/2018	0		100 000	100 000		59 000				159 000
02	252	2017/5	2	Equipamento básico	0102 07011002	O				01	01/2017	12/2018	0		5 000	5 000						5 000
											Totais do Programa 252:			1 599 741	645 300	645 300	0	1 447 585	0	0	0	3 692 626
02	**253**			**OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS**																		
02	253	2016/6		Orçamento Participativo Jovem do Marco de Canaveses																		
02	253	2016/6	1	Projeto O.P.J - Investimento - domínio público	0102 0703031399	O		100		02	01/2016	12/2017			10 000	10 000						10 000
02	253	2016/6	2	Projeto O.P.J - Investimento - domínio privado	0102 0701041398	O		100			01/2016	12/2017			10 000	10 000						10 000

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	AA	FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**253**			**OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS**																		
02	253	2017/3		Valorização e Recuperação Complexo Paroquial da Igreja Sta Maria do Marco de Canaveses																		
02	253	2017/3	2	Ações de Promoção e Divulgação																		
02	253	2017/3	2/2	Equipamento Multimédia	0102 070107	O	15	85	02	01/2017	12/2017	0		23 200	23 200						23 200
											Totais do Programa 253:		0	43 200	43 200	0	0	0	0	0	43 200
						Totais do Objetivo 02:								3 542 223	4 832 800	4 832 800	0	7 037 435	0	0	0	15 412 458
03				**FUNÇÕES ECONÓMICAS**																		
03	**320**			**INDÚSTRIA E ENERGIA**																		
03	320	2008/13		Rede de iluminação pública na área do Concelho																		
03	320	2008/13	1	Eficiência Energética da Iluminação Pública	0102 0701040404	E	15	85	01	06/2011	05/2017	1	227 656	34 000	34 000						261 656
03	320	2016/3		Ilum Pub LED na cidade do M.C. na área não abrangida pela Reab. Urbana																		
03	320	2016/3	2	Empreitada	0102 0701040405	E	15	85	01	01/2016	12/2018	0		100	100		199 900				200 000
03	320	2016/4		Ilum Pub LED na rede da Vila de Alpendorada																		
03	320	2016/4	2	Empreitada	0102 0701040405	E	15	85	01	01/2016	12/2018	0		100	100		199 900				200 000
03	320	2016/19		Requalificação da Zona Empresarial do Marco de Canaveses																		
03	320	2016/19	1	Empreitada	0102 0701041316	E			01	01/2016	12/2018	0		50 000	50 000		968 000				1 018 000
											Totais do Programa 320:		227 656	84 200	84 200	0	1 367 800	0	0	0	1 679 656
03	**331**			**TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**																		
03	331	2003/80		Viadutos, arruamentos e obras complementares	0102 07030301	O			01	01/2002	12/2018		2 054 535	636 000	636 000						2 690 535
03	331	2003/81		Construção passeios na área do Concelho	0102 0703030802	E			01	01/2002	12/2018	4	227 354	10 000	10 000		90 000				327 354
03	331	2003/122		Sinalização e Trânsito	0102 07010409	O			01	01/2002	12/2017		258 998	80 000	80 000						338 998
03	331	2013/19		Alarg. e Repav. da Estrada de Esperança a Gouveia	0102 0703030820	E			01	01/2013	12/2017	0	132 874	50 000	50 000						182 874
03	331	2015/9		Benef Estra Lig Marg Dir entre Coroamento da Barragem Carrapatelo e ER108	0102 0703030821	E			01	01/2015	12/2052	0	85 599	9 000	9 000		50 000				144 599
03	331	2016/8		Pavimentações, Infraestruturas, Passeios, Parque Urbano e Outras Beneficiações - Acordos c/ terceiros	0102 07030301	E			01	01/2016	12/2018	0		300 000	300 000		897 000				1 197 000
03	331	2017/1		Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável																		
03	331	2017/1	1	Rede de percursos pedonais - Centro Urbano do Marco Canaveses	0102 0703030802	E	15	85	01	01/2017	12/2018	3		274 550	274 550		48 450				323 000
03	331	2017/1	2	Rede de percursos pedonais - Aglomerados Urbanos	0102 0703030802	E	15	85	01	01/2017	12/2018	0		450 500	450 500		79 500				530 000

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2017 Financiam. definido (c)	Despesas 2017 Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	Anos seguintes 2019 (f)	Anos seguintes 2020 (g)	Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
03				**FUNÇÕES ECONÓMICAS**																		
03	**331**			**TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**																		
03	331	2017/1	3	Rede de percursos pedonais - Zonas envolventes às Escolas	0102 0703030802	E	15	85	01		01/2017	12/2018	0		255 000	255 000		45 000				300 000
03	331	2017/1	4	Rede de percursos pedonais - Centro Urbano de Alpendorada	0102 0703030802	E	15	85	01		01/2017	12/2018	0		153 000	153 000		27 000				180 000
03	331	2017/1	5	Rede de perc ped - Polos Empresariais de Alpendorada e V B Quires	0102 0703030802	E	15	85	01		01/2017	12/2018	0		100	100		434 900				435 000
03	331	2017/1	6	Consolidação do Interface Modal de Marco de Canaveses	0102 07030301	E	15	85	01		01/2017	12/2018	0		100	100		5 259 900				5 260 000
												Totais do Programa 331:		2 759 360	2 218 250	2 218 250	0	6 931 750	0	0	0	11 909 360
03	**342**			**TURISMO**																		
03	342	2016/5		Pousada do Marco de Canaveses	0102 0701030703	E				01	01/2016	12/2018	0		231 819	231 819		245 181				477 000
												Totais do Programa 342:		0	231 819	231 819	0	245 181	0	0	0	477 000
												Totais do Objetivo 03:		2 987 016	2 534 269	2 534 269	0	8 544 731	0	0	0	14 066 016
												Total Geral:		8 781 461	8 107 069	8 107 069	0	15 582 166	0	0	0	32 470 696

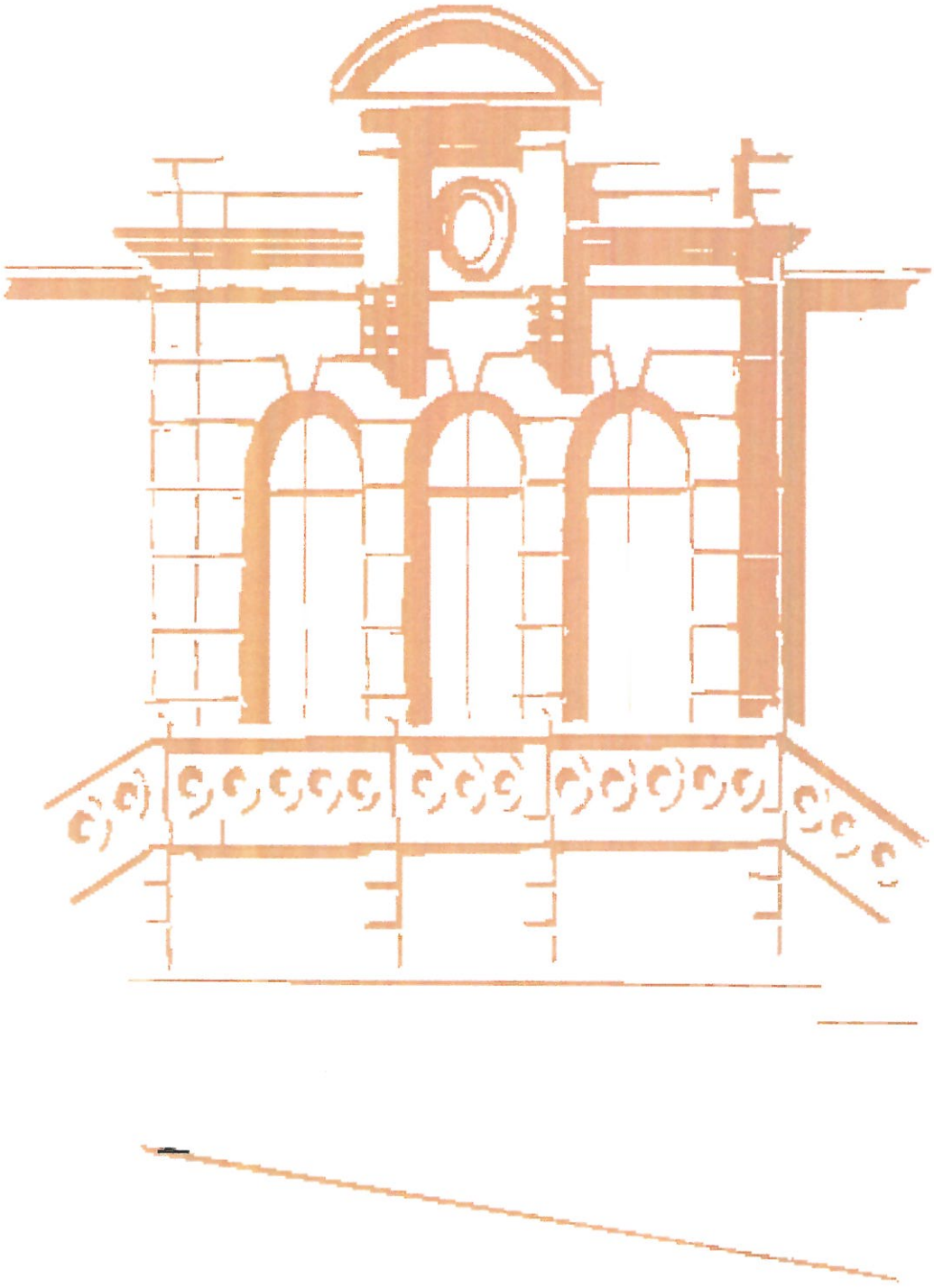
ORGÃO EXECUTIVO

Em 20 de Outubro de 2016

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de 26. NOV 2016 de

6- Plano de Atividades Mais Relevantes (Mapa)



Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	AA	FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
01				**FUNÇÕES GERAIS**																		
01	**111**			**ADMINISTRAÇÃO GERAL**																		
01	111	2006/5007		Encargos instalações - Consumos água, saneamento e outros	0102 020201	O				02	01/2006	12/2018	5	14 405 157	734 000	734 000		1 466 000				16 605 157
01	111	2013/5003		Locação de Material de Transporte	0102 020206	O				02	01/2013	12/2017	2	41 937	25 000	25 000						66 937
01	111	2013/5004		Locação de Outros Bens	0102 020208	O				02	01/2013	12/2017	2	156 263	40 000	40 000						196 263
01	111	2013/5005		Combustíveis e lubrificantes																		
01	111	2013/5005	1	Aquisição de Gasóleo	0102 02010202	O				01	01/2013	12/2019	5	1 616 746	220 000	220 000		220 000	220 000			2 276 746
01	111	2013/5005	2	Aquisição de combustíveis - Outros	0102 02010299	O				01	01/2013	12/2019	5	748 875	270 000	270 000		270 000	270 000			1 558 875
01	111	2016/13		Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	0102 020214	O				02	01/2016	12/2017		49 572	150 000	150 000						199 572
												Totais do Programa 111:		17 018 550	1 439 000	1 439 000	0	1 956 000	490 000	0	0	20 903 550
01	**121**			**PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS**																		
01	121	2010/5012		Protocolo de colaboração (A.H. Bombeiros Vol. Marco Cana)-Desp corrente	0102 040701	0				02	01/2010	12/2017		336 000	48 000	48 000						384 000
												Totais do Programa 121:		336 000	48 000	48 000	0	0	0	0	0	384 000
						Totais do Objetivo 01:								17 354 550	1 487 000	1 487 000	0	1 956 000	490 000	0	0	21 287 550
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**211**			**ENSINO NÃO SUPERIOR**																		
02	211	2009/12		Requalificação do Parque Escolar																		
02	211	2009/12	2	Reparação de Edifícios Escolares-Administração Directa	0102 020121	0				01	01/2009	12/2018	0	128 081	50 000	50 000						178 081
02	211	2009/14		Projecto Escola Feliz																		
02	211	2009/14	2	Material de educação	0102 020120	O				02	01/2009	12/2017	0	55 767	15 000	15 000						70 767
02	211	2011/2		Plano Nacional de Leitura- Ler +																		
02	211	2011/2	3	Aquisição de Livros p/ Bibliotecas das escolas	0102 020120	O				02	01/2011	12/2017	0	11 824	2 500	2 500						14 324
02	211	2016/14		Protocolo de Colaboração-CERCIMARCO	0102 040701	0				02	01/2016	12/2017		13 500	18 000	18 000						31 500
02	211	2017/2		Requalificação e Modernização das Instalações EB 2 3 do Marco - Acordo Colaboração Ministério da Educação																		
02	211	2017/2	2	Projeto de Execução	0102 020214	O	8	8	85	01	01/2017	12/2017	0		20 000	20 000						20 000
												Totais do Programa 211:		209 172	105 500	105 500	0	0	0	0	0	314 672
02	**212**			**SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO**																		
02	212	2006/5004		Transportes Escolares	0102 020210	O				02	01/2005	12/2018	5	8 558 699	384 000	384 000		766 000				9 708 699

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Início	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2017 Financiam. definido (c)	Despesas 2017 Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	Anos seguintes 2019 (f)	Anos seguintes 2020 (g)	Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**212**			**SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO**																		
02	212	2013/5001		Componente de Apoio à Familia Prolongamento-JI	0102 020220	0				02	01/2013	12/2017	2	1 529 233	30 000	30 000					1 559 233
02	212	2013/5002		Forn. Refeições JI/EB1-Aquisição Serviços	0102 020220	O				02	01/2013	12/2017	2	399 534	200 000	200 000					599 534
02	212	2015/5002		Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências-Educação																		
02	212	2015/5002	1	Primeiro Ciclo-Ensino Básico	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2018		653 532	150 000	150 000		300 000				1 103 532
02	212	2015/5002	2	Ensino Pré-Escolar	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2018		1 490 922	400 000	400 000		800 000				2 690 922
02	212	2015/5005		Acordos de Execução de Delegação de Competências-Educação																		
02	212	2015/5005	1	Conservação e Manutenção de Estabelecimentos Escolares-Pré-Escolar e 1º CEB	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2017		160 453	138 000	138 000						298 453
02	212	2015/5005	2	Manutenção e Conservação de Espaços Envolventes-Pré-Escolar e 1º CEB	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2017		42 171	25 000	25 000						67 171
02	212	2015/5007		Programa Generalização Actividades Enriquecimento Curricular																		
02	212	2015/5007	1	Protocolo de Colaboração-Prestação de Serviços	0102 020220	0				02	01/2015	12/2017		134 297	60 000	60 000						194 297
02	212	2015/5007	2	Encargos com Pessoal	0102 010107	0				02	01/2015	12/2017		44 772	40 000	40 000						84 772
02	212	2015/5007	3	Protocolos de Colaboração-Colectividades	0102 040701	0				02	01/2015	12/2017		186 391	20 000	20 000						206 391
02	212	2015/5007	4	Outras Despesas Correntes	0102 020121	0				02	01/2015	12/2017		2 499	1 500	1 500						3 999
02	212	2015/5008		Acção Social Escolar-1º CEB-Material Didático	0102 040802	0				02	01/2015	12/2017		88 903	20 000	20 000						108 903
												Totais do Programa 212:		13 291 406	1 468 500	1 468 500	0	1 866 000	0	0	0	16 625 906
02	**232**			**AÇÇÃO SOCIAL**																		
02	232	2006/5017		Comparticipação, Transf verbas - Acção Social - Despesas Capital	0102 080701	O				02	01/2005	12/2017		392 200	25 000	25 000						417 200
02	232	2008/5001		Compart Transf verbas - Acção Social - Transf Cap (Centros Dia/Convívio e outras)	0102 08050102	0					01/2008	12/2017		65 161	44 000	44 000						109 161
02	232	2010/5001		Campanha de Solidariedade "Natal com um Sorriso"																		
02	232	2010/5001	1	Aquisição de Serviços	0102 020225	O					01/2010	12/2017			1 000	1 000						1 000
02	232	2010/5001	2	Aquisição de Bens	0102 020121	O					01/2010	12/2017		16 262	5 000	5 000						21 262
												Totais do Programa 232:		473 623	75 000	75 000	0	0	0	0	0	548 623
02	**241**			**HABITAÇÃO**																		
02	241	2015/1		Habitação Social-Eficiência energética																		
02	241	2015/1	2	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020225	O				02	01/2015	12/2017			5 000	5 000						5 000
												Totais do Programa 241:		0	5 000	5 000	0	0	0	0	0	5 000

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	AA	FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**242**			**ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**																		
02	242	2017/4		PARU - Município do Marco de Canaveses																		
02	242	2017/4	6	Medidas Minimizadoras do Impacto das Obras	0102 020220	O		15	85	01	01/2017	12/2018	0		40 000	40 000		20 000				60 000
02	242	2017/4	7	Promoção, Sensibilização e Comunicação	0102 020217	O		15	85	01	01/2017	12/2018	0		34 000	34 000		34 000				68 000
02	242	2017/4	8	Projetos de Execução	0102 020214	O		15	85	01	01/2017	12/2017	0		175 000	175 000						175 000
											Totais do Programa 242:			0	249 000	249 000	0	54 000	0	0	0	303 000
02	**244**			**ABASTECIMENTO DE ÁGUA**																		
02	244	2012/5003		Comparticipação, Transferência de Verbas-Despesas de Capital	0102 08050102	0				02	01/2012	12/2017		35 788	5 000	5 000						40 788
											Totais do Programa 244:			35 788	5 000	5 000	0	0	0	0	0	40 788
02	**245**			**RESÍDUOS SÓLIDOS**																		
02	245	2006/5011		Entrega e Recepção R.S.U e Recol Select Valor, Trat e Destino Final	0102 020202	O				02	01/2006	12/2019		5 663 657	280 000	280 000		560 000				6 503 657
02	245	2006/5012		Recolha e Transporte de R.S.U e Lavagem e Desinf. de Contentores	0102 020202	O				02	01/2005	12/2019		8 250 357	428 400	428 400		856 800				9 535 557
02	245	2015/5003		Contratos Interadministrativos de Delegação de Competência-RSU	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2018		217 654	114 000	114 000		228 000				559 654
											Totais do Programa 245:			14 131 668	822 400	822 400	0	1 644 800	0	0	0	16 598 868
02	**246**			**PROTECÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA N/**																		
02	246	2006/5013		Comparticipação, Transf verbas-Cemitérios, Capelas Mortu e outras	0102 08050102	O				02	01/2006	12/2017		449 938	100 000	100 000						549 938
02	246	2015/5006		Acordos de Execução de Delegação de Competências-Limpeza de Vias e Espaços Públicos	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2017		344 714	222 995	222 995						567 709
											Totais do Programa 246:			794 652	322 995	322 995	0	0	0	0	0	1 117 647
02	**251**			**CULTURA**																		
02	251	2006/5014		Comparticipação,Transf verbas-Dinamização cultural-Despesas Corrente	0102 040701	O				02	01/2005	12/2017		605 323	80 000	80 000						685 323
02	251	2006/5015		Comparticipação, Transf verbas-Dinamização cultural-Despesas Capital	0102 080701	O				02	01/2005	12/2017		58 863	22 500	22 500						81 363
02	251	2009/5004		Festival do Anho Assado c/ Arroz Forno/Feira Colect/Festa Cerv Franc Petiscos																		
02	251	2009/5004	1	Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2009	12/2017	0	1 531	5 000	5 000						6 531
02	251	2009/5004	2	Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2009	12/2017	0	41 225	32 700	32 700						73 925
02	251	2009/5004	3	Publicidade	0102 020217	O				02	01/2009	12/2017		4 258	10 000	10 000						14 258

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2017 Financiam. definido (c)	Despesas 2017 Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	Anos seguintes 2019 (f)	Anos seguintes 2020 (g)	Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**251**			**CULTURA**																		
02	251	2009/5005		Festas do Marco - Feira do Artesanato, Gastronomia e Vinhos																		
02	251	2009/5005	1	Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2009	12/2017	0	10 469	2 000	2 000						12 469
02	251	2009/5005	2	Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2009	12/2017	0	383 612	95 100	95 100						478 712
02	251	2009/5005	3	Pirotecnia	0102 020103	O				02	01/2009	12/2017		12 299	14 000	14 000						26 299
02	251	2009/5005	4	Publicidade	0102 020217	O				02	01/2009	12/2017		2 967	8 000	8 000						10 967
02	251	2009/5005	5	Ofertas e Condecorações	0102 020115	O				02	01/2009	12/2017		473	1 000	1 000						1 473
02	251	2010/5007		Marco de Letras-Feira do Livro de Marco de Canaveses																		
02	251	2010/5007	1	Aquisição de Serviços	0102 020225	O				02	01/2010	12/2017		12 708	7 550	7 550						20 258
02	251	2010/5007	2	Aquisição de Bens	0102 020121	O				02	01/2010	12/2017		752	2 000	2 000						2 752
02	251	2016/9		Reparação e Beneficiação Diversas de Instalações Municipais Culturais																		
02	251	2016/9	2	Administração direta	0102 020121	O				02	01/2016	12/2017	0	4 979	10 000	10 000						14 979
02	251	2016/11		Prémios Carmen Miranda																		
02	251	2016/11	1	Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2016	12/2017		653	1 500	1 500						2 153
02	251	2016/11	2	Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2016	12/2017		123	500	500						623
02	251	2016/11	3	Publicidade	0102 020217	O				02	01/2016	12/2017		1 777	2 000	2 000						3 777
02	251	2016/11	4	Prémios e Ofertas	0102 020115	O				02	01/2016	12/2017			3 500	3 500						3 500
											Totais do Programa 251:			1 142 012	297 350	297 350	0	0	0	0	0	1 439 362
02	**252**			**DESPORTO, RECREIO E LAZER**																		
02	252	2006/5016		Comparticipação, Transf Verbas - Desporto - Despesas Capital	0102 080701	O				02	01/2005	12/2020		830 091	60 000	60 000		400 000	200 000	200 000		1 690 091
02	252	2006/5020		Comparticipação, transf verbas - Desporto - Despesas Correntes	0102 040701	O				02	01/2005	12/2017		1 882 168	270 000	270 000						2 152 168
02	252	2010/3		Aquisição de Material e Equipamento Desportivo																		
02	252	2010/3	2	Aquisição de Material	0102 020120	O				02	01/2010	12/2017		4 922	2 000	2 000						6 922
02	252	2010/5008		Eventos para o Fomento, Promoção e Difusão da Saúde e do Desporto																		
02	252	2010/5008	1	Aquisição de Serviços	0102 020225	O				02	01/2010	12/2017		4 428	15 000	15 000						19 428
02	252	2010/5008	2	Aquisição de Bens	0102 020121	O				02	01/2010	12/2017		3 523	6 200	6 200						9 723
02	252	2010/5008	3	Prémios e Ofertas	0102 020115	O				02	01/2010	12/2017		1 759	5 000	5 000						6 759
02	252	2010/5008	4	Publicidade	0102 020217	O				02	01/2010	12/2017		3 006	7 750	7 750						10 756

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2017 Financiam. definido (c)	Despesas 2017 Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	Anos seguintes 2019 (f)	Anos seguintes 2020 (g)	Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**252**			**DESPORTO, RECREIO E LAZER**																		
02	252	2016/1		Reabilitação Energética das inst. desportivas - Pavilhão Bernardino Coutinho																		
02	252	2016/1	1	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O		15	85	02	01/2016	12/2018	0		5 000	5 000		70 000				75 000
02	252	2016/2		Reabilitação Energética das inst. desportivas - Piscinas Municipais em Alpendorada																		
02	252	2016/2	1	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O		15	85	01	01/2016	12/2018	0		5 000	5 000		20 000				25 000
02	252	2016/12		Construção, Recuperação e Apetrechamento das Infra-Estruturas do Desporto Escolar																		
02	252	2016/12	1	Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2016	12/2017			12 000	12 000						12 000
02	252	2016/12	2	Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2016	12/2017			9 000	9 000						9 000
												Totais do Programa 252:		2 729 897	396 950	396 950	0	490 000	200 000	200 000	0	4 016 847
02	**253**			**OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS**																		
02	253	2008/5003		Compart., Transf Verbas - Acções Recreativas e outras - Despesas Capital	0102 080701	0					01/2008	12/2017			60 000	60 000						60 000
02	253	2016/6		Orçamento Participativo Jovem do Marco de Canaveses																		
02	253	2016/6	3	Projeto O.P.J - Aquisição de serviços	0102 020225	O		100		02	01/2016	12/2017	0		5 000	5 000						5 000
02	253	2016/6	4	Projeto O.P.J - Aquisição de bens	0102 020121	O		100		02	01/2016	12/2017			5 000	5 000						5 000
02	253	2017/3		Valorização e Recuperação Complexo Paroquial da Igreja Sta Maria do Marco de Canaveses																		
02	253	2017/3	1	Protocolo de Parceria	0102 080701	0					01/2017	12/2017			90 000	90 000						90 000
02	253	2017/3	2	Ações de Promoção e Divulgação																		
02	253	2017/3	2/1	Congresso, exposições e concerto	0102 020225	O		15	85	02	01/2017	12/2017	0		10 000	10 000						10 000
02	253	2017/3	2/3	Assistência Técnica	0102 020219	O		15	85	02	01/2017	12/2017	0		12 100	12 100						12 100
												Totais do Programa 253:		0	182 100	182 100	0	0	0	0	0	182 100
						Totais do Objetivo 02:								32 808 218	3 929 795	3 929 795	0	4 054 800	200 000	200 000	0	41 192 813
03				**FUNÇÕES ECONÓMICAS**																		
03	**320**			**INDÚSTRIA E ENERGIA**																		
03	320	2016/3		Ilum Pub LED na cidade do M.C. na área não abrangida pela Reab. Urbana																		
03	320	2016/3	1	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O		15	85	02	01/2016	12/2018	0		5 000	5 000		70 000				75 000
03	320	2016/4		Ilum Pub LED na rede da Vila de Alpendorada																		
03	320	2016/4	1	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O		15	85	02	01/2016	12/2018	0		5 000	5 000		20 000				25 000

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	AA	FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
03				**FUNÇÕES ECONÓMICAS**																		
03	**320**			**INDÚSTRIA E ENERGIA**																		
03	320	2016/19		Requalificação da Zona Empresarial do Marco de Canaveses																		
03	320	2016/19	2	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O				01	01/2016	12/2018	0		100	100		86 000				86 100
											Totais do Programa 320:			0	10 100	10 100	0	176 000	0	0	0	186 100
03	**342**			**TURISMO**																		
03	342	2015/3		Promoção do Potencial Turístico do Marco de Canaveses																		
03	342	2015/3	1	Aquisição de Bens	0102 020121	O				02	01/2015	12/2017		17 389	15 000	15 000						32 389
03	342	2015/3	2	Aquisição de Serviços	0102 020225	O				02	01/2015	12/2017		41 983	35 000	35 000						76 983
03	342	2015/3	3	Prémios, Condecorações e Ofertas	0102 020115	O				02	01/2015	12/2017		5 381	10 000	10 000						15 381
03	342	2015/3	4	Publicidade	0102 020217	O				02	01/2015	12/2017		6 364	15 000	15 000						21 364
											Totais do Programa 342:			71 117	75 000	75 000	0	0	0	0	0	146 117
							Totais do Objetivo 03:							71 117	85 100	85 100	0	176 000	0	0	0	332 217
04				**OUTRAS FUNÇÕES**																		
04	**420**			**TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES**																		
04	420	2009/28		Transferências entre Administrações - Outras																		
04	420	2009/28	1	Transferências correntes	0102 04050104	0				02	01/2009	12/2017	0	97 460	54 000	54 000						151 460
04	420	2009/28	2	Transferências de capital	0102 08050104	0				02	01/2009	12/2017	0	8 071	5 000	5 000						13 071
04	420	2010/1		Compart.do Municipio na CIM-TS																		
04	420	2010/1	1	Comparticipação nos projectos-Transf.Corrente	0102 04050104	0				02	01/2010	12/2018		140 806	61 500	61 500						202 306
04	420	2010/1	2	Comparticipação nos projectos-Transf.Capital	0102 08050104	0				02	01/2010	12/2018		40 213	60 000	60 000		60 000				160 213
04	420	2015/5001		Contribuição para o Fundo de Apoio Municipal	0102 090806	0				02	01/2015	12/2021		265 686	177 124	177 124		177 124	177 124	177 124	265 689	1 239 871
04	420	2015/5004		Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências-Investimentos	0102 08050102	0				02	01/2015	12/2017		424 579	470 000	470 000						894 579
											Totais do Programa 420:			976 815	827 624	827 624	0	237 124	177 124	177 124	265 689	2 661 500
							Totais do Objetivo 04:							976 815	827 624	827 624	0	237 124	177 124	177 124	265 689	2 661 500
											Total Geral:			51 210 700	6 329 519	6 329 519	0	6 423 924	867 124	377 124	265 689	65 474 080

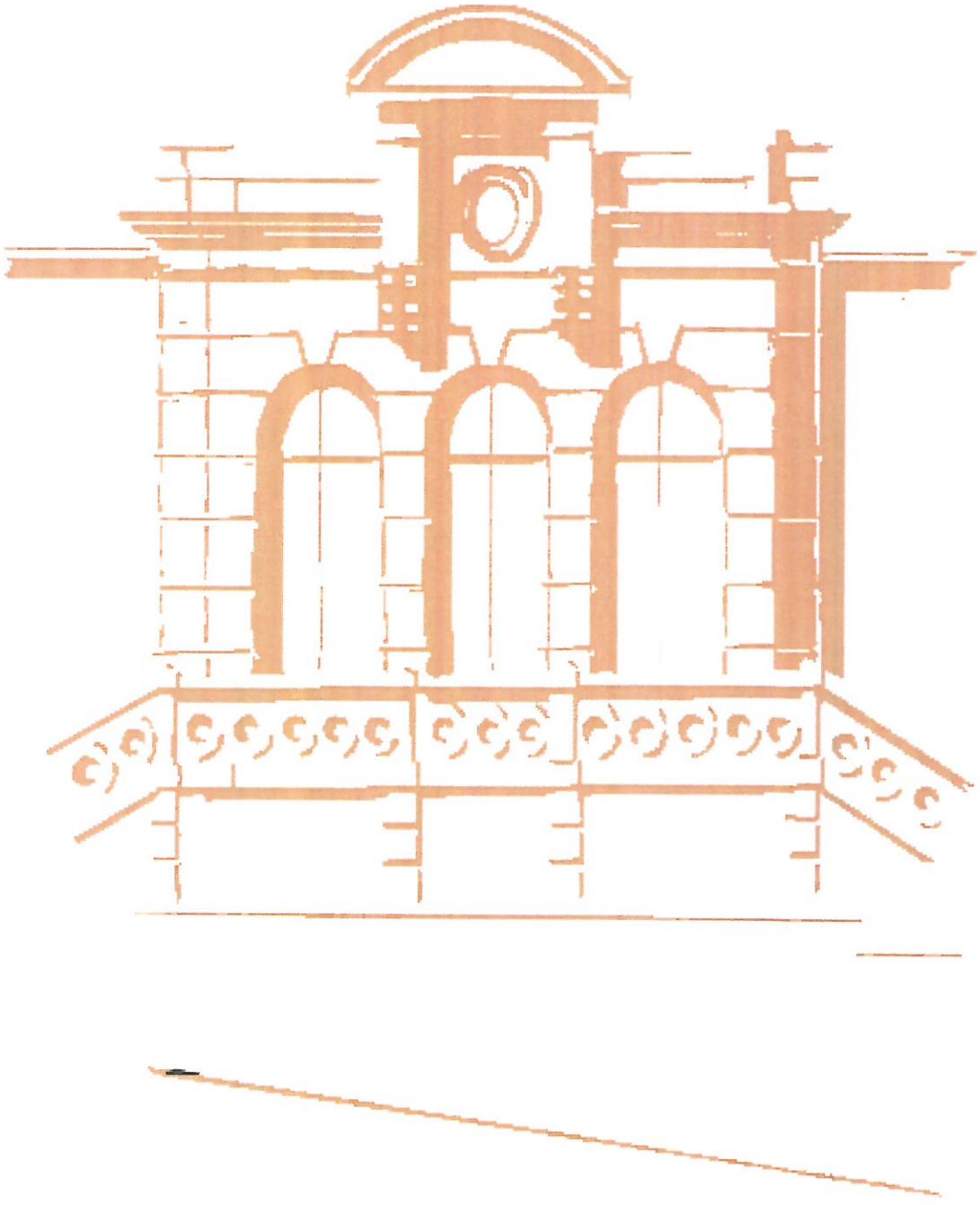
ORGÃO EXECUTIVO

Em 20 de Outubro de 2016

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de 26.NOV.2016 de

7- Grandes Opções do Plano (Mapa)



Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2017 Financiam. definido (c)	Despesas 2017 Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	Anos seguintes 2019 (f)	Anos seguintes 2020 (g)	Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
01				**FUNÇÕES GERAIS**																		
01	**111**			**ADMINISTRAÇÃO GERAL**																		
01	111	2006/5007		Encargos instalações - Consumos água, saneamento e outros	0102 020201	O				02	01/2006	12/2018	5	14 405 157	734 000	734 000		1 466 000				16 605 157
01	111	2007/8		Aquisição de terrenos-outros	0102 07010104	O					01/2007	12/2017		361 045	50 000	50 000						411 045
01	111	2009/6		Equipamento de Informática	0102 070107	O				02	01/2009	12/2017	0	153 377	35 000	35 000						188 377
01	111	2009/7		Software Informático	0102 070108	O				02	01/2009	12/2017	0	252 774	55 000	55 000						307 774
01	111	2009/8		Equipamento Básico-Outro	0102 07011002	O				02	01/2009	12/2018	0	901 366	200 000	200 000						1 101 366
01	111	2009/9		Ferramentas e Utensílios	0102 070111	O				02	01/2009	12/2017	0	54 577	10 000	10 000						64 577
01	111	2009/10		Equipamento Administrativo	0102 070109	O				02	01/2009	12/2017	0	61 504	20 000	20 000						81 504
01	111	2009/11		Equipamento de Transporte	0102 07010602	O				01	01/2009	12/2017	0	467 579	100 000	100 000						567 579
01	111	2009/30		Reparação e Beneficiação Diversas de Instalações	0102 0701030199	0				01	01/2009	12/2017	3		270 000	270 000						270 000
01	111	2013/5003		Locação de Material de Transporte	0102 020206	O				02	01/2013	12/2017	2	41 937	25 000	25 000						66 937
01	111	2013/5004		Locação de Outros Bens	0102 020208	O				02	01/2013	12/2017	2	156 263	40 000	40 000						196 263
01	111	2013/5005		Combustíveis e lubrificantes																		
01	111	2013/50051		Aquisição de Gasóleo	0102 02010202	O				01	01/2013	12/2019	5	1 616 746	220 000	220 000		220 000	220 000			2 276 746
01	111	2013/50052		Aquisição de combustíveis - Outros	0102 02010299	O				01	01/2013	12/2019	5	748 875	270 000	270 000		270 000	270 000			1 558 875
01	111	2016/13		Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	0102 020214	O				02	01/2016	12/2017		49 572	150 000	150 000						199 572
												Totais do Programa 111:		19 270 772	2 179 000	2 179 000		1 956 000	490 000			23 895 772
01	**121**			**PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS**																		
01	121	2010/5012		Protocolo de colaboração (A.H. Bombeiros Vol. Marco Cana)-Desp corrente	0102 040701	0				02	01/2010	12/2017		336 000	48 000	48 000						384 000
												Totais do Programa 121:		336 000	48 000	48 000						384 000
							Totais do Objetivo 01:							19 606 772	2 227 000	2 227 000	0	1 956 000	490 000	0	0	24 279 772
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**211**			**ENSINO NÃO SUPERIOR**																		
02	211	2008/19		Construção EBI - Rio de Galinhas	0102 0701030529	E				01	01/2008	12/2018	0		100	100						100
02	211	2008/20		Ampliação/Requalificação EB1 Feira Nova - Ariz	0102 0701030531	E				01	01/2008	12/2018	0		75 000	75 000						75 000
02	211	2008/22		Ampliação/Requalificação EB1 S. Sebastião - Penhalonga	0102 0701030533	E				01	01/2008	12/2018	0		50 000	50 000						50 000
02	211	2008/23		Requalificação EB1 e JI Gandra - V Douro	0102 0701030530	E				01	01/2008	12/2018	0		100	100		49 900				50 000
02	211	2008/24		Ampliação/Requalificação EB1 Cruzeiro - Alpendorada	0102 0701030535	E				01	01/2008	12/2018	0		325 000	325 000						325 000

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2017 Financiam. definido (c)	Despesas 2017 Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	Anos seguintes 2019 (f)	Anos seguintes 2020 (g)	Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**211**			**ENSINO NÃO SUPERIOR**																		
02	211	2008/26		Ampliação/Requalificação EB1 Esperança - V O Aliv	0102 0701030537	E				01	01/2008	12/2018	0		80 000	80 000						80 000
02	211	2008/27		Ampliação/Requalificação EB1 e JI Gouveia V O Aliviada	0102 0701030548	E				01	01/2008	12/2018	0		100	100		49 900				50 000
02	211	2008/28		Ampliação/Requalificação EB1 Lordelo - Vila B Quires	0102 0701030539	E				01	01/2008	12/2018	0		75 000	75 000						75 000
02	211	2008/29		Ampliação/Requalificação EB1 Vale do Côvo - Alpendurada e Matos	0102 0701030540	E				01	01/2008	12/2018	0	50 843	10 000	10 000						60 843
02	211	2008/30		Ampliação/Requalificação EB1 - Paços de Gaiolo	0102 0701030541	E				01	01/2008	12/2018	0		100	100		350 000				350 100
02	211	2008/31		Ampliação/Requalificação EB1 e J I Barroca - Rio de Galinhas	0102 0701030542	E				01	01/2008	12/2018	0		100	100		149 900				150 000
02	211	2008/32		Requalificação da EB1 Ladário - Tabuado	0102 0701030543	E				01	01/2008	12/2018	0		100	100		74 900				75 000
02	211	2008/33		Requalificação EB1 e J I Livração - Toutosa	0102 0701030544	E				01	01/2008	12/2018	0		100	100		49 900				50 000
02	211	2008/35		Ampliação/Requalificação EB1 Carreira - Avessadas	0102 0701030546	E				01	01/2008	12/2018	0		25 000	25 000						25 000
02	211	2009/12		Requalificação do Parque Escolar																		
02	211	2009/12	1	Reparação de Edifícios Escolares-Empreitada	0102 0701020301	E				01	01/2009	12/2017	0	202 595	125 000	125 000						327 595
02	211	2009/12	2	Reparação de Edifícios Escolares-Administração Directa	0102 020121	0				01	01/2009	12/2018	0	128 081	50 000	50 000						178 081
02	211	2009/14		Projecto Escola Feliz																		
02	211	2009/14	2	Material de educação	0102 020120	O				02	01/2009	12/2017	0	55 767	15 000	15 000						70 767
02	211	2011/2		Plano Nacional de Leitura- Ler +																		
02	211	2011/2	3	Aquisição de Livros p/ Bibliotecas das escolas	0102 020120	O				02	01/2011	12/2017	0	11 824	2 500	2 500						14 324
02	211	2016/14		Protocolo de Colaboração-CERCIMARCO	0102 040701	0				02	01/2016	12/2017		13 500	18 000	18 000						31 500
02	211	2016/18		Requalificação da Escola Básica de Eiró-Soalhães	0102 0701030553	E				01	01/2016	12/2017			424 000	424 000						424 000
02	211	2017/2		Requalificação e Modernização das Instalações EB 2 3 do Marco - Acordo Colaboração Ministério da Educação																		
02	211	2017/2	1	Construção	0102 0701030554	E		15	85	01	01/2017	12/2017			500 000	500 000						500 000
02	211	2017/2	2	Projeto de Execução	0102 020214	O	8	8	85	01	01/2017	12/2017	0		20 000	20 000						20 000
											Totais do Programa 211:			462 610	1 795 200	1 795 200		724 500				2 982 310
02	**212**			**SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO**																		
02	212	2006/5004		Transportes Escolares	0102 020210	O				02	01/2005	12/2018	5	8 558 699	384 000	384 000		766 000				9 708 699
02	212	2013/5001		Componente de Apoio à Familia Prolongamento-JI	0102 020220	0				02	01/2013	12/2017	2	1 529 233	30 000	30 000						1 559 233
02	212	2013/5002		Forn. Refeições JI/EB1-Aquisição Serviços	0102 020220	O				02	01/2013	12/2017	2	399 534	200 000	200 000						599 534
02	212	2015/5002		Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências-Educação																		

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2017 Financiam. definido (c)	Despesas 2017 Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	Anos seguintes 2019 (f)	Anos seguintes 2020 (g)	Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**212**			**SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO**																		
02	212	2015/50021		Primeiro Ciclo-Ensino Básico	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2018		653 532	150 000	150 000		300 000				1 103 532
02	212	2015/50022		Ensino Pré-Escolar	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2018		1 490 922	400 000	400 000		800 000				2 690 922
02	212	2015/5005		Acordos de Execução de Delegação de Competências-Educação																		
02	212	2015/50051		Conservação e Manutenção de Estabelecimentos Escolares-Pré-Escolar e 1º CEB	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2017		160 453	138 000	138 000						298 453
02	212	2015/50052		Manutenção e Conservação de Espaços Envolventes-Pré-Escolar e 1º CEB	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2017		42 171	25 000	25 000						67 171
02	212	2015/5007		Programa Generalização Actividades Enriquecimento Curricular																		
02	212	2015/50071		Protocolo de Colaboração-Prestação de Serviços	0102 020220	0				02	01/2015	12/2017		134 297	60 000	60 000						194 297
02	212	2015/50072		Encargos com Pessoal	0102 010107	0				02	01/2015	12/2017		44 772	40 000	40 000						84 772
02	212	2015/50073		Protocolos de Colaboração-Colectividades	0102 040701	0				02	01/2015	12/2017		186 391	20 000	20 000						206 391
02	212	2015/50074		Outras Despesas Correntes	0102 020121	0				02	01/2015	12/2017		2 499	1 500	1 500						3 999
02	212	2015/5008		Acção Social Escolar-1º CEB-Material Didático	0102 040802	0				02	01/2015	12/2017		88 903	20 000	20 000						108 903
											Totais do Programa 212:			13 291 406	1 468 500	1 468 500		1 866 000				16 625 906
02	**232**			**AÇCÃO SOCIAL**																		
02	232	2006/5017		Comparticipação, Transf verbas - Acção Social - Despesas Capital	0102 080701	O				02	01/2005	12/2017		392 200	25 000	25 000						417 200
02	232	2008/5001		Compart Transf verbas - Acção Social - Transf Cap (Centros Dia/Convívio e outras)	0102 08050102	0					01/2008	12/2017		65 161	44 000	44 000						109 161
02	232	2010/5001		Campanha de Solidariedade "Natal com um Sorriso"																		
02	232	2010/50011		Aquisição de Serviços	0102 020225	O					01/2010	12/2017			1 000	1 000						1 000
02	232	2010/50012		Aquisição de Bens	0102 020121	O					01/2010	12/2017		16 262	5 000	5 000						21 262
											Totais do Programa 232:			473 623	75 000	75 000						548 623
02	**241**			**HABITAÇÃO**																		
02	241	2015/1		Habitação Social-Eficiência energética																		
02	241	2015/1	1	Reaqualificação/Construção	0102 0701020303	O				01	01/2015	12/2017			50 000	50 000						50 000
02	241	2015/1	2	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020225	O				02	01/2015	12/2017			5 000	5 000						5 000
											Totais do Programa 241:				55 000	55 000						55 000
02	**242**			**ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**																		
02	242	2008/44		Requalificações Urbanísticas diversas	0102 0701041399	E				01	01/2008	12/2017	0	343 101	50 000	50 000						393 101
02	242	2017/4		PARU - Município do Marco de Canaveses																		

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	AA	FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**242**			**ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**																		
02	242	2017/4	1	Reabilitação da Zona envolvente do Edifício Paços do Concelho	0102 0703031303	E		15	85	01	01/2017	12/2018	0		100	100		186 900				187 000
02	242	2017/4	2	Reabilitação do Jardim Adriano José de Carvalho e Melo	0102 0703031303	E		15	85	01	01/2017	12/2018	0		100	100		417 000				417 100
02	242	2017/4	3	Reabilitação da Av.Prof. Dr. Carlos Mota Pinto	0102 0703031303	E		15	85	01	01/2017	12/2018	0		100	100		525 000				525 100
02	242	2017/4	4	Reabilitação de Vários Arruamentos na API 3	0102 0703031303	E		15	85	01	01/2017	12/2018	0		100	100		1 029 200				1 029 300
02	242	2017/4	5	Reabilitação Integral de vários Edifícios nas APIs																		
02	242	2017/4	5/1	Centro Cultural do Marco	0102 0701030110	E		15	85	01	01/2017	12/2018	0		700 000	700 000		650 000				1 350 000
02	242	2017/4	5/2	Museu Municipal Carmen Miranda	0102 0701030199	E		15	85	01	01/2017	12/2018	0		100	100		650 000				650 100
02	242	2017/4	6	Medidas Minimizadoras do Impacto das Obras	0102 020220	O		15	85	01	01/2017	12/2018	0		40 000	40 000		20 000				60 000
02	242	2017/4	7	Promoção, Sensibilização e Comunicação	0102 020217	O		15	85	01	01/2017	12/2018	0		34 000	34 000		34 000				68 000
02	242	2017/4	8	Projetos de Execução	0102 020214	O		15	85	01	01/2017	12/2017	0		175 000	175 000						175 000
											Totais do Programa 242:			343 101	999 500	999 500		3 512 100				4 854 701
02	**243**			**SANEAMENTO**																		
02	243	2012/8		Construção de Estações Elevatórias(AR) na Área do Municipio	0102 0701040204	E		15	85	01	01/2012	12/2017			90 000	90 000						90 000
02	243	2013/9		ETAR de Fontambom-Várzea do Douro	0102 0701040303	E		15	85	01	01/2013	12/2017		295 691	25 000	25 000						320 691
02	243	2013/13		Outros	0102 0701040314	E				01	01/2013	12/2017	2	482 218	182 000	182 000						664 218
02	243	2014/6		Construção da ETAR de Maureles	0102 0701040307	E		20	80	01	01/2014	12/2017		243 194	25 000	25 000						268 194
02	243	2014/7		Construção da ETAR de Magães/Freixo	0102 0701040308	E		20	80	01	01/2014	12/2017			65 000	65 000						65 000
02	243	2014/10		Rede do Freixo	0102 0701040208	E		20	80	01	01/2014	12/2017			159 000	159 000						159 000
02	243	2015/4		Construção da ETAR do Torrão	0102 0701040305	E				01	01/2015	12/2017			424 000	424 000						424 000
02	243	2015/5		Estações Elevatórias de Águas Residuais (Magrelos e Outras)	0102 0701040209	E				01	01/2015	12/2017			208 900	208 900						208 900
02	243	2016/7		Redes de Abast. Água e Sanea em V B Bispo, Fav, Fornos, Rio Galinhas e Tabuado	0102 0701040210	E				01	01/2016	12/2017	1	76 752	20 000	20 000						96 752
											Totais do Programa 243:			1 097 855	1 198 900	1 198 900						2 296 755
02	**244**			**ABASTECIMENTO DE ÁGUA**																		
02	244	2012/5003		Comparticipação, Transferência de Verbas-Despesas de Capital	0102 08050102	0				02	01/2012	12/2017		35 788	5 000	5 000						40 788
02	244	2013/4		Construção de Conduta Elevatória (AA) ETA - Maria Gil	0102 0701040702	E		20	80	01	01/2013	12/2018		90 655	149 000	149 000						239 655
02	244	2014/2		Adutora de Guilhade/Travassos/Torrão	0102 0701040709	E		20	80	01	01/2014	12/2017		157 433	25 000	25 000						182 433
02	244	2014/3		Reforço da Captação de Soalhães	0102 0701040710	E		20	80	01	01/2014	12/2018			100	100		158 900				159 000

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2017 Financiam. definido (c)	Despesas 2017 Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	Anos seguintes 2019 (f)	Anos seguintes 2020 (g)	Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**244**			**ABASTECIMENTO DE ÁGUA**																		
02	244	2014	4	Extenção da Rede a Telhe e Lardosa/Soalhães	0102 0701040711	E		20	80	01	01/2014	12/2018			100	100		39 650				39 750
02	244	2014	5	Outros	0102 0701040716	E				01	01/2014	12/2017			500	500						500
02	244	2015	6	Rede de Abastecimento de Água-Santo Isidoro e Livração	0102 0701040712	E				01	01/2015	12/2018			100	100		158 900				159 000
02	244	2015	8	Estação Elevatória e Adutora-Carvalheira	0102 0701040714	E				01	01/2015	12/2018			100	100		249 900				250 000
02	244	2016	17	Rede de Abastecimento de Água e Saneamento do Torrão	0102 0701040713	E				01	01/2016	12/2018			100	100		799 900				800 000
											Totais do Programa 244:			283 876	180 000	180 000		1 407 250				1 871 126
02	**245**			**RESÍDUOS SÓLIDOS**																		
02	245	2006	5011	Entrega e Recepção R.S.U e Recol Select Valor, Trat e Destino Final	0102 020202	O				02	01/2006	12/2019		5 663 657	280 000	280 000		560 000				6 503 657
02	245	2006	5012	Recolha e Transporte de R.S.U e Lavagem e Desinf. de Contentores	0102 020202	O				02	01/2005	12/2019		8 250 357	428 400	428 400		856 800				9 535 557
02	245	2015	5003	Contratos Interadministrativos de Delegação de Competência-RSU	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2018		217 654	114 000	114 000		228 000				559 654
											Totais do Programa 245:			14 131 668	822 400	822 400		1 644 800				16 598 868
02	**246**			**PROTECÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA N/**																		
02	246	2006	5013	Comparticipação, Transf verbas-Cemitérios, Capelas Mortu e outras	0102 08050102	O				02	01/2006	12/2017		449 938	100 000	100 000						549 938
02	246	2015	5006	Acordos de Execução de Delegação de Competências-Limpeza de Vias e Espaços Públicos	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2017		344 714	222 995	222 995						567 709
02	246	2016	15	Cemitério Municipal do Marco de Canaveses																		
02	246	2016	15 1	Ampliação	0102 07010412	E				01	01/2016	12/2017			25 000	25 000						25 000
02	246	2016	15 2	Parque de Estacionamento	0102 07010412	E				01	01/2016	12/2017			100 000	100 000						100 000
02	246	2016	16	Centro de Bem Estar Animal do Marco de Canaveses	0102 0701030199	E				01	01/2016	12/2017			125 000	125 000						125 000
											Totais do Programa 246:			794 652	572 995	572 995						1 367 647
02	**251**			**CULTURA**																		
02	251	2006	5014	Comparticipação,Transf verbas-Dinamização cultural-Despesas Corrente	0102 040701	O				02	01/2005	12/2017		605 323	80 000	80 000						685 323
02	251	2006	5015	Comparticipação, Transf verbas-Dinamização cultural-Despesas Capital	0102 080701	O				02	01/2005	12/2017		58 863	22 500	22 500						81 363
02	251	2008	15	Casa dos Arcos																		
02	251	2008	15 1	Museu Etnográfico	0102 0701030106	E				01	01/2008	12/2017	0		100	100						100
02	251	2008	15 2	Museu do Vinho Verde	0102 0701030106	E				01	01/2008	12/2017	0		100	100						100

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2017 Financiam. definido (c)	Despesas 2017 Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	Anos seguintes 2019 (f)	Anos seguintes 2020 (g)	Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**251**			**CULTURA**																		
02	251	2009/5004		Festival do Anho Assado c/ Arroz Forno/Feira Colect/Festa Cerv Franc Petiscos																		
02	251	2009/5004	1	Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2009	12/2017	0	1 531	5 000	5 000						6 531
02	251	2009/5004	2	Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2009	12/2017	0	41 225	32 700	32 700						73 925
02	251	2009/5004	3	Publicidade	0102 020217	O				02	01/2009	12/2017		4 258	10 000	10 000						14 258
02	251	2009/5005		Festas do Marco - Feira do Artesanato, Gastronomia e Vinhos																		
02	251	2009/5005	1	Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2009	12/2017	0	10 469	2 000	2 000						12 469
02	251	2009/5005	2	Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2009	12/2017	0	383 612	95 100	95 100						478 712
02	251	2009/5005	3	Pirotecnia	0102 020103	O				02	01/2009	12/2017		12 299	14 000	14 000						26 299
02	251	2009/5005	4	Publicidade	0102 020217	O				02	01/2009	12/2017		2 967	8 000	8 000						10 967
02	251	2009/5005	5	Ofertas e Condecorações	0102 020115	O				02	01/2009	12/2017		473	1 000	1 000						1 473
02	251	2010/5007		Marco de Letras-Feira do Livro de Marco de Canaveses																		
02	251	2010/5007	1	Aquisição de Serviços	0102 020225	O				02	01/2010	12/2017		12 708	7 550	7 550						20 258
02	251	2010/5007	2	Aquisição de Bens	0102 020121	O				02	01/2010	12/2017		752	2 000	2 000						2 752
02	251	2016/9		Reparação e Beneficiação Diversas de Instalações Municipais Culturais																		
02	251	2016/9	1	Empreitada	0102 0701030199	E				01	01/2016	12/2017	0		25 000	25 000						25 000
02	251	2016/9	2	Administração direta	0102 020121	O				02	01/2016	12/2017	0	4 979	10 000	10 000						14 979
02	251	2016/9	3	Equipamento Básico	0102 07011002	O				02	01/2016	12/2017			5 000	5 000						5 000
02	251	2016/11		Prémios Carmen Miranda																		
02	251	2016/11	1	Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2016	12/2017		653	1 500	1 500						2 153
02	251	2016/11	2	Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2016	12/2017		123	500	500						623
02	251	2016/11	3	Publicidade	0102 020217	O				02	01/2016	12/2017		1 777	2 000	2 000						3 777
02	251	2016/11	4	Prémios e Ofertas	0102 020115	O				02	01/2016	12/2017			3 500	3 500						3 500
											Totais do Programa 251:			1 142 012	327 550	327 550						1 469 562
02	**252**			**DESPORTO, RECREIO E LAZER**																		
02	252	2003/28		Complexo desportivo de Alpendorada																		
02	252	2003/28	2	Outros Equipamentos e Infra-estruturas	0102 0701040602	E			70	01	01/2007	12/2018		255 781	330 000	330 000		230 000				815 781
02	252	2003/32		Outras instalações desportivas e recreativas	0102 0701040606	E				01	01/2003	12/2017		1 217 101	70 500	70 500						1 287 601
02	252	2006/5016		Comparticipação, Transf Verbas - Desporto - Despesas Capital	0102 080701	O				02	01/2005	12/2020		830 091	60 000	60 000		400 000	200 000	200 000		1 690 091

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2017 Financiam. definido (c)	Despesas 2017 Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	Anos seguintes 2019 (f)	Anos seguintes 2020 (g)	Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**252**			**DESPORTO, RECREIO E LAZER**																		
02	252	2006/5020		Comparticipação, transf verbas - Desporto - Despesas Correntes	0102 040701	O				02	01/2005	12/2017		1 882 168	270 000	270 000					2 152 168
02	252	2010/3		Aquisição de Material e Equipamento Desportivo																		
02	252	2010/3	1	Equipamento Desportivo	0102 07011002	O				02	01/2010	12/2017		7 013	4 200	4 200						11 213
02	252	2010/3	2	Aquisição de Material	0102 020120	O				02	01/2010	12/2017		4 922	2 000	2 000						6 922
02	252	2010/5008		Eventos para o Fomento, Promoção e Difusão da Saúde e do Desporto																		
02	252	2010/5008	1	Aquisição de Serviços	0102 020225	O				02	01/2010	12/2017		4 428	15 000	15 000						19 428
02	252	2010/5008	2	Aquisição de Bens	0102 020121	O				02	01/2010	12/2017		3 523	6 200	6 200						9 723
02	252	2010/5008	3	Prémios e Ofertas	0102 020115	O				02	01/2010	12/2017		1 759	5 000	5 000						6 759
02	252	2010/5008	4	Publicidade	0102 020217	O				02	01/2010	12/2017		3 006	7 750	7 750						10 756
02	252	2013/1		Parque Fluvial de Alpendurada e Matos																		
02	252	2013/1	2	Aquisição de equipamento básico	0102 07011002	O				01	01/2013	12/2017	0	28 157	5 000	5 000						33 157
02	252	2013/2		Parque de Lazer da Cidade																		
02	252	2013/2	1	Construção/Manutenção do Parque - Obra	0102 0701040506	E		40	60	01	01/2013	12/2017	0	29 919	500	500						30 419
02	252	2013/2	2	Aquisição de equipamento básico	0102 07011002	O		40	60	01	01/2013	12/2017	0	61 770	10 000	10 000						71 770
02	252	2016/1		Reabilitação Energética das inst. desportivas - Pavilhão Bernardino Coutinho																		
02	252	2016/1	1	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O		15	85	02	01/2016	12/2018	0		5 000	5 000		70 000				75 000
02	252	2016/1	2	Empreitada	0102 0701040611	E		15	85	01	01/2016	12/2018	0		50 000	50 000		908 685				958 685
02	252	2016/2		Reabilitação Energética das inst. desportivas - Piscinas Municipais em Alpendorada																		
02	252	2016/2	1	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O		15	85	01	01/2016	12/2018	0		5 000	5 000		20 000				25 000
02	252	2016/2	2	Empreitada	0102 0701040611	E		15	85	01	01/2016	12/2018	0		100	100		249 900				250 000
02	252	2016/12		Construção, Recuperação e Apetrechamento das Infra-Estruturas do Desporto Escolar																		
02	252	2016/12	1	Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2016	12/2017			12 000	12 000						12 000
02	252	2016/12	2	Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2016	12/2017			9 000	9 000						9 000
02	252	2016/12	3	Aquisição de equipamento básico	0102 07011002	O				01	01/2017	12/2017			10 000	10 000						10 000
02	252	2016/12	4	Empreitada	0102 0701030199	O				02	01/2016	12/2017			60 000	60 000						60 000
02	252	2017/5		Parques de campismo/carabanismo/lazer																		
02	252	2017/5	1	Empreitada	0102 0701040505	E				01	01/2017	12/2018	0		100 000	100 000		59 000				159 000

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2017 Financiam. definido (c)	Despesas 2017 Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	Anos seguintes 2019 (f)	Anos seguintes 2020 (g)	Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
02				**FUNÇÕES SOCIAIS**																		
02	**252**			**DESPORTO, RECREIO E LAZER**																		
02	252	2017/5	2	Equipamento básico	0102 07011002	O				01	01/2017	12/2018	0		5 000	5 000						5 000
											Totais do Programa 252:			4 329 638	1 042 250	1 042 250		1 937 585	200 000	200 000		7 709 473
02	**253**			**OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS**																		
02	253	2008/5003		Compart., Transf Verbas - Acções Recreativas e outras - Despesas Capital	0102 080701	0					01/2008	12/2017			60 000	60 000						60 000
02	253	2016/6		Orçamento Participativo Jovem do Marco de Canaveses																		
02	253	2016/6	1	Projeto O.P.J - Investimento - domínio público	0102 0703031399	O		100		02	01/2016	12/2017			10 000	10 000						10 000
02	253	2016/6	2	Projeto O.P.J - Investimento - domínio privado	0102 0701041398	O		100			01/2016	12/2017			10 000	10 000						10 000
02	253	2016/6	3	Projeto O.P.J - Aquisição de serviços	0102 020225	O		100		02	01/2016	12/2017	0		5 000	5 000						5 000
02	253	2016/6	4	Projeto O.P.J - Aquisição de bens	0102 020121	O		100		02	01/2016	12/2017			5 000	5 000						5 000
02	253	2017/3		Valorização e Recuperação Complexo Paroquial da Igreja Sta Maria do Marco de Canaveses																		
02	253	2017/3	1	Protocolo de Parceria	0102 080701	0					01/2017	12/2017			90 000	90 000						90 000
02	253	2017/3	2	Ações de Promoção e Divulgação																		
02	253	2017/3	2/1	Congresso, exposições e concerto	0102 020225	O		15	85	02	01/2017	12/2017	0		10 000	10 000						10 000
02	253	2017/3	2/2	Equipamento Multimédia	0102 070107	O		15	85	02	01/2017	12/2017	0		23 200	23 200						23 200
02	253	2017/3	2/3	Assistência Técnica	0102 020219	O		15	85	02	01/2017	12/2017	0		12 100	12 100						12 100
											Totais do Programa 253:				225 300	225 300						225 300
							Totais do Objetivo 02:							36 350 441	8 762 595	8 762 595	0	11 092 235	200 000	200 000	0	56 605 271
03				**FUNÇÕES ECONÓMICAS**																		
03	**320**			**INDÚSTRIA E ENERGIA**																		
03	320	2008/13		Rede de iluminação pública na área do Concelho																		
03	320	2008/13	1	Eficiência Energética da Iluminação Pública	0102 0701040404	E		15	85	01	06/2011	05/2017	1	227 656	34 000	34 000						261 656
03	320	2016/3		Ilum Pub LED na cidade do M.C. na área não abrangida pela Reab. Urbana																		
03	320	2016/3	1	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O		15	85	02	01/2016	12/2018	0		5 000	5 000		70 000				75 000
03	320	2016/3	2	Empreitada	0102 0701040405	E		15	85	01	01/2016	12/2018	0		100	100		199 900				200 000
03	320	2016/4		Ilum Pub LED na rede da Vila de Alpendorada																		
03	320	2016/4	1	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O		15	85	02	01/2016	12/2018	0		5 000	5 000		20 000				25 000
03	320	2016/4	2	Empreitada	0102 0701040405	E		15	85	01	01/2016	12/2018	0		100	100		199 900				200 000

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	AA	FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
03				**FUNÇÕES ECONÓMICAS**																		
03	**320**			**INDÚSTRIA E ENERGIA**																		
03	320	2016/19		Requalificação da Zona Empresarial do Marco de Canaveses																		
03	320	2016/19	1	Empreitada	0102 0701041316	E				01	01/2016	12/2018	0		50 000	50 000		968 000				1 018 000
03	320	2016/19	2	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O				01	01/2016	12/2018	0		100	100		86 000				86 100
											Totais do Programa 320:			227 656	94 300	94 300		1 543 800				1 865 756
03	**331**			**TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**																		
03	331	2003/80		Viadutos, arruamentos e obras complementares	0102 07030301	O				01	01/2002	12/2018		2 054 535	636 000	636 000						2 690 535
03	331	2003/81		Construção passeios na área do Concelho	0102 0703030802	E				01	01/2002	12/2018	4	227 354	10 000	10 000		90 000				327 354
03	331	2003/122		Sinalização e Trânsito	0102 07010409	O				01	01/2002	12/2017		258 998	80 000	80 000						338 998
03	331	2013/19		Alarg. e Repav. da Estrada de Esperança a Gouveia	0102 0703030820	E				01	01/2013	12/2017	0	132 874	50 000	50 000						182 874
03	331	2015/9		Benef Estra Lig Marg Dir entre Coroamento da Barragem Carrapatelo e ER108	0102 0703030821	E				01	01/2015	12/2052	0	85 599	9 000	9 000		50 000				144 599
03	331	2016/8		Pavimentações, Infraestruturas, Passeios, Parque Urbano e Outras Beneficiações - Acordos c/ terceiros	0102 07030301	E				01	01/2016	12/2018	0		300 000	300 000		897 000				1 197 000
03	331	2017/1		Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável																		
03	331	2017/1	1	Rede de percursos pedonais - Centro Urbano do Marco Canaveses	0102 0703030802	E	15	85		01	01/2017	12/2018	3		274 550	274 550		48 450				323 000
03	331	2017/1	2	Rede de percursos pedonais - Aglomerados Urbanos	0102 0703030802	E	15	85		01	01/2017	12/2018	0		450 500	450 500		79 500				530 000
03	331	2017/1	3	Rede de percursos pedonais - Zonas envolventes às Escolas	0102 0703030802	E	15	85		01	01/2017	12/2018	0		255 000	255 000		45 000				300 000
03	331	2017/1	4	Rede de percursos pedonais - Centro Urbano de Alpendorada	0102 0703030802	E	15	85		01	01/2017	12/2018	0		153 000	153 000		27 000				180 000
03	331	2017/1	5	Rede de perc ped - Polos Empresariais de Alpendorada e V B Quires	0102 0703030802	E	15	85		01	01/2017	12/2018	0		100	100		434 900				435 000
03	331	2017/1	6	Consolidação do Interface Modal de Marco de Canaveses	0102 07030301	E	15	85		01	01/2017	12/2018	0		100	100		5 259 900				5 260 000
											Totais do Programa 331:			2 759 360	2 218 250	2 218 250		6 931 750				11 909 360
03	**342**			**TURISMO**																		
03	342	2015/3		Promoção do Potencial Turístico do Marco de Canaveses																		
03	342	2015/3	1	Aquisição de Bens	0102 020121	O				02	01/2015	12/2017		17 389	15 000	15 000						32 389
03	342	2015/3	2	Aquisição de Serviços	0102 020225	O				02	01/2015	12/2017		41 983	35 000	35 000						76 983
03	342	2015/3	3	Prémios, Condecorações e Ofertas	0102 020115	O				02	01/2015	12/2017		5 381	10 000	10 000						15 381
03	342	2015/3	4	Publicidade	0102 020217	O				02	01/2015	12/2017		6 364	15 000	15 000						21 364

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) AC	Fonte Financiamento (%) AA	Fonte Financiamento (%) FC	Resp.	Datas (Mês/Ano) Inicio	Datas (Mês/Ano) Fim	Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas 2017 Total (b)=(c)+(d)	Despesas 2017 Financiam. definido (c)	Despesas 2017 Financiam. não definido (d)	Anos seguintes 2018 (e)	Anos seguintes 2019 (f)	Anos seguintes 2020 (g)	Anos seguintes Outros (h)	Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
03				**FUNÇÕES ECONÓMICAS**																		
03	**342**			**TURISMO**																		
03	342	2016/5		Pousada do Marco de Canaveses	0102 0701030703	E				01	01/2016	12/2018	0		231 819	231 819		245 181				477 000
											Totais do Programa 342:			71 117	306 819	306 819		245 181				623 117
							Totais do Objetivo 03:							3 058 133	2 619 369	2 619 369	0	8 720 731	0	0	0	14 398 233
04				**OUTRAS FUNÇÕES**																		
04	**420**			**TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES**																		
04	420	2009/28		Transferências entre Administrações - Outras																		
04	420	2009/28	1	Transferências correntes	0102 04050104	0				02	01/2009	12/2017	0	97 460	54 000	54 000						151 460
04	420	2009/28	2	Transferências de capital	0102 08050104	0				02	01/2009	12/2017	0	8 071	5 000	5 000						13 071
04	420	2010/1		Compart.do Municipio na CIM-TS																		
04	420	2010/1	1	Comparticipação nos projectos-Transf.Corrente	0102 04050104	0				02	01/2010	12/2018		140 806	61 500	61 500						202 306
04	420	2010/1	2	Comparticipação nos projectos-Transf.Capital	0102 08050104	0				02	01/2010	12/2018		40 213	60 000	60 000		60 000				160 213
04	420	2015/5001		Contribuição para o Fundo de Apoio Municipal	0102 090806	0				02	01/2015	12/2021		265 686	177 124	177 124		177 124	177 124	177 124	265 689	1 239 871
04	420	2015/5004		Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências-Investimentos	0102 08050102	0				02	01/2015	12/2017		424 579	470 000	470 000						894 579
											Totais do Programa 420:			976 815	827 624	827 624		237 124	177 124	177 124	265 689	2 661 500
							Totais do Objetivo 04:							976 815	827 624	827 624	0	237 124	177 124	177 124	265 689	2 661 500
												Total Geral:		59 992 161	14 436 588	14 436 588	0	22 006 090	867 124	377 124	265 689	97 944 776

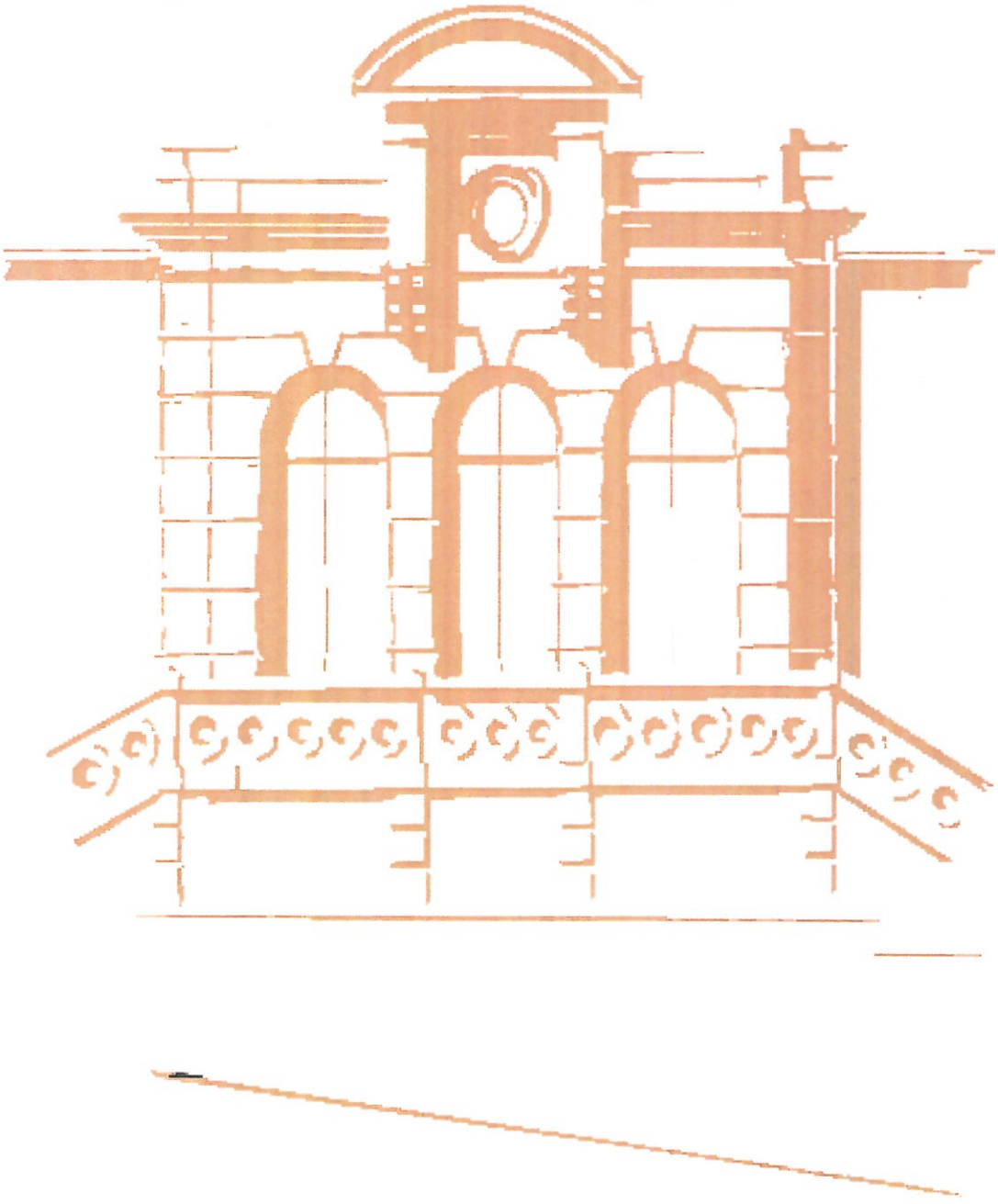
ORGÃO EXECUTIVO

Em 20 de Outubro de 2016

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de 26.NOV.2016 de

8- Mapa demonstrativo do Equilíbrio Orçamental



MAPA DEMONSTRATIVO DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

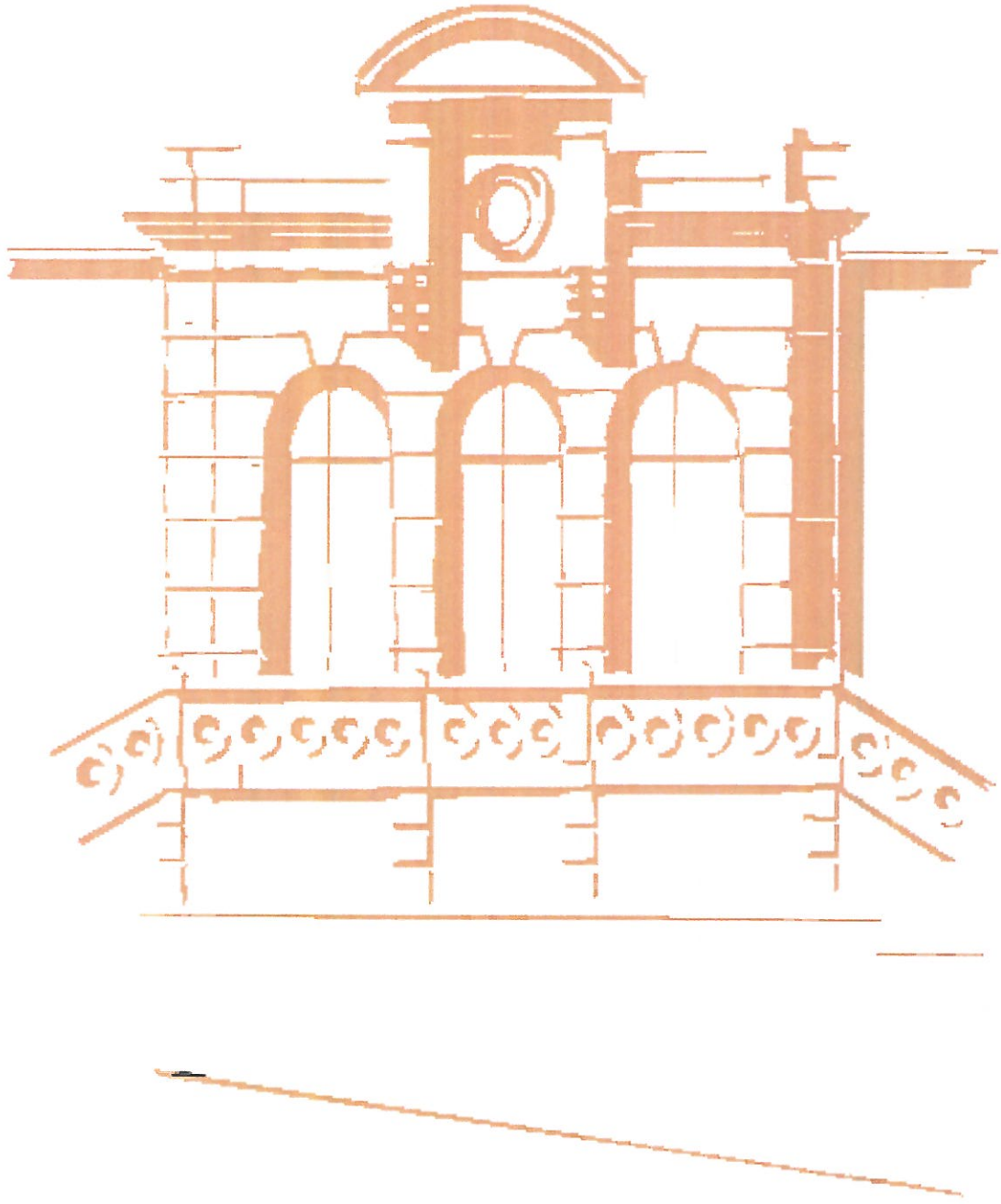
(alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º do RFALEI)

Município do Marco de Canaveses

Mapa Demonstrativo do Equilíbrio Orçamental em cumprimento do artigo 40.º da Lei .º 73/2013, de 3 de setembro;

Descrição	Orçamento para 2017 (Regra de Equilíbrio)
A - Receitas correntes previstas	23 486 293,00
B - Amortização média dos EMLP	3 257 976,52
C - Montante máximo das despesas correntes a considerar ((A) - (B))	20 228 316,48

9- Mapa das Transferências para as Juntas de Freguesia - 2017

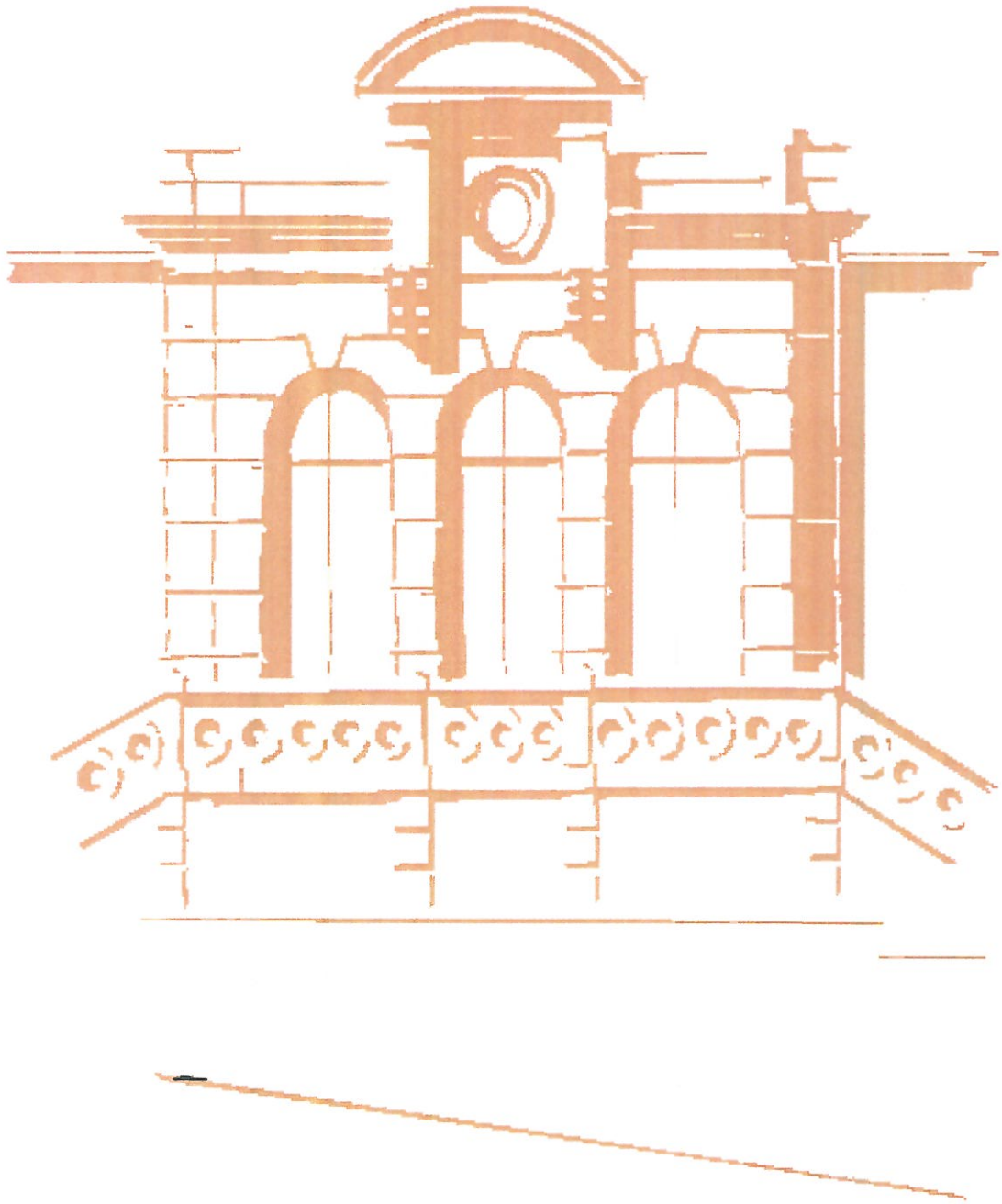


Transferências para as Juntas de Freguesia 2017

1. Distribuição de 350.000 € pelas 16 freguesias para obras de melhoramento e projetos	350 000 €
Alínea a) 20% distribuídos igualmente por todas as freguesias	70 000 €
Alínea b) 60% distribuídos na razão direta do número de habitantes	210 000 €
Alínea c) 20% distribuídos na razão direta das áreas	70 000 €

Freguesia	Alínea a)	N.º de Habitante	Alínea b)	Área	Alínea c)	Total
Banho e Carvalhosa	4 375,00	1 276	5 013,28	5	1 702,92	**11 091**
Constance	4 375,00	1 626	6 388,40	5	1 664,77	**12 428**
Soalhães	4 375,00	3 682	14 466,23	24	8 344,67	**27 186**
Sobretâmega	4 375,00	1 132	4 447,52	3	984,99	**9 807**
Tabuado	4 375,00	1 375	5 402,25	7	2 358,43	**12 136**
Vila Boa do Bispo	4 375,00	3 240	12 729,65	12	4 331,88	**21 437**
Alpendorada, Várzea e Torrão	4 375,00	8 485	33 336,76	17	5 819,77	**43 532**
Avessadas e Rosém	4 375,00	1 467	5 763,70	11	3 863,66	**14 002**
Bem Viver	4 375,00	3 877	15 232,37	10	3 326,08	**22 933**
Livração	4 375,00	2 083	8 183,91	5	1 619,68	**14 179**
Marco	4 375,00	11 014	43 272,97	17	6 027,86	**53 676**
Paredes de Viadores e Manhuncel	4 375,00	1 775	6 973,81	13	4 543,23	**15 892**
Penhalonga e Paços de Gaiolo	4 375,00	2 924	11 488,12	18	6 287,98	**22 151**
Sande e São Lourenço	4 375,00	2 869	11 272,03	13	4 376,96	**20 024**
Várzea, Aliviada e Folhada	4 375,00	2 771	10 887,00	23	8 042,93	**23 305**
Vila Boa de Quires e Maureles	4 375,00	3 854	15 142,00	19	6 704,18	**26 221**
TOTAL	**70 000,00**	**53 450,00**	**210 000,00**	**201,83**	**70 000,00**	**350 000**

10-Mapa de Pessoal 2017



MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES

MAPA DE PESSOAL 2017 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções						OBS.
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos			A preencher			
							CTTI	CTTR		CTTI	CTTR		
								Temp Int	Temp parci		Temp Int	Temp parci	
GABINETE DE APOIO	Presidência	Assisstente Operacional	Auxiliar Administrativo	1			1						
			Auxiliar Técnico de Turismo	1			1						
	Vereação	Assistente Técnico	Administrativo	1			1						a)
		Técnico Superior	Estudos Europeus	1			1						
			Sub Total	**4**	**0**	**0**	**4**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	
SMPC	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014	Técnico Superior	Geografia	1			1						
			Planeamento Regional Urbanismo	1			1						
			Engenharia Florestal	1			1						
		Assistente Operacional	Auxiliar Técnico de BAD	1			1						
			Sub Total	**4**	**0**	**0**	**4**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	
VETERINÁRIO	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014	Técnico Superior	Veterinário	1			1						
			Sub Total	**1**	**0**	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	
DFES	As definidas no Estatuto do Pessoal Dirigente	Diretor de Departamento	Financeiro, Económico e Social	1	1								
		Chefe de Divisão	Administração Geral e Finanças	1	1								
			Recursos Humanos	1	1								
			Desenvolvimento Económico e Social	1	1								
	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014	Técnico Superior	Economia	1			1						b)
			Gestão	3			3						c)
			Recursos Humanos	2			2						b)
			Recursos Humanos/Higiene e Segurança no Trabalho	1			1						
			Estudos Europeus	1			1						
			Biblioteca e Documentação	1			1						
			Desporto	33			5		28				j), l)
			Turismo	1			1						
			História	1			1						b)
			Psicologia	2			2						
			Tradutor Interprete	1			1						
			Medicina, especialidade em Medicina do trabalho	1						1			l)
			Enfermagem, certificado Enfermeiro do Trabalho	1						1			l)
			Sociologia	1						1			
		Coordenador Técnico	Administrativo	5			5						
			Tesoureiro	1			1						
		Assistente Técnico	Administrativo	26			24			2			m);n)
			Assistente de Ação Educativa	6			6						
			Téc. Prof. Museografia	1			1						
			Natação	1			1						
			Segurança no Trabalho	1						1			
			---	1						1			

MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES

MAPA DE PESSOAL 2017 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções						OBS.
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos			A preencher			
							CTTI	CTTR		CTTI	CTTR		
								Temp Int	Temp parci		Temp Int	Temp parci	
DFES	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014	Encarregado Operacional	Encarregado	2			2						
		Assistente Operacional	Auxiliar Administrativo	6			6						
			Auxiliar Acção Educativa	46			46						
			Auxiliar Servicos Gerais	18			17			1			
			Canalizador	1			1						
			Cantoneiro	1			1						
			Fiel de Armazem	5			5						
			Fiel Mercados e Feiras	2			2						
			Leitor Cobrador Consumos	2			1			1			d)
			Jardineiro	2			2						
			Museografia	1			1						
			Nadador Salvador	4			4						
			Pedreiro	2			2						
			Porta Miras	1			1						
			Restaurador Azulejos	1			1						
		Fiscal Leituras Cobranças	Fiscal Leituras Cobranças	1			1						
		Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	1			1						
			Sub Total	**192**	**4**	**0**	**151**	**0**	**28**	**9**	**0**	**0**	
DOU	As definidas no Estatuto do Pessoal Dirigente	Diretor de Departamento	Obras e Urbanismo	1	1								
		Chefe de Divisão	Planeamento e Gestão Urbanística	1	1								
			Ambiente e Serviços Urbanos	1	1								
			Edifícios e Equipamentos	1	1								
			Vias de Comunicação	1		1							
	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014	Técnico Superior	Arquiteto	3			3						b)
			Ambiente e Recursos Naturais	1			1						b)
			Florestal	1			1						
			Engenheiro Civil	7			6			1			g)
			Engenheiro Eletrotécnico	1			1						
			Engenheiro Eletromecânico	1						1			
			Planeamento	1			1						
			Geografia (Especialização em Ordenamento do Território)	1			1						
			Informática de Gestão	1			1						o)
		Especialista de Informática	Especialista Informática	1			1						
		Técnico Informática	Técnico Informática	2			2						
		Assistente Técnico	Administrativo	11			11						

MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES

MAPA DE PESSOAL 2017 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções						OBS.
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos			A preencher			
							CTTI	CTTR		CTTI	CTTR		
								Temp Int	Temp parci		Temp Int	Temp parci	
			Desenhador	2			2						
			Topógrafo	5			4			1			d)
DOU	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014	Encarregado Geral Operacional	Encarregado	1			1						
		Encarregado Operacional	Encarregado	7			7						
		Assistente Operacional	Asfaltador	1			1						
			Auxiliar Servicos Gerais	1			1						
			Calceteiro	2			2						
			Canalizador	15			14			1			e); d)
			Cantoneiro Limpeza	3			3						
			Cantoneiro de Vias Municipais	15			15						
			Carpinteiro	5			5						
			Coveiro	1						1			
			Condutor Maquinas Pesadas Veíc. Esp.	7			6			1			
			Fiel de Armazem	1						1			
			Eletricista	4			4						
			Jardineiro	14			14						
			Limpa-Coletores	2			2						
			Marceneiro	3			3						
			Marteleiro	1			1						
			Mecânico	1			1						
			Mineiro	1			1						
			Montador Eletricista	1			1						
			Motorista de Pesados	4			4						
			Motorista Ligeiros	6			6						
			Motorista Transportes Coletivos	4			3			1			
			Operador Est. Elevatorias Trat.Dep.	6			6						f)
			Museografia	1			1						
			Pedreiro	12			12						
			Pintor	4			4						
			Restaurador Azulejos	8			8						i)
			Serralheiro Civil	5			5						
			Tratorista	2			2						
			Trolha	11			11						
			Porta Miras	1			1						
			Vigilante Jardins Parques Infantis	2			2						
		Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	1			1						
			Sub Total	**196**	**4**	**1**	**183**	**0**	**0**	**8**	**0**	**0**	

MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES

MAPA DE PESSOAL 2017 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções						OBS.
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos			A preencher			
							CTTI	CTTR		CTTI	CTTR		
								Temp Int	Temp parci		Temp Int	Temp parci	
DAJF	As definidas no Estatuto do Pesosal Dirigente	Chefe de Divisão	Chefe Divisão	1	1								
DAJF	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014	Técnico Superior	Jurista	3			3						b)
			Policia Municipal	1			1						
		Polícia Municipal	Policia Municipal	10			10						
		Assistente Técnico	Assistente Administrativo	2			2						
		Assistente Operacional	Operador Est. Elevatorias Trat.Dep.	1			1						
		Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	8			8						
			Sub Total	**26**	**1**	**0**	**25**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	
			TOTAL	**423**	**9**	**1**	**368**	**0**	**28**	**17**	**0**	**0**	

SMPC - Serviço Municipal de Protecção Civil
DFES - Departamento Financeiro, Económico e Social
DOU - Departamento de Obras e Urbanismo
DAJF - Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria		
Cargo/carreira/Categoria	N.º Postos de Trabalho	Observações
Diretor de Departamento	2	
Chefe de Divisão	8	
Técnico Superior	75	28 j), 26 l)
Coordenador técnico	6	
Assistente técnico	57	
Encarregado Geral Operacional	1	
Encarregado Operacional	9	
Assistente Operacional	240	
Especialista de Informática	1	
Técnico Superior PM	1	
Técnico Informática	2	
Polícia Municipal	10	
Fiscal Leituras Cobran.	1	
Fiscal Municipal	10	
Total	**423**	

MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES

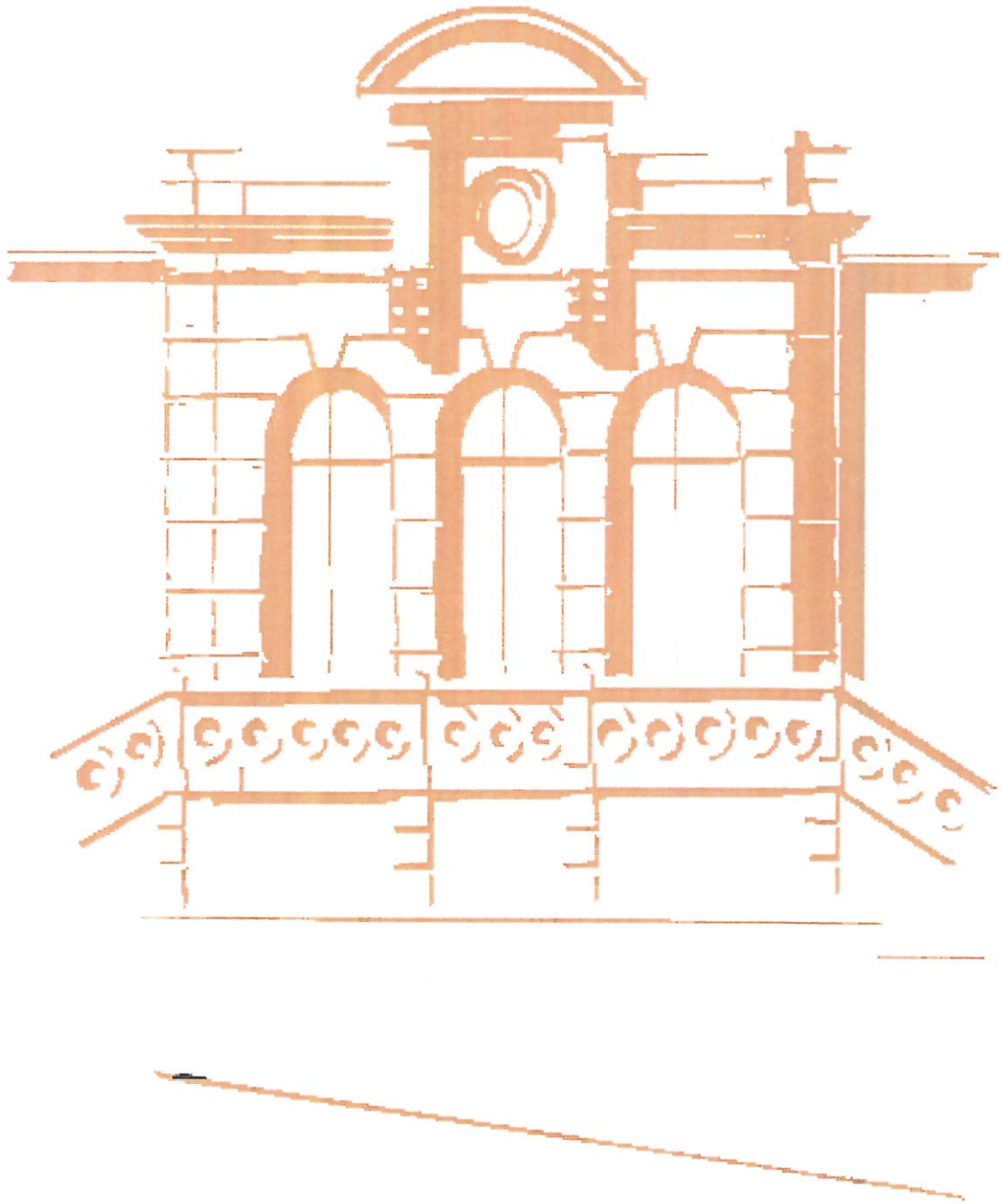
MAPA DE PESSOAL 2017 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções						OBS.
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos			A preencher			
							CTTI	CTTR		CTTI	CTTR		
								Temp Int	Temp parci		Temp Int	Temp parci	

a) Titular de posto de trabalho designado secretário do Gabinete de Apoio à Vereação (nºs 2, alinea b) e 3 do artº 42º e nº 4 do artº 43º da Lei nº 75/2013, de 12/09)
b) Um titular do posto de trabalho em regime de comissão de serviço como dirigente
c) Um posto de trabalho ocupado por trabalhador abrangido pelo Estatuto dos Eleitos Locais
d) Um Titular do posto de trabalho em situação de licença sem remuneração
e) Seis titulares de posto de trabalho em regime de cedência de interesse público
f) Um titular de posto de trabalho em regime de cedência de interesse público
g) Dois titulares do posto de trabalho em regime de comissão de serviço como dirigente
i) Um titular de posto de trabalho em regime de mobilidade interna intercategorias (Encarregado Operacional)

j) Vinte e oito postos de trabalho preenchidos por tempo determinado, para lecionação de AEC´s-Atividade Física e Desportiva no ano letivo 2016/2017, com término em 7 de julho de 2017. Poderá vir a ocorrer novo recrutamento para os mesmos postos de trabalho, para o ano letivo 2017/2018, caso venha e verificar-se essa necessidade.
l) Postos de trabalho a tempo parcial
m) Dois titulares do posto de trabalho em situação de licença sem remuneração
n) Seis postos de trabalho para o exercício de funções de atendimento digital assistido nos Espaços do Cidadão
o) Posto de trabalho para o exercício de funções de atendimento digital assistido nos Espaços do Cidadão

11-Propostas de Gestão das Despesas com Pessoal - 2017



MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES

PROPOSTA

GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL – 2017

Nos termos do disposto no artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos:

a) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou;

b) Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;

c) Com atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço.

Nestes termos **proponho**, relativamente a cada um dos referidos domínios, o seguinte:

1 – Recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho:

O montante para recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal é de **157.306,39** €.

Modalidade de Relação Jurídica de Emprego Público	Unidade Orgânica	Carreira/Categoria	Nº de Postos de Trabalho	Despesa €
Contratos de Trabalho por Tempo Indeterminado	DFES	Técnico Superior (Medicina do Trabalho) (1)	1	3.194,79
	DFES	Técnico Superior (Enfermagem) (1)	1	3.194,79
	DFES	Assistente Técnico (Segurança no Trabalho)	1	9.190,91
	DOU	Assistente Operacional (Coveiro)	1	7.296,51
	DFES	Técnico Superior (Sociologia)	1	9.947,78
	DOU	Técnico Superior (Eng. Civil)	1	9.947,78
	DOU	Técnico Superior (Eng. Eletromecânico)	1	9.947,78
	DFES	Assistente Técnico	1	5.888,16
	DOU	Assistente Operacional (Motorista de Transportes Coletivos)	1	4.688,88
	DOU	Assistente Operacional (Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais)	1	4.688,88
Contratos de Trabalho a Termo Certo	DFES	Técnico Superior (Desporto - AEC's) (1) (2)	28	89.320,13
Total			**38**	**157.306,39**

(1) Posto de trabalho a tempo parcial;

(2) Pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local no domínio da educação.

2 – Alteração do posicionamento remuneratório:

Para efeitos do disposto no artigo 5º, conjugado com o artigo 7º e 8º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, tendo em atenção as limitações impostas pelo Contrato de Reequilíbrio Financeiro, as restrições orçamentais existentes por força da consolidação orçamental do Governo e o já avultado montante afeto a despesas com o pessoal, bem como a proibição de valorizações remuneratórias prevista dos últimos orçamentos de Estado e que se anuncia vir a ser mantida no orçamento de Estado a aprovar para o ano de 2017, não há alteração de posicionamento remuneratório por opção gestionária.

3 – Prémios de desempenho:

Para efeitos do disposto no artigo 5º, conjugado com o artigo 13º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, face às razões explanadas anteriormente, também não existem valores inscritos nos documentos previsionais para o ano económico de 2017 de encargos com prémios de desempenho.

Paços do Concelho de Marco de Canaveses, 17 de outubro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

Dr. Manuel Moreira

MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES

PROPOSTA

DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1º E 2º GRAUS

Considerando que o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado se encontra aprovado pela Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis nºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto e 128/2015, de 3 de setembro;

Considerando que o estatuto remuneratório do pessoal dirigente definido no artigo 31º da referida Lei prevê, no nº 2, que ao pessoal dirigente são abonadas despesas de representação de montante fixado em despacho do Primeiro-Ministro e do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública;

Considerando que a adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, operada pela Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, veio determinar, no artigo 24º, que a atribuição das referidas despesas de representação é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;

Proponho, ao abrigo do estabelecido na alínea a) do nº 2 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos dos nºs 1 e 2 do artigo 24º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorize a atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus, que exercem ou venham a exercer funções no Município, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, sendo-lhes aplicáveis as correspondentes atualizações anuais.

Paços do Concelho de Marco de Canaveses, 17 de outubro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

Dr. Manuel Moreira

12- Mapa das Responsabilidades Contingentes e Provisões

MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES E PROVISÕES (alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, 03/09)

Município do Marco de Canaveses				
Ação Interposta Por	Descrição Sumária		Tribunal	Valores em euros
Parte Contrária	Natureza	Nº Processo	Tribunal	Valor
José Carlos dos Santos Carvalho Mendes	Acção Administrativa Especial	569/08.1 BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	7 500,00 €
Verónica Alexandra Leite de	Acção Administrativa Especial	155/08.6 BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	30 000,01 €
Emília dos Anjos Pereira da	Acção Administrativa Especial	325/08.7 BPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	25 000,00 €
Ministério Público	Acção Administrativa Especial	322/08.2 BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	30 000,01 €
Maria Júlia Marques de Sousa	Acção Administrativa Especial	688/07.1 BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	15 000,01 €
José Vieira Pinto, Mendes, Paiva & Correia, S.A.	Acção Administrativa Comum	2355/04.9 BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	873 857,36 €
Maria Isabel Pinto Pereira e Outro	Acção de Processo Ordinário	610/04.7TBMCN	Tribunal Judicial do Marco de Canaveses	128 250,45 €
Joaquim Luís Espírito Santo Mendes Vasconcelos	Acção Administrativa Comum	230/09.0 BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	207 500,00 €
Teófilo da Cunha Florim e Joaquim da Conceição s. Madurago	Recurso Jurisdicional	159-A/95	Tribunal Central Administrativo Norte	- €
Fernando Maria Ferreira e Mulher	Recurso contencioso	1367/03	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	- €
Avelino Ferreira Torres	Acção Adm. Especial	868/10.2BEPNF	PENAFIEL - Tribunal Administrativo e Fiscal	100 946,44 €
Ministério Público	Acção Administrativa Especial	266/11.0BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	224 568,74 €
Manuel António Pinto Ferreira	Ação Administrativa Comum	448/12.8BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	5 437,50 €
José António Moreira & filhos, Lda.	Ação Administrativa Comum	452/12.6BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	- €
Elisabete Maria Ferreira Pimenta	Ação Administrativa Comum	1798/12.9BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	9 967,94 €
António Luís Soares Ferreira e outros	Execução Comum	1836/12.5TBMCN	Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses	838 057,33 €
Joaquim Teixeira Carneiro	Ação Administrativa Comum	2654/12.6 BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	73 810,00 €
Mendes & Mendes - Sociedade de Granitos e Mármores, Lda	Ação Administrativa Especial de Impugnação com Efeito Suspensivo	382/12.1BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	40 000,00 €
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, SA	Impugnação	351/13.4BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	4 441,40 €
Maria da Purificação Ferraz da Silva	Ação Administrativa Especial	313/13.1BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	8 000,00 €
Miguel José Bezerra Barbosa de Bourbon Teles	Acção administrativa - Comum Ordinária	388/13.3BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	335 803,55 €

Município do Marco de Canaveses				
Ação Interposta Por	**Descrição Sumária**		**Tribunal**	Valores em euros
Parte Contrária	**Natureza**	**Nº Processo**	**Tribunal**	**Valor**
Maria Manuela Ferreira Coelho e Outros	Ação Principal	355/13.7TBMCN	Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses	36 000,00 €
Manuel Fernando Ribeiro e Fernanda Isabel Borges Cardoso	Ação Administrativa Comum	615/13.7BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	60 000,00 €
Henrique Fernando Pinheiro Rodrigues	Ação Administrativa Comum	741/13.2BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	13 702,04 €
Maria de Fátima Conceição Pinto	Ação Administrativa Comum	63/14.4BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	39 997,86 €
José Carlos Santos Carvalho Mendes e Delmira Rosa Ribeiro Pereira	Ação de Processo Comum	271/14.5TBMCN	Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses	8 000,00 €
Ana Maria Rodrigues Ribeiro	Ação Administrativa Comum	184/14.0BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	15 000,00 €
Dr. Luís Monteiro Duarte	Ação de Honorários	571/14.4TBMCN	Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses	31 800,99 €
Sintap - Joaquim de Sousa Teixeira Carneiro	Impugnação Ato Administrativo	388/14.6BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	30 000,01 €
Maria Corália Alão Correia de Assis Miranda	Ação Administrativa Comum	435/14.1BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	5 050,00 €
Ministério Público	Processo Administrativo	P.A. 15/4	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	- €
Paula Cristina Vieira de Sousa	Ação Administrativa Comum	504/14.8BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	341 899,50 €
ARQUIGRUPO - Arquitetura e Planeamento, Lda	Ação Administrativa Comum	979/14.5BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	- €
Maria do Céu Pires Teixeira Melo e Filhos Menores		Processo nº 163/03. TAC-P	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto 6º Juiz	425 449,42 €
Águas do Marco	Processo de Concessão de Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes no Concelho do Marco de Canaveses		Tribunal Arbitral	31 152 642,70 €
Maria do Céu Ferreira		Morte por afogamento por causa imputável ao Município	Tribunal Marco de Canaveses	385 000,00 €
Abílio de Azevedo Silva e outros	Ação Processo Ordinário	641/15.1T8MCN	Comarca do Porto Este - MCN - Inst. Local - Secção Cível - JI	15 000,00 €
Casa de Alvelo - Imóveis, S.A	Procedimento cautelar	741/15.8TMCN	Coarca do Porto Este	8 000,00 €
Total Geral				**35 525 683,26 €**

Notas: (*) Dados existentes em outubro de 2016

13-Mapa das Entidades Participadas pelo Município

MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO

(alínea c) do n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, 03/09)

ANO: 2016

Denominação Social	*N.I.P.C*	*Participação Valores em Euros*	*% Part.*
CARNAGRI-Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, S.A	501831894	55 300,00	0,84
ADREDT-Agência de Desenvolvimento Regional de Entre Douro e Tâmega, S.A	504649221	44 675,00	8,94
RESINORTE-Valorização e Tratamento de Residuos Sólidos, S.A	509143059	218 745,00	2,73
DOLMEN-Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, C.R.L	502973544	1 250,00	0,75
CIMTS-Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	508889910	40 058,55	9,09
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	1 500,00	1,16
Associação Nacional de Municipios Portugueses	501627413	5 854,00	0,39
Associação de Municipios Portugueses do Vinho	508038430	1 300,00	0,02

PROPOSTA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE RECEITA E DESPESA

Os documentos das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e Despesa, para o ano económico de 2017, foram apresentados e aprovados em reunião ordinária da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, realizada a 20 de outubro de 2016, por 4 votos a favor, 1 votos contra e 2 abstenções.

Paços do Concelho do Marco de Canaveses, 20 de outubro de 2016

A Câmara Municipal,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

----As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano Financeiro de 2017 e respetivo Mapa de Pessoal, apreciado e aprovado pela Assembleia Municipal do Marco de Canaveses, em Sessão Ordinária do dia 26 de novembro de 2016. ----------

O Presidente

O Primeiro Secretário

A Segunda Secretária

Maria Estela Vieira de

JT/AM